

# Estudo Técnico Preliminar 13/2020

## 1. Informações Básicas

Número do processo: -

## 2. Descrição da necessidade

Os Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária - LFDA, são órgãos pertencentes à Rede Oficial de Laboratórios do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa e desempenham papel fundamental nas ações de monitoramento, controle e fiscalização de alimentos, bebidas e insumos agropecuários produzidos e comercializados no Brasil. As unidades laboratoriais do LFDA-GO atendem demandas analíticas de vários Departamentos da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA, analisando amostras de insumos e produtos agropecuários para avaliação tanto de parâmetros de qualidade físico-química e microbiológica, quanto de parâmetros relacionados à identificação de fraudes e presença de resíduos indesejáveis, além da identificação de pragas vegetais, organismos geneticamente modificados e de espécies componentes de produtos de origem animal e vegetal, através de sequenciamento genético.

Muitas das amostras analisadas fazem parte de programas específicos da SDA e, portanto, os resultados obtidos são importantes para ações relacionadas tanto ao mercado interno quanto à exportação agropecuária do país. A realização das análises dessas amostras requer o emprego de insumos laboratoriais, especificamente:

- **material biológico**, tais como meios de cultura, suplementos para meios de cultura, cepas e outros;
- **material químico**, tais como compostos químicos destinados a análises laboratoriais, ácidos, produtos químicos para tratamento de água, reagentes químicos, sais, solventes, padrões analíticos, materiais de referência e outros;
- **Equipamento de Proteção Individual - EPI**, tais como botas, calçados especiais, luvas, máscaras, óculos e outros;
- **material laboratorial**, tais como bastões, filtros de papel, frascos, funis, lâminas de vidro para microscópio, pinças, rolhas, vidraria (balão volumétrico, *Becker*, conta-gotas, *Erlenmeyer*, pipeta, proveta), termômetros, tubos de ensaio e outros; e
- **peças e acessórios para equipamentos**, tais como cabos, mangueira, peças de reposição de equipamentos laboratoriais e eletrodomésticos.

Dessa forma, a aquisição de insumos laboratoriais é essencial para a manutenção da rotina analítica, sem que haja interrupção das análises, o que comprometeria as ações vinculadas aos resultados analíticos e, por extensão, acarretaria prejuízos potenciais à toda a cadeia do agronegócio brasileiro relacionada.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão Técnica Laboratorial	Válter Ferreira Félix Bueno
Seção Laboratorial Avançada em Campo Grande	Sônia Maria Salomão Arias

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação deve suprir a demanda de fornecimento, pelo período mínimo de um ano, de insumos laboratoriais, para atender a necessidade das unidades laboratoriais da Divisão Técnica Laboratorial e da Seção Laboratorial Avançada em Campo Grande - Slav-MS.

É importante viabilizar o atendimento daqueles produtos cuja previsão antecipada da necessidade não seja possível, sem que isso represente um aumento de estoque físico ou gastos de recursos desnecessários. O cenário de restrição de gastos no qual a Administração Pública se encontra requer sempre que haja avaliação e reavaliação das modelagens contratuais a fim de que se garanta a melhor relação custo-benefício.

Os fretes e encargos, inclusive se houver devolução devido ao não atendimento das especificações, devem ser de responsabilidade do fornecedor.

Em relação aos critérios de sustentabilidade, devem ser observados aqueles elencados no art. 5º da Instrução Normativa SLTI /MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010 que sejam aplicáveis ao caso. **Não foram identificados critérios no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis - NESLIC - DECOR/CGU/AGU que sejam aplicáveis.**

O fornecedor deve possuir autorização da Polícia Federal de que trata a Portaria MJ nº 240, de 12 de março de 2019, para o fornecimento dos produtos listados em seu Anexo I.

O fornecedor deve possuir registro no Exército de que trata a Portaria Colog/CEB nº 56, de 5 de junho de 2017, para o fornecimento dos produtos listados no Anexo I da Portaria Colog/CEB nº 118, de 4 outubro de 2019.

No que tange à classificação do objeto, tratam-se de **bens comuns**, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, considerando que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

## 5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado foi realizado considerando as contratações anteriores para a aquisição do objeto, sendo verificados os seguintes fornecedores aptos a fornecer os produtos demandados:

Razão Social	E-mail	Telefone	Site
ALCACER	andreza@alcacerlab.com.br	(16) 3617-5163	-
APIJÃ	apija@apija.com.br	(62) 3086-5250	apija.com.br
BIOSCIE	licitacao@bioscie.com.br	(62) 3983-1920	-
BLL	blprodutoslaboratoriais@gmail.com	(51) 99607-9290	-
CALIBRY	calibry@calibrymetrologia.com	(62) 3638-0078	-
CAPRIOTTI	vendas@capriotti.ind.br; fabricio.alexandre@capriotti.ind.br	(11) 4303-2058	capriotti.ind.br
CARVALHAES	licitacao@carvalhaes.net	(51) 3044-8825	www.carvalhaes.net
CASA CIRURGICA	cirurgica.licita@gmail.com	(11) 4033-2113	-
DINAMICA QUIMICA	dinamica@dinamicaquimica.com.br	(19) 3114-9255	dinamicaquimica.com.br
EASYCROM	licitacao@easycrom.com.br	(11) 3464-8923	-
EXOM	exom@exom.com.br	(11) 2296-6593; (11) 6193-9044	www.exom.com.br
FAROL	vendas@farolcientifica.com.br	(62) 3225-7467	farolcientifica.com.br
FOX SCIENCE	foxscience@gmail.com	(21) 3734-2537	-
GÊNESIS CIENTÍFICA	vendas@genesiscientifica.com.br	(62) 3291-8981	www.genesiscientifica.com.br
GENÉTICA BRASIL	mariana.lopes@geneticabrasil.com.br/licitacao@geneticabrasil.com.br	(61)3340-7646	www.geneticabrasil.com.br
GYN LAB	gynlabgo@gmail.com	(62)3293-5119	gynlab.com.br/produtos.html
HEXYS	-	-	www.myhexis.com.br
HIMEDIALABS	-	-	www.himedialabs.com
JKLAB	jklab@jklab.com.br	(62) 3293-9388; (62) 99610-0088	jklab.com.br
LABORCLIN	danieli.ozetto@laborclin.com.br	(41) 3661-9058	www.laborclin.com.br
LABORMEX	labormex@labormex.com.br	(11) 3420-4698	-
LABSYNTH	-	-	www.labsynth.com.br
LAS DO BRASIL	comercial@lasdobrasil.com.br	(62) 3085-1900	www.lasdobrasil.com.br
LELIANE DE JESUS	primeworldsolucoes@gmail.com	(62) 8600-2533	-

LIFE TECHNOLOGIES	rodrigo.costa@thermofisher.com	(11) 2730-3093	-
LPK DIAGNÓSTICOS	lpk@lpkdiagnosticos.com.br	(11) 4702-9212	www.lpkdiagnosticos.com.br
LUCADEMA	lucadema@lucadema.com.br	(17) 3512-4740	www.lucadema.com.br
LUDWIG BIOTEC	vendas@ludwigbiotec.com.br	(51) 3044-3308	ludwigbiotec.com.br/loja
MAKLAB	maklab@maklab.com.br	(19) 3367-6640; (19) 98808-7796	-
MECLAB	contato@meclab.com.br	(11) 3522-6680; (12) 3351-8998	meclab.com.br
MERCK	liticaquimica@merckgroup.com	(11) 2170-8000	-
MOLECULAR	licit@molecular.com.br; vendas@molecularbrasil.com.br	(31) 3658-5366; 3656-5378	www.molecularbrasil.com.br
NEO BIO	comercial@neobio.com.br	(14) 3880-5999	www.neobio.com.br
NETLAB	vendas@lojanetlab.com.br	(11) 2373-0040	www.lojanetlab.com.br
NOVA ANÁLISE	novaanalisediag@mail.com	(11) 5094-4699	www.diagnosticodobrasil.com.br
NOVA ANALÍTICA	-	-	www.analiticaweb.com.br
NOX CHEMICALS	diego@noxchemical.com.br	(19) 99851-8795	noxchemicals.com.br
OBJETIVA	objetiva.ltda@terra.com.br	(62) 3091-4345; 3086-0450	-
ORBITAL	orbitalprodutos@gmail.com	(34) 3210-0357; (34) 3210-0270	www.orbitallab.com.br
PLAST LABOR	plabor@plastlabor.com.br	(21) 2501-0888	-
PRÓ ANÁLISE	-	(11) 4615-4499	www.pro-analise.com.br
PROBAC	-	-	www.probac.com.br
PROLAB	vendas@prolab.com.br	(11) 5671-9100	www.prolab.com.br
QIAGEN	danielabarbosa@qiagen.com	(11) 3464-8923	-
QUALITY CIENTÍFICA	vendas@qualitycientifica.com.br	(62) 3321-4014	qualitycientifica.com.br
QUIMILAB	contato@quimilab.com.br; quimilab@terra.com.br	(12) 3955-4646	www.quimilab.com.br
SCHARLAB	scharlab@scharlab.com.br	(11) 5512-5744	www.scharlab.com/index.php
SIGMA	-	-	www.sigmaaldrich.com
SINERGIA CIENTÍFICA	vendas@sinergiacientifica.com.br; vendas3@sinergiacientifica.com.br	(19) 3307-5200	www.sinergiacientifica.com.br
SPLABOR	cotacao@splabor.com.br; sp@splabor.com.br	(18) 2104-9090; (18) 3918-9090	www.splabor.com.br
SQUADRA	squadra.diretoria@gmail.com	(62) 396-1080	-
SUD LAB	comercial@sudlab.com.br; licitacao@sudlab.com.br	(21) 3557-0523	-
T DE J SALATA	tjcsalata@outlook.com	(19) 3877-4055	-
TPL TAMIS	vendas@tpltamis.com.br	(11) 2503-6894	-
ZILQUÍMICA	zilquimica@zilquimica.com.br; bruno@zilquimica.com.br	(16) 3434-2629	www.zilquimica.com.br

O suprimento da necessidade de tais materiais deve ocorrer por meio de compra, disciplinada na Seção V do Capítulo I da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. **Tratando-se de bens comuns, os produtos são comumente adquiridos por pregão eletrônico com a adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP, visto que a situação se enquadra nas hipóteses dos incisos II, e IV do art. 3º, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as condições em que o SRP deve ser adotado. Tais hipóteses são, respectivamente, quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas.**

Ressalta-se ainda que a adoção do SRP está de acordo com o que consta na Nota Técnica nº 1/2017/LANAGRO-GO/MAPA (Anexo IV), que justifica a adoção do SRP com base no art. 3º, inciso III, do Decreto nº 7.892, de 2013, nas aquisições e contratações realizadas pelos laboratórios da Rede Oficial de Laboratórios do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Nos termos do documento citado, devido ao grande volume de aquisições e contratações praticadas, a compra compartilhada por Sistema de Registro de Preço tem sido adotada para a otimização dos procedimentos administrativos, visto que o lançamento de licitações por meio de SRP propicia a participação dos outros Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária para itens comuns, o que ocorre com significativa frequência.

Ademais, ainda que outros Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária não sejam Órgãos Participantes da Intenção de Registro de Preços, a adoção do SRP se justificaria com base no inciso III, do Decreto nº 7.892, de 2013, devido à possibilidade de realização da aquisição por meio da figura da adesão "carona", o que consubstancia um importante mecanismo de gestão diante de emergências ocasionadas pelas mais diversas situações, como por exemplo, pelo prolongamento da fase externa de licitação por impugnações e recursos, fato este que foge da seara de atuação do gestor.

Outro aspecto observado envolve a aplicação do **tratamento diferenciado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - EPP de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015**. Para esse aquisição de insumos laboratoriais, verifica-se ser adequado o **afastamento de tal tratamento com fulcro no art. 10, inciso I e II do Decreto nº 8.538, de 2015**, considerando as conclusões da Nota Técnica nº 4/2016/SEC/DAD/LANAGRO-GO/CGAL/SDA/MAPA (Anexo V).

## 6. Descrição da solução como um todo

**Aquisição de material de laboratório, incluindo materiais biológicos, materiais químicos, Equipamentos de Proteção Individual - EPI, materiais laboratoriais, peças e acessórios para equipamentos, visando à manutenção das análises laboratoriais, atividade fim deste laboratório**, por meio de pregão eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O levantamento das necessidades foi realizado pelas unidades laboratoriais da Divisão Técnica Laboratorial e pela Seção Laboratorial Avançada em Campo Grande - Slav-MS, que empregam os materiais em suas atividades, considerando os critérios: experiência em relação ao consumo/duração de cada item, estoque disponível, capacidade operacional e demanda analítica estimadas para 2021, escopo analítico e limitação orçamentária. Tais unidades registraram os itens, por meio do Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações - PGC, no grupo denominado "Aquisição Material de Laboratório" do Plano Anual de Contratações 2020, cujo relatório constitui o Anexo VI destes Estudos Técnicos Preliminares.

As quantidades devem ser consideradas uma estimativa, para que não haja despesas inoportunas com a formação de grandes estoques no almoxarifado do órgão, ou prejuízo com a perda desse material, o que pode ocorrer em último caso. Essa alternativa se deve ao fato de que a demanda está sujeita a alterações que muitas vezes não podem ser antecipadamente previstas, tais como, alterações de demandas de fiscalização da Secretaria de Defesa Agropecuária alheias a vontade do gestor local, bem como os fatores imprevisíveis, como o incêndio no transformador de alta tensão do órgão que provocou restrições em seu funcionamento em 2019 e a emergência de saúde em decorrência da transmissão humana do novo coronavírus (Covid-19) com efeitos sobre o exercício de 2020.

Considerando a identidade de alguns objetos, restou identificada a necessidade de consolidação dos itens. Além disso, após reanálise pelas áreas interessadas, as quantidades de alguns itens foram alteradas, bem como aprimoradas as especificações técnicas. As listas dos Anexos VII e VIII (a última se trata do documento em formato Excel) apresentam essas informações, como também a quantidade mínima e máxima a ser contratada, conforme a necessidade.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

*[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: Valor estimado ou máximo aceitável sigiloso, nos termos do art. 15, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 (§ 3º do art. 7º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e no art. 20 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012).]*

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O parcelamento da entrega dos bens é medida que se impõe como forma de mitigar o risco de formação de grandes estoques e desperdício de material.

No caso do meio de cultura ágar *Listeria*, segundo Ottaviani e Agosti - ALOA (item 832) e os suplementos antibióticos (item 369) e L--fosfatidilinositol (item 372), entende-se ser **necessário o agrupamento** para compra de um mesmo fornecedor, em virtude das diferenças de composição entre os fabricantes deste meio, o que influencia diretamente na pesquisa de *Listeria Monocytogenes*. Além disso, é imprescindível a disponibilidade dos suplementos no mesmo momento em função da diferença da data de validade dos produtos e que, sem um deles, não há como realizar as análises.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não foram identificadas contratações correlatas e/ou interdependentes que impactam diretamente a efetivação da presente contratação.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Os itens dessa contratação estão previstos no Plano Anual de Contratações - PAC do ano de 2020, no grupo "Aquisição Material de Laboratório", conforme Anexo VI destes Estudos Técnicos Preliminares. Esse grupo contém itens dos subgrupos "Biologia Molecular", "Cromatografia", "Microbiologia", "Padrões e Materiais de Referência", "Reagentes e Soluções", "Vidraria, EPI e Outros", "Peças e Acessórios", "Sequenciamento de DNA" e "Extração de DNA". Foram considerados apenas os itens nas situações "Incluído no PAC", "Incluído no PAC após a data limite" e "Incluído no PAC (editado)".

Os itens 519 e 893, relativos a "óleo de parafina" e "papel mata-borrão", respectivamente, foram removidos da contratação de material de consumo administrativo e passaram a integrar o grupo de "Materiais de Laboratório".

Devido a necessidades identificadas após o período de elaboração do plano, foram incluídos os itens abaixo. **Justifica-se essa inclusão devido ao fato de este órgão ter passado a processar, em caráter excepcional, amostras para detecção de Covid-19, bem como amostras de novas demandas dos programas oficiais da Secretaria de Defesa Agropecuária. Além disso, considerando se tratar do primeiro ano de elaboração do PAC, nos moldes da Instrução Normativa Seges/ME nº 1, de 10 de janeiro de 2020, o que é natural que haja falhas no levantamento das necessidades, cuja ocorrência tende a reduzir à medida que o órgão aperfeiçoa o planejamento das contratações públicas.**

Nº Item	Código do Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Prioridade	Justificativa	Unidade Requiritante
3524	220523	PROTETOR FACIAL, MATERIAL ACRÍLICO, COR INCOLOR, COMPRIMENTO 150, MATERIAL COROA PLÁSTICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COROA AJUSTÁVEL E ARTICULADA	UNIDADE	6	Alta	Processamento de amostras de COVID-19.	DLAB
3525	234327	ÓCULOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, MATERIAL ARMAÇÃO POLICARBONATO, MATERIAL LENTE POLICARBONATO, TIPO LENTE ANTI-EMBAÇANTE, INFRADURA, EXTRA ANTI-RISCO, MODELO LENTES COM PORTEÇÃO LATERAL	UNIDADE	10	Alta	Processamento de amostras de COVID-19.	DLAB
3526	397779	VESTUÁRIO PROTEÇÃO, MATERIAL 100% POLIETILENO (TIPO TYVEK), TAMANHO GRANDE, COMPONENTES MACACÃO DESCARTÁVEL COM CAPUZ, ZÍPER FRONTAL, TIPO USO PROTEÇÃO INDIVIDUAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ELÁSTICO NOS PUNHOS, TONZELOS, CAPUZ, COSTURA DUPLA, COR BRANCA	UNIDADE	30	Alta	Processamento de amostras de COVID-19.	DLAB
3530	369561	TOUCA, TIPO DESCARTÁVEL, MATERIAL TNT, COR BRANCA, APLICAÇÃO COZINHA INDUSTRIAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TAMANHO ÚNICO COM ELÁSTICO	CAIXA 00000100,00 UN	2	Alta	Processamento de amostras de COVID-19.	DLAB
3531	412215	KIT OTIMIZADO REAÇÕES PARA SIMPLEX E MULTIPLEX PARA DETECÇÃO E ANÁLISE DE RNA REALIZADA DIRETAMENTE DO PRODUTO DA REAÇÃO DA TRANSCRIÇÃO REVERSA SEM NECESSIDADE DE PROCESSAMENTOS POSTERIORES. EM UM ÚNICO TUBO O RNA É TRANSCRITO E AMPLIFICADO PELA TÉCNICA DE PCR. PODE SER UTILIZADO COM O SISTEMA TAQMAN DE PRIMERS E PROBES. TODA REAÇÃO É MONITORADA PELO AUMENTO DE FLUORESCÊNCIA DO PROBE, POSSIBILITANDO A	TESTE	2	Alta	Trata-se da aquisição de Kit MasterMix, aquisição para amplificação RT PCR com enzimas ArrayScript e AmpliTaq Gold, com tampão contendo rox na mesma solução para garantir a	DLAB

		ANÁLISE DE VÁRIAS AMOSTRAS POR DIA COM ALTA REPRODUTIBILIDADE. COMPOSTO POR: ARRAYSRIPT™ REVERSE TRANSCRIPTASE (TAQMAN REAL-TIME REVERSE TRANSCRIPTION PCR (RT-PCR); DNA POLYMERASE AMPLITAQ GOLD DNA POLIMERASE, CONTENDO 2X RT-PCR BUFFER (COM ROX), 25X RT-PCR ENZYME MIX, E ÁGUA LIVRE DE NUCLEASES				sensibilidade da detecção e normalização do sinal de fluorescência. Específico para utilização nos ensaios de COVID-19	
3532	412215	SONDA MARCADA COM FLUORESCÊNCIA NA EXTREMIDADE 5' COM FLUORÓFORO 6-FAM E NA EXTREMIDADE 3' COM O FLUORÓFORO MGB, PARA PCR EM TEMPO REAL, LIVRES DE SAL, PURIFICADAS POR HPLC, CONFERIDO POR ESPECTROFOTÔMETRO DE MASSA E CONFECCIONADAS NA ESCALA FINAL DE 20.000 PICOMOLES. VALIDADE MÍNIMA DE UM ANO NO ATO DA ENTREGA. DEVE ACOMPANHAR CERTIFICADO DE ANÁLISE	UNIDADE	2	Alta	AS SONDAS MGB DEVEM CONTER A ESCALA FINAL DE 20.000 PICOMOLES. UTILIZAÇÃO NOS ENSAIOS DE COVID-19.	DLAB
3533	414930	ÁGAR BILE VERMELHO VIOLETA GLICOSE (VRBG), EM PÓ, PARA DETECÇÃO E ENUMERAÇÃO DE ENTEROBACTERIACEAE. COMPOSIÇÃO: SEGUNDO O MÉTODO ISO 21528.	FRASCO 00000500,00 G	2	Alta	INSUMO NECESSÁRIO PARA CONTAGEM DE ENTEROBACTÉRIAS	MIC
3534	414930	CALDO SABOURAUD DEXTROSE, EM PÓ, PARA CULTIVO NÃO SELETIVO USADO NO DESENVOLVIMENTO DE FUNGOS, LEVEDURAS E MICRORGANISMOS ACIDÚRICOS. COMPOSIÇÃO: DEXTROSE 20,00 G/L E PEPTONA ESPECIAL 10,00 G/L.	FRASCO 00000500,00 G	2	Alta	NECESSÁRIO PARA REALIZAR CONTAGEM DE FUNGOS E LEVEDURAS	MIC
3535	414930	CALDO SOJA TRIPTONA, EM PÓ, PARA CRESCIMENTO DE MICROORGANISMOS.	UNIDADE	2	Alta	PREPARAÇÃO DE MEIO PARA ENRIQUECIMENTO BACTERIANO	MIC
3536	410326	SAPATILHA HOSPITALAR - SAPATILHA HOSPITALAR, MATERIAL* NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO, MODELO C/ ELÁSTICO, COR* C/ COR, GRAMATURA* CERCA DE 40 G/M2, TAMANHO* ÚNICO, TIPO USO* DESCARTÁVEL	CAIXA 00000100,00 UN	12	Alta	Processamento de amostras para diagnóstico de COVID-19	DLAB
3538	375711	LUVAS DE PROCEDIMENTO DE NITRILA NÃO CIRÚRGICAS P - LUVA NITRÍLICA PARA PROCEDIMENTO, SEM PÓ, NÃO ESTÉRIL, AMBIDESTRA, HIPOALÉRGICA, SUPERFÍCIE MICROTEXTURIZADA, PUNHO COM BAINHA, COR AZUL OU LILÁS. DEVEM ESTAR IMPRESSOS EM CADA LUVA O NÚMERO DO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) E O LOTE. TAMANHO: P. ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: O PRODUTO DEVE APRESENTAR INSCRIÇÃO DO CADASTRO DE REGISTRO DO FABRICANTE (CRF) E DO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). CAIXA COM 100 UNIDADES.	UNIDADE	200	Alta	Processamento de amostras para diagnóstico de COVID-19	DLAB
3541	435161	TESTE IMUNOENZIMÁTICO QUE PERMITE A DETECÇÃO DE ANTÍGENOS DE LISTERIA MONOCYTOGENES EM ALIMENTOS PELO MÉTODO ELFA (ENZYME LINKED FLUORECENT ASSAY) NO SISTEMA AUTOMATIZADO ELFA. KIT COM 60 TESTES, SISTEMA VIDAS.	UNIDADE	5	Alta	PESQUISA DE LISTERIA MONOCYTOGENES EM AMOSTRAS DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	DLAB
3545	402525	PRIMERS (OLIGONUCLEOTÍDEOS) MARCADOS COM FLUORESCÊNCIA 6FAM, TET, VIC, HEX,	UNIDADE	13	Alta	Realização de ensaios para genotipagem de	DLAB

		NED E PET, E NÃO MARCADOS, NA ESCALA FINAL DE 80.000 PMOL, DESSANILIZADOS E DESPROTEGIDOS.				cultivares de cebola	
3586	378141	TRIFENILTETRAZÓLIO, ASPECTO FÍSICO PÓ BRANCO, LEVEMENTE AMARELADO, FÓRMULA QUÍMICA C19H15CLN4 (CLORETO 2,3,5-TRIFENIL-2H-TETRAZÓLIO), PESO MOLECULAR 334,81, GRAU DE PUREZA PUREZA MÍNIMA DE 98%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 298-96-4	GRAMA	250	Alta	Essencial para avaliação da qualidade de sementes	DLAB
3587	215972	ESCADA DOMÉSTICA, MATERIAL ALUMÍNIO, NÚMERO DEGRAUS 4, REVESTIMENTO DEGRAUS TAPETE ANTIDERRAPANTE, TIPO PINTURA EPOXI, TIPO DEGRAUS ARTICULÁVEIS	UNIDADE	1	Alta	Importante para melhorar as condições de arquivamento de amostras	DLAB
3588	445300	LÂMINA BISTURI, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, TAMANHO Nº 11, TIPO DESCARTÁVEL, ESTERILIDADE ESTÉRIL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS EMBALADA INDIVIDUALMENTE	CAIXA 00000100,00 UN	3	Alta	Necessária para cortar sementes	DLAB
3589	313630	LÂMINA BISTURI, MATERIAL AÇO CARBONO, TAMANHO Nº 22, TIPO DESCARTÁVEL, ESTERILIDADE ESTÉRIL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS EMBALADA INDIVIDUALMENTE	CAIXA 00000100,00 UN	3	Alta	Necessário para cortar sementes	DLAB
3590	399344	MÁSCARA MULTIUSO, MATERIAL MANTA SINTÉTICA COM TRATAMENTO ELETROSTÁTICO, TIPO USO DESCARTÁVEL, FINALIDADE PROTEÇÃO: ODOR, FULIGEM, GASES, VAPORES ORGÂNICOS, TAMANHO ÚNICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEMI-FACIAL, VALVULADA, CARVÃO ATIVADO, PFF3	PACOTE 00000100,00 UN	10	Alta	Importante para para proteção do analista, ao analisar sementes tratadas com agrotóxicos	DLAB
3591	260449	VESTUÁRIO PROTEÇÃO, MATERIAL JALECO E CALÇA 100% ALGODÃO, TRATAMENTO HIDROREPEL, COMPONENTES JALECO, CALÇA, AVENTAL, TOUCA E VISEIRA PROTEÇÃO, TIPO USO APLICAÇÃO DE AGROTÓXICOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CALÇA COM REFORÇO FRONTAL EMBORRACHADO E AVENTAL	UNIDADE	3	Alta	Importante para proteção do analista ao analisar sementes tratadas com agrotóxicos	DLAB
3592	452286	MÁSCARA CIRÚRGICA, MATERIAL SMS, CAMADAS 3 CAMADAS C/ DOBRAS, FIXAÇÃO TIRAS ELÁSTICAS, ADICIONAL C/ CLIPE NASAL, COMPONENTES FILTRAÇÃO DE PARTÍCULAS MÍNIMA DE 95%, ESTERILIDADE USO ÚNICO	UNIDADE	500	Alta	Importante para proteção do analista ao analisar sementes tratadas com agrotóxicos	DLAB
3593	289050	SOLUÇÃO TAMPÃO, LEITURA PH 10, APLICAÇÃO CALIBRAGEM DE PEAGÂMETRO	FRASCO 00000500,00 ML	1	Alta	Necessário para calibração de peagâmetro	DLAB
3594	289050	SOLUÇÃO TAMPÃO, LEITURA PH 10, APLICAÇÃO CALIBRAGEM DE PEAGÂMETRO	FRASCO 00000100,00 ML	1	Alta	Necessário para calibração de peagâmetro	DLAB
3595	234416	SOLUÇÃO TAMPÃO, LEITURA PH 4,0, APLICAÇÃO CALIBRAGEM DE PEAGÂMETRO	FRASCO 00000100,00 ML	1	Alta	Necessário para calibração de peagâmetro	DLAB
3596	234416	SOLUÇÃO TAMPÃO, LEITURA PH 4,0, APLICAÇÃO CALIBRAGEM DE PEAGÂMETRO	FRASCO 00000500,00 ML	1	Alta	Necessário para calibração de peagâmetro	DLAB
3597	234417	SOLUÇÃO TAMPÃO, LEITURA PH 7,0, APLICAÇÃO CALIBRAGEM DE PEAGÂMETRO	FRASCO 00000100,00 ML	1	Alta	Necessário para calibração de peagâmetro	DLAB
3598	234417	SOLUÇÃO TAMPÃO, LEITURA PH 7,0, APLICAÇÃO CALIBRAGEM DE PEAGÂMETRO	FRASCO 00000500,00 ML	1	Alta	Necessário para calibração de peagâmetro	DLAB
		FOSFATO DE POTÁSSIO, ASPECTO FÍSICO PÓ BRANCO CRISTALINO, INODORO, FÓRMULA					

3599	445252	QUÍMICA KH <sub>2</sub> PO <sub>4</sub> (MONOBÁSICO ANIDRO), PESO MOLECULAR 136,09, TEOR DE PUREZA PUREZA MÍNIMA DE 99,5%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7778-77-0, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS REAGENTE P.A., ACS E ISO	GRAMA	250	Alta	Utilização na preparação de solução tampão	DLAB
3600	380654	FOSFATO DE SÓDIO, ASPECTO FÍSICO CRISTAIS BRANCOS, FÓRMULA QUÍMICA NA <sub>2</sub> HPO <sub>4</sub> · 2H <sub>2</sub> O (DIBÁSICO DIHIDRATADO), MASSA MOLECULAR 177,99, GRAU DE PUREZA PUREZA MÍNIMA DE 99%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL REAGENTE P.A. ACS, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 10028-24-7	GRAMA	250	Alta	Utilização na preparação de solução tampão	DLAB
3601	108898	CAIXA PLÁSTICA TIPO GERBOX, PRODUZIDA EM POLIESTIRENO CRISTAL TRANSPARENTE; CAPACIDADE 250 ML; MEDIDAS: 11 X 11 X 3,5 CM; TELA FABRICADA COM MATERIAL: POLIESTIRENO CRISTAL TRANSPARENTE	UNIDADE	20	Alta	Utilização na montagem de testes laboratoriais	DLAB
3602	412215	KIT DE PURIFICAÇÃO DE ÁCIDO NUCLEICO DO MAGMAX CORE É UMA SOLUÇÃO DE ALTA EFICIÊNCIA PARA PURIFICAR RNA E DNA DE UMA GAMA DE TIPOS DE AMOSTRAS. A QUÍMICA UNIVERSAL É OPTIMIZADA PARA USO EM UMA VARIEDADE DE PROCESSADORES DE PARTÍCULAS MAGNÉTICAS E NO INSTRUMENTO KINGFISHER E O PROJETO MODULAR DO KIT PERMITE FLEXIBILIDADE PARA OUTRAS NECESSIDADES FUTURAS DE TESTE. O MAGMAX CORE KIT AJUDA A FLUXO DE TRABALHO EM LABORATÓRIO PARA APLICAÇÕES EM TEMPO REAL PCR, RT-PCR E SEQUENCIAIS EM TEMPO REAL. O KIT É COMPOSTO POR • 1 X 50 ML DE SOLUÇÃO DE LÍNGUA MAGMAX CORE, • 1 X DE 45 ML DE SOLUÇÃO DE LIGAÇÃO DE CORE MAGMAX, • 1 X DE 60 ML DE SOLUÇÃO DE LAVAGEM DE NÚCLEO MAGMAX 1, • 1 X DE 60 ML DE SOLUÇÃO DE LAVAÇÃO DE NÚCLEO DE MAGMAX 2, • 1 X DE 12 ML DE SOLUÇÃO DE MAGMAX TAMPÃO, • 1 X 2,2 ML MAGMAX CORE MAGNÉTICA, • 1 X 1,25 ML MAGMAX PROTEINASE K. 500 REAÇÕES. REF A32702. PARA USO NO EXTRATOR KINGFISHER.	UNIDADE	4	Alta	Insumo necessário para fazer a extração de DNA, no equipamento Kingfisher.	DLAB
		Padrão de Referência em solução, tipo mistura de agrotóxicos (mix), aspecto físico: solução em acetonitrila. Composição: 6-Benzilaminopurina (1214-39-7); Abamectina (71751-41-2); Acetocloro ( 34256-82-1); Acibenzolar-S-metílico ( 135158-54-2); Ácido Giberélico ( 77-06-5); Acifluorfen ( 50594-66-6); Aclonifem ( 74070-46-5); Acrinatrina (101007-06-1); Alanicarbe ( 83130-01-2); Amicarbazona ( 129909-90-6); Aminopirralide (150114-71-9); Anilazina (101-05-3); Asulam ( 3337-71-1 ); Atrazina (1912-24-9); Azametinfós (35575-96-3); Azinsulfurom ( 120162-55-2 ); Azociclotina (41083-11-8); Bendiocarb (22781-23-3); Bentiavalicarbe isopropílico ( 177406-68-7); Benzoato de Emamectina (Mix B1a/B1b) (155569-91-8); Bioresmetrina (28434-01-7); Brodifacum (56073-10-0); Bromacila ( 314-40-9 ); Bromadiolona ( 28772-56-7 ); Bromofós-metil (2104-96-3); Bromoxynil ( 1689-84-5 ); Carfentrazone etílica (128639-02-1); Carpropamida ( 104030-54-8); Ciantraniliprole (736994-63-1); Ciclanilida (113136-77-9 ); Cifenotrina (39515-40-7); Ciflumetofem (400882-07-7); Ciromazina (66215-27-8);					

3603456620	<p>Cletodim (99129-21-2); Clodinafope-Propargil (105512-06-9); Clomazona (81777-89-1); Cloreto de Clormequate ( 7003-89-6 ); Clotianidina (210880-92-5); Coumacloro (81-82-3); Cromafenozida (143807-66-3 ); Cumafeno ( 81-81-2); Cyanazine (21725-46-2); Diafentiurom (80060-09-9); Diclosulam ( 145701-21-9 ); Difacinone ( 82-66-6 ); Difenacuma ( 56073-07-5 ); Diflufenican (83164-33-4); Dimetenamida (87674-68-8); Diquat Dibromido (6385-62-2); Ditianona (3347-22-6);</p> <p>Doramectina (117704-25-3); Edifenfós (17109-49-8); Eprinomectina (123997-26-2); Espinosade (Mix A e D) (168316-95-8); Espirodiclofeno (148477-71-8); Espiromesifen (283594-90-1); Etefon (16672-87-0); Etoxazole (153233-91-1); Etoxisulfuron (126801-58-9); Fenotrina ( 26002-80-2 ); Fipronil Sulfona ( 120068-36-2); Flazassulfurom (104040-78-0); Flonicamida ( 158062-67-0 ); Fluazinam (79622-59-6); Fluazuron (86811-58-7); Flubendiamide (272451-65-7); Flumetralina (62924-70-3); Flumioxazina (103361-09-7); Fluopicolida (239110-15-7); Fluquinconazol (136426-54-5); Fluridona (59756-60-4); Fluxapyroxad (907204-31-3); Fomesafem (72178-02-0); Fosetil Alumínio ( 15845-66-6 ); Foxim ( 14816-18-3 ); Glifosato (1071-83-6 ); Glufosinato (51276-47-2); Halosulfurom-metil (135397-30-7); Haloxifope-metil-éster (72619-32-0); Haloxifope-P (95977-29-0); Hidrazida Maleica ( 123-33-1 ); Imazamox (114311-32-9); Imazaquin (81335-37-7); Imazetapir (81335-77-5); Indoxacarb (173584-44-6); Iodofenós (18181-70-9); Iodossulfurom-metilico sódico (144550-36-7); Ipconazol (125225-28-7); Isoxaflutol (141112-29-0); Ivermectina (70288-86-7); Lactofem (77501-63-4); Mandipropamida ( 374726-62-2); MCPA (94-74-6); Mesossulfurom-metilico (208465-21-8); Metaflumizone (139968-49-3); Metamitron (41394-05-2); Metolaclo ( 51218-45-2); Metropene (40596-69-8); Molinato (2212-67-1); Moxidectina (113507-06-5); Nicossulfuron (111991-09-4); Novaluron (116714-46-6); Orizalina (19044-88-3); Ortossulfamurom (213464-77-8); Oxadiargil ( 39807-15-3); Oxadiazona (19666-30-9); Oxasulfuron (144651-06-9); Óxido de Fembutatina (13356-08-6); Paraquat Diclorido Hidratado ( 4685-14-7 ); Pimetrozina (123312-89-0); Piraflufen etil (129630-17-7); Protiocozonol (178928-70-6); Quinometionato (2439-01-2); Quizalofope-P (94051-08-8); Quizalofope-P-etílico (94051-08-8); Resmetrina (cis/trans) (10453-86-8); Saflufenacil (372137-35-4); Sulfentrazone (122836-35-5); Sulfometurom metílico (74222-97-2); Tebufenozida (112410-23-8); Tebupirimfós ( 96182-53-5); Tebutiuron (34014-18-1); Teflubenzuron (83121-18-0); Tembotrione (335104-84-2); Temefós (3383-96-8); Tepraloxidin ( 149979-41-9); Terbutilazina (5915-41-3); Tetrametrina (7696-12-0); Tiazopir (117718-60-2); Tiodiazuron (51707-55-2); Tifluzamida (130000-40-7); Tionazina (Zinofós) ( 297-97-2); Transflutrina (118712-89-3); Triclopir (55335-06-3). Deve possuir certificado com selo de acreditação ISO 17034. A quantidade de soluções para acomodar essas padrões deve ser, no máximo 40 soluções. O volume de cada solução pode ser de 25 à 50 mL, sendo que este pode ser dividida em ampolas (ex: 5 ampolas de 10 mL, ou 5 ampolas de 5 mL). Prazo de validade: mínimo de 06 meses, à partir da entrega.</p>	FRASCO 00000025,00 ML	2	Alta	Insumo essencial para análise de agrotóxicos em alimentos.	DLAB
------------	---	-----------------------	---	------	--	------

Padrão de Referência em solução, tipo mistura de agrotóxicos (mix), aspecto físico: solução em acetonitrila, concentração 100 mg/L. Composição:

2,4-DDD (53-19-0); 2,4-DDE (3424-82-6); 2,4-DDT (789-02-6); 4,4-DDD (72-54-8); 4,4-DDE (72-55-9); 4,4-DDT (93952-18-2); Acefato (30560-19-1); Acetamiprida (135410-20-7); Alacloro (15972-60-8); Aldicarb Sulfona (1646-88-4); Aldicarbe (116-06-3); Aldrin (309-00-2); Aletrina (584-79-2); Ametrina (834-12-8); Amitraz (33089-61-1); Azaconazol (60207-31-0); Azinfós etil (2642-71-9); Azinfós Metil (86-50-0); Azoxistrobina (131860-33-8); Barban (101-27-9); Benalaxil (71626-11-4); Benfluralina (1861-40-1); Benfuracarbe (82560-54-1); Bentazona (25057-89-0); Bifentrina (82657-04-3); Bitertanol (55179-31-2); Boscalida (188425-85-6); Bromopropilato (18181-80-1); Bromuconazol (116255-48-2); Bupiramato (41483-43-6); Buprofezina ( 69327-76-0); Cadusafos (95465-99-9); Carbaril (63-25-2); Carbendazim (10605-21-7); Carbofenotion (786-19-6); Carbofurano (1563-66-2); Carbossulfan (55285-14-8); Carboxin (5234-68-4); Cialofope-butil (122008-85-9); Ciazofamida (120116-88-3); Ciflutrina (68359-37-5); Cimoxanil (57966-95-7); Cinidon-etílico ( 142891-20-1); Cipermetrina (52315-07-8); Ciproconazol (52315-07-8); Ciprodinil (121552-61-2); Clorbromuron (13360-45-7); Clordano-cis (57-74-9); Clordano-trans (5103-74-2); Clorfenvinfós (470-90-6); Clorimuron-etil (90982-32-4); Clormefos ( 24934-91-6); Clorobenzilato (510-15-6); Cloroxuron (1982-47-4); Clorpirifós Etil ( 2921-88-2); Clorpirifós Metil (5598-13-0); Clortiofos (60238-56-4); Cresoxim metílico (143390-89-0); Deltametrina (52918-63-5); Desmedifan (13684-56-5); Diazinon (333-41-5); Diclofope-metílico (120-36-5); Diclorana (99-30-9); Diclorvós (62-73-7); Dicofol ( 115-32-2); Dicrotofós (141-66-2); Dieldrin (60-57-1); Dietofencarbe (87130-20-9); Difenoconazol (119446-68-3); Diflubenzuron (35367-38-5); Dimetoato (60-51-5); Dimetomorfe (110488-70-5); Dimoxistrobina (149961-52-4); Dissulfoton sulfona (2497-06-5); Dissulfoton Sulfóxido (16409-44-2); Dissulfotona (298-04-4); Diuron (330-54-1); Dodemorfe (1593-77-7); Endosulfam (alfa) (959-98-8 ); Endosulfam (beta) (33213-65-9); Endrin (72-20-8); EPN (2104-64-5); Epoxiconazol (133855-98-8); Esfenvalerato (66230-04-4); Espiroxamina (118134-30-8); Etiofencarbe ( 29973-13-5); Etiofencarbe Sulfona (53380-23-7); Etiofencarbe sulfóxido (53380-22-6); Etiona (563-12-2); Etiprol (181587-01-9); Etirimol (23947-60-6); Etofenprox (80844-07-1); Etofumesato (26225-79-6); Etoprofós (13194-48-4); Etrinfós (38260-54-7); Fempropatrina (39515-41-8); Fenamidona (161326-34-7); Fenamifós ( 22224-92-6); Fenamifós sulfona (31972-44-8); Fenamifós Sulfóxido (31972-43-7); Fenarimol (60168-88-9); Fenazaquina (120928-09-8); Fenbuconazol (114369-43-6); Fenclorfós (299-84-3); Fenitrotiona (122-14-5); Fenobucarbe (3766-81-2); Fenoxaprop-Etilico (66441-23-4); Fenoxicarbe (72490-01-8); Fenpiroximato (134098-61-6); Fenpropimorfe (67564-91-4); Fention (55-38-9); Fention Sulfona (3761-42-0); Fention Sulfóxido (55-38-9); Fentoato (2597-03-7); Fenvalerato (51630-58-1); Fipronil (120068-37-3); Fluazifope Butil (69806-50-4); Flucitrinato (70124-77-5); Fludioxonil (131341-86-1); Flufenacet (142459-58-3); Flufenoxuron (101463-69-8);

3604456620	<p>Fluroxipir (69377-81-7); Flusilazole (85509-19-9); Flutriafol (76674-21-0); Fonofos ( 944-22-9); Foramsulfuron (173159-57-4); Forato (298-02-2); Forato Sulfona (2588-04-7); Forato Sulfóxido (2588-03-6); Fosadona (2310-17-0); Fosfamidona (13171-21-6); Fosmete (732-11-6); Fostiazate (98886-44-3); Furatiocarbe (65907-30-4); HCH Alfa (319-84-6); HCH Beta (319-85-7); HCH Delta (319-86-8); Heptacloro ( 76-44-8); Heptacloro (endo-Epoxido) (28044-83-9); Hexaclorobenzeno (HCB) ( 118-74-1); Hexaconazol (79983-71-4 ); Hexazinona ( 51235-04-2); Hexitiazox (78587-05-0); Imazalil (35554-44-0); Imazapic (104098-48-8); Imazapir (81334-34-1); Imibenconazol (86598-92-7); Imidacloprido (138261-41-3); Iprobenfós (26087-47-8); Iprodiona (36734-19-7); Iprovalicarbe (140923-17-7); Isocarbofós (24353-61-5); Isodrin (465-73-6); Isoproturon (34123-59-6); Lambda Cialotrina (91465-08-6); Lindano (HCH Gama) (319-86-8); Linuron (330-55-2); Lufenurum (103055-07-8); Malaoxon (1634-78-2); Malationa (121-75-5); Mefosfolan (121-75-5); Mesotriona (104206-82-8); Metalaxil (57837-19-1); Metamidofós (10265-92-6); Metazaclor (67129-08-2); Metconazol (125116-23-6); Metidationa ( 950-37-8); Metiocarbe ( 2032-65-7); Metiocarbe Sulfona (2179-25-1); Metiocarbe Sulfóxido (2635-10-1); Metomil (16752-77-5); Metoxicloro ( 72-43-5); Metoxifenazida (161050-58-4); Metoxuron (19937-59-8); Metribuzim ( 21087-64-9); Metsulfuron – metil (74223-64-6); Mevinfós (7786-34-7); Miclobutanil (88671-89-0); Mirex ( 2385-85-5); Monocrotofós ( 6923-22-4); Monuron (150-68-5); Napropamida ( 15299-99-7); Nitempiram (150824-47-8); Nonaclor-Trans (39765-80-5); Nuairimol (63284-71-9); Ometoato ( 1113-02-6); Oxadilic ( 77732-09-3); Oxamil (23135-22-0); Oxicarboxina (5259-88-1); Oxifluorfem (42874-03-3); Paclobutrazol (76738-62-0); Paraaxon etil (311-45-5); Paraaxon Metil (950-35-6); Parationa Etilica ( 56-38-2); Parationa Metilica ( 29232-93-7); Pencicuron ( 66063-05-6); Penconazol (66246-88-6); Pendimetilina ( 40487-42-1); Permetrina (52645-53-1); Picolinafeno (137641-05-5); Picoxistrobina (117428-22-5); Piperonil butóxido (51-03-6); Piraclofós (89784-60-1); Piraclostrobina (175013-18-0); Pirazofós (13457-18-6); Piridabem (96489-71-3); Pirifenox (88283-41-4); Pirimethanil (53112-28-0); Pirimicarbe (23103-98-2); Pirimifós Etil (23505-41-1); Pirimifós metil (29232-93-7); Piriproxifen (95737-68-1); Procimidona ( 32809-16-8); Procloraz (67747-09-5); Profam (122-42-9); Profenofós (41198-08-7); Promecarbe (2631-37-0); Prometrina (7287-19-6); Propamocarbe (24579-73-5); Propanil (709-98-8); Propargito (2312-35-8); Propiconazol ( 60207-90-1); Propizamida ( 23950-58-5); Propoxur ( 114-26-1); Prosulfuron (94125-34-5); Protiofós (34643-46-4); Quintozene (PCNB) ( 82-68-8); Simazim (122-34-9); Sulfotep (3689-24-5); Sulprofos (35400-43-2); Tebuconazol (107534-96-3); Tebufenpirade (119168-77-3); Tepp (107-49-3); Terbufós (13071-79-9); Tetraconazol (112281-77-3); Tetradifona (116-29-0); Tiabendazol ( 148-79-8); Tiacloprido (111988-49-9); Tiametoxam (153719-23-4); Tifensulfuron-metil (79277-27-3); Tiobencarbe (28249-77-6); Tiodicarbe (59669-26-0); Tiofanato metila (23564-05-8); Tiometon ( 640-15-3); Tionazina (297-97-2);</p>	FRASCO 00000025,00 ML	2	Alta	Insumo essencial para análise de agrotóxicos em alimentos	DLAB
------------	--	-----------------------------	---	------	---	------

		Tolclofos Metílico ( 57018-04-9); Tolilfluaniid (731-27-1); Triadimefon (43121-43-3); Triadimenol (55219-65-3); Triasulfuron (82097-50-5); Triazofós (24017-47-8); Triciclazole (41814-78-2); Triclorfon (52-68-6); Tridemorfe (24602-86-6); Trifloxistrobina (141517-21-7); Trifloxisulfuron (199119-58-9); Triflumizol ( 99387-89-0); Triflumuron (64628-44-0); Trifluralina ( 1582-09-8); Triforina (26644-46-2); Trinexapaque-etílico (95266-40-3); Triticonazol ( 131983-72-7); Vinclozolina (50471-44-8); Zoxamida (156052-68-5). Deve possuir certificado com selo de acreditação ISO 17034. A quantidade de soluções para acomodar essas padrões deve ser, no máximo 40 soluções. O volume de cada solução pode ser de 25 à 50 mL, sendo que este pode ser dividida em ampolas (ex: 5 ampolas de 10 mL, ou 5 ampolas de 5 mL). Prazo de validade: mínimo de 06 meses, à partir da entrega.					
3606	373598	KIT VIDAS Staph enterotoxin II - SET2. REAGENTE: CONJUNTO DE REAGENTES, TIPO USO: PARA AMOSTRAS DE ALIMENTOS, APLICAÇÃO: QUALITATIVO ENTEROTOXINAS STAPHILOCOCCUS SP, APRESENTAÇÃO: TESTES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ELFA. CAIXA COM 30 UNIDADES	UNIDADE	360	Alta	Atendimento de demanda do DIPOA, com vistas à realização de ensaios compatíveis com normas da ANVISA.	DLAB
3607	422794	Tubo laboratório, tipo: centrífuga, material: vidro, tipo fundo: fundo redondo, capacidade: 50 ml, adicional: sem orla	UNIDADE	100	Alta	Atendimento de demanda do DIPOA, com vistas à realização de ensaios compatíveis com normas da ANVISA.	DLAB
3608	454035	Papel de pH - Papel indicador de pH de tipo tiras com 3 zonas de cor, apresentando intervalos de pH de, pelo menos, 0,5 unidades. Caixa com 100 unidades	UNIDADE	3000	Alta	Atendimento de demanda do DIPOA, com vistas à realização de ensaios compatíveis com normas da ANVISA.	DLAB
3609	439708	Seringa. Material: polipropileno, capacidade: 10 ml, tipo bico: bico central luer lock ou slip, tipo vedação: êmbolo de borracha, adicional: graduada, numerada, tipo agulha: c, agulha 21 g x 1", componente adicional: c, sistema segurança segundo nr,32, esterilidade: estéril, descartável, apresentação: embalagem individual	UNIDADE	400	Alta	Atendimento de demanda do DIPOA, com vistas à realização de ensaios compatíveis com normas da ANVISA.	DLAB
3610	461098	Padrão de Referência, Tipo enterotoxina estafilocócica. Deve possuir certificado com selo de acreditação ISO 17034	UNIDADE	2	Alta	Atendimento de demanda do DIPOA, com vistas à realização de ensaios compatíveis com normas da ANVISA.	DLAB
3611	360460	KIT SOROLÓGICO PARA IDENTIFICAÇÃO DE SALMONELLA ENTERITIDIS E TYPHIMURIUM - CAIXA CONTENDO 8 UNIDADES DE 3ML CADA.	CONJUNTO	8	Alta	Atendimento de demanda do DIPOA, com vistas à realização de ensaios compatíveis com normas da ANVISA.	DLAB
3612	360460	ANTI-SORO PARA IDENTIFICAÇÃO DE SALMONELLA O:46	FRASCO 00000003,00 ML	8	Alta	Atendimento de demanda do DIPOA, com vistas à realização de ensaios compatíveis com normas da ANVISA.	DLAB
		DEXOXICOLATO DE SÓDIO, ASPECTO FÍSICO:PÓ				Atendimento de	

3613	353507	BRANCO, FÓRMULA QUÍMICA: c24h39nao4.h2o, PESO MOLECULAR: 432,57 G,MOL, TEOR DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 99%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 145224-92-6	FRASCO 00000100,00 G	1	Alta	demanda do DIPOA, com vistas à realização de ensaios compatíveis com normas da ANVISA.	DLAB
3615	435064	SUPLEMENTO SALMONELLA SUPP 25G PARA KIT VIDAS UP SALMONELLA (SPT) 24 HORAS, TIPO DE ANÁLISE: QUALITATIVO RECEPTORES SALMONELLA SP PELO MÉTODO DE TRIAGEM ATRAVÉS DO USO DO EQUIPAMENTO MINI VIDAS, APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 60 COMPRIMIDOS	UNIDADE	1020	Alta	Insumo necessário para atendimento de demanda do DIPOA, relacionada à contemplação dos padrões microbiológicos estabelecidos pela ANVISA.	DLAB
3649	455686	KIT MOLECULAR DETECTION ASSAY 2 - SALMONELLA - MARCA 3M. KIT PARA DETECÇÃO PRESUNTIVA DE PATÓGENOS ATRAVÉS DA AMPLIFICAÇÃO DO DNA ALVO E SUA DETECÇÃO POR BIOLUMINESCÊNCIA. APRESENTAÇÃO: CAIXA C/ 96 TESTES. O PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM TEMPERATURA DE CONSERVAÇÃO ESTABELECIDO PELO FABRICANTE E ACOMPANHADO DE CERTIFICADO DE QUALIDADE. CABE À EMPRESA FORNECEDORA Ceder O(S) EQUIPAMENTO(S) NECESSÁRIOS PARA UTILIZAÇÃO DO KIT EM REGIME DE COMODATO ATÉ A FINALIZAÇÃO DOS KITS E REALIZAR OS PROCEDIMENTOS DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA PREVENTIVA DO EQUIPAMENTO, ATÉ FINALIZAÇÃO DOS KITS. UMA UNIDADE EQUIVALE A UM KIT (CAIXA) PARA 96 TESTES.	UNIDADE	6	Alta	O equipamento MDS está em todos LFDA's pra triagem de Salmonella. Foi feito treinamento da equipe do equipamento em 2019 e, em 2020, a metodologia foi verificada. Agora, para inclusão no escopo, precisa da aquisição dos insumos.	DLAB
3650	455687	KIT MOLECULAR DETECTION ASSAY 2 - LISTERIA MONOCYTOGENES - MARCA 3M. KIT PARA DETECÇÃO PRESUNTIVA DE PATÓGENOS ATRAVÉS DA AMPLIFICAÇÃO DO DNA ALVO E SUA DETECÇÃO POR BIOLUMINESCÊNCIA. APRESENTAÇÃO: CAIXA (KIT) C/ 96 TESTES. O PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM TEMPERATURA DE CONSERVAÇÃO ESTABELECIDO PELO FABRICANTE E ACOMPANHADO DE CERTIFICADO DE QUALIDADE. CABE À EMPRESA FORNECEDORA Ceder O(S) EQUIPAMENTO(S) NECESSÁRIOS PARA UTILIZAÇÃO DO KIT EM REGIME DE COMODATO ATÉ A FINALIZAÇÃO DOS KITS E REALIZAR OS PROCEDIMENTOS DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA PREVENTIVA DO EQUIPAMENTO, ATÉ FINALIZAÇÃO DOS KITS. UMA UNIDADE EQUIVALE A UM KIT (CAIXA) PARA 96 TESTES.	UNIDADE	4		O equipamento MDS está em todos LFDA's pra triagem de Listeria. Foi feito treinamento da equipe do equipamento em 2019 e, em 2020, a metodologia foi verificada. Agora, para inclusão no escopo, precisa da aquisição dos insumos.	DLAB
3651	362363	SUPLEMENTO PARA MEIO DE CULTURA TIPO: SUPLEMENTO RPF (FIBRINOGENIO PLASMA DE COELHO). COMPONENTES/ VIAL: PLASMA DE COELHO 2,5 ML; FIBRINOGENIO 500,0 MG; INIBIDOR DE TRIPSINA 2,5 MG E TELURITO DE POTÁSSIO 2,5 MG. CARACTERÍSTICAS COMPLEMENTARES: TIPO DE EMBALAGEM: CADA UNIDADE CORRESPONDE À UMA CAIXA	UNIDADE	5		Insumo necessário para fazer nova verificação de metodologia analítica de ensaio já acreditado pelo Inmetro	DLAB

		COM 10 VIALS. ACOMPANHA CERTIFICADO DE ANÁLISE QUE COMPROVE ATENDIMENTO ÀS ESPECIFICAÇÕES					
--	--	---	--	--	--	--	--

Considerando a identidade de alguns objetos, restou identificada a necessidade de consolidação dos itens. Além disso, após reanálise pelas áreas interessadas, as quantidades de alguns itens foram alteradas, bem como aprimoradas as especificações técnicas. As listas dos Anexos VII e VIII (a última se trata do documento em formato Excel) apresentam essas informações.

Em relação as quantidades totais, foram ampliadas para alguns itens, considerando que os contratos oriundos de Ata de Registro de Preços não comporta acréscimos, visto que os quantitativos se tratam de uma estimativa de consumo.

Por fim, impende salientar que a contratação se coaduna com os objetivos estratégicos do Mapa Estratégico da Rede de Laboratórios do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa (Anexo IX), dos quais se destaca "Adequar infraestrutura e equipamentos", da perspectiva "Processos internos".

## 12. Resultados Pretendidos

O principal benefício da execução desta contratação é permitir a continuidade da rotina analítica, sem que haja interrupção das análises, o que comprometeria as ações vinculadas aos resultados analíticos e, por extensão, acarretaria prejuízos potenciais à toda a cadeia do agronegócio brasileiro relacionada.

## 13. Providências a serem Adotadas

Não foram identificadas providências a serem adotadas para o deslinde da contratação da solução.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

É imprescindível manter contrato de prestação de serviço de tratamento e destinação final adequada dos resíduos produzidos a partir da manipulação das substâncias a serem adquiridas, considerando que muitas delas são tóxicas e de uso controlado.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A compra nos moldes delineados é viável, tendo em vista que se trata da forma de contratação comumente utilizada pelo Poder Público para aquisição de materiais dessa natureza.

## **16. Responsáveis**

VÁLTER FERREIRA FÉLIX BUENO

Chefe da Divisão Técnica Laboratorial

ARTHUR BARBOSA FERREIRA

Chefe da Divisão Administrativa

## Lista de Anexos

Atenção: alguns arquivos digitais enumerados abaixo podem ter sido anexados mesmo sem poderem ser impressos.

- Anexo I - Portaria MJ 240-2019.pdf (601.61 KB)
- Anexo II - Portaria COLOG-CEB 56-2017.pdf (722.43 KB)
- Anexo III - Portaria COLOG-CEB 118-2019.pdf (609.27 KB)
- Anexo IV - Nota Técnica 1-2017-LANAGRO-GO-MAPA - Justificativa para registro de preços na Rede LANAGRO. pdf (69.53 KB)
- Anexo V - Nota Técnica 4-2016-SEC-DAD-LANAGRO-GO-CGAL-SDA-MAPA - Tratamento Diferenciado ME EPP COOP.pdf (246.81 KB)
- Anexo VI (sigiloso)
- Anexo VII (sigiloso)
- Anexo VIII (sigiloso)
- Anexo IX - Mapa Estratégico - Rede LANAGRO 2016-2023.pdf (120.06 KB)

**Anexo I - Portaria MJ 240-2019.pdf**

## **PORTARIA Nº 240, DE 12 DE MARÇO DE 2019**

Estabelece procedimentos para o controle e a fiscalização de produtos químicos e define os produtos químicos sujeitos a controle pela Polícia Federal.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição; e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001; no Decreto nº 4.262, de 10 de junho de 2002; e no Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, resolve:

### **CAPÍTULO I** **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Estabelecer procedimentos para o controle e a fiscalização, pela Polícia Federal, dos produtos químicos relacionados nas listas constantes do Anexo I à esta portaria.

Art. 2º Para os efeitos desta portaria, consideram-se:

I - Certificado de Registro Cadastral - CRC: é o documento que comprova que a pessoa física ou jurídica está devidamente cadastrada na Polícia Federal;

II - Certificado de Licença de Funcionamento - CLF: é o documento que comprova que a pessoa jurídica está habilitada a exercer atividade não eventual com produtos químicos, assim como, de forma equiparada e em caráter excepcional, a pessoa física que desenvolva atividade na área de produção rural ou pesquisa científica;

III - Autorização Especial - AE: é o documento que comprova que a pessoa física ou jurídica está autorizada a exercer, eventualmente, atividade com produtos químicos; e

IV - Autorização Prévia - AP: é a anuência concedida pela Polícia Federal às operações de importação, exportação ou reexportação de produtos químicos praticadas por pessoa física ou jurídica.

Art. 3º Para fins de controle e fiscalização, consideram-se:

I - atividade na área de produção rural: refere-se à atividade agropecuária (agrícola, pastoril ou hortifrutigranjeira) desenvolvida por pessoa física ou jurídica em caráter permanente;

II - atividade de pesquisa científica: refere-se à atividade desenvolvida por pessoa física ou jurídica na execução ou orientação de trabalhos de investigação científica ou tecnológica vinculada à instituição pública de fomento;

III - apreensão: restrição da propriedade em razão de apreensão pela Polícia Federal;

IV - armazenagem: estocagem de produto químico controlado em CNPJ diverso do proprietário do produto;

V - comercialização: compra, venda, importação, exportação ou reexportação de produto químico controlado;

VI - destruição: destruição de produto químico controlado, mediante métodos adequados e em conformidade com as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;

VII - devolução/retorno de produto armazenado: restituição ao proprietário legal de produto químico controlado armazenado;

VIII - devolução/retorno de produto industrializado: devolução de produto químico controlado beneficiado;

IX - devolução/retorno de produtos para industrialização: devolução de produto químico controlado não utilizado durante o beneficiamento;

X - doação: doação de produto químico controlado;

XI - evaporação: perda de produto químico controlado em razão de sua volatilidade;

XII - extravio: desaparecimento de produto químico controlado, ressalvados os casos comprovados de furto ou roubo;

XIII - fabricação: fabricação de produto químico controlado a partir de matérias-primas não controladas;

XIV - furto: subtração de produto químico controlado;

XV - perda: perda de produto químico controlado devido a sinistro ou dano;

XVI - produção: produção de produto químico controlado, isento ou não controlado, a partir de matérias-primas controladas;

XVII - produtos químicos: refere-se somente aos produtos químicos sujeitos a controle e fiscalização pela Polícia Federal, relacionados no Anexo I;

XVIII - reaproveitamento: reaproveitamento de resíduo controlado;

XIX - recebimento de doação: recebimento de produto químico controlado a título de doação ou amostra grátis;

XX - recebimento de produto armazenado: retorno de produto químico controlado que se encontrava armazenado em empresa de armazenagem;

XXI - recebimento de produto industrializado: retorno de produto químico controlado que foi enviado para beneficiamento em outra empresa;

XXII - recebimento de produto para industrialização: recebimento de produto químico controlado para beneficiamento;

XXIII - recebimento de produto não utilizado na industrialização: recebimento de produto químico controlado não utilizado no processo de industrialização em outra empresa;

XXIV - recebimento de transferência: recebimento de transferência de produto químico controlado entre unidades de uma mesma empresa;

XXV - remessa de produto para industrialização: trata-se da remessa de produto químico controlado para outra empresa que o beneficiará;

XXVI - remessa para armazenagem: trata-se de remessa de produto químico controlado para outra empresa que presta serviço de armazenagem;

XXVII - resíduo controlado: material resultante de qualquer processo industrial ou analítico que contenha produto químico controlado e possa ser empregado novamente no processo produtivo, ou que seja viável a separação dos produtos químicos controlados;

XXVIII - resíduo controlado não reutilizável: material resultante de qualquer processo industrial ou analítico que contenha produto químico controlado, mas que não possa ser reaproveitado nesses processos, ou reciclado, e cuja destinação é a destruição ou o descarte;

XXIX - restituição: restituição de produto químico controlado apreendido pela Polícia Federal;

XXX - roubo: subtração de produto químico controlado, com o emprego de grave ameaça ou violência à pessoa;

XXXI - transferência: transferência de produto químico controlado entre unidades de uma mesma empresa;

XXXII - transformação: processo de transformação de produto químico controlado em outro produto controlado, envolvendo reação química;

XXXIII - transporte: atividade de transporte de produto químico controlado em CNPJ diverso dos atores comerciantes do produto; e

XXXIV - utilização: consumo de produto químico controlado nas atividades da empresa não descritas nos demais incisos deste artigo.

Art. 4º São considerados documentos de controle:

I - Certificado de Registro Cadastral;

II - Certificado de Licença de Funcionamento;

III - Autorização Especial;

IV - Mapas de Controle;

V - Notas fiscais, manifestos e outros documentos fiscais; e

VI - Termo ou documento equivalente que comprove a destruição de produto químico.

Parágrafo único. Compete às delegacias descentralizadas, às Delegacias de Controle de Armas e Produtos Químicos (DELEAQs) e às Delegacias de Controle de Serviços e Produtos (DELESPs), bem como à Divisão de Controle de Produtos Químicos, subsidiariamente, expedir os documentos de controle a que se referem os incisos I a III do caput deste artigo.

Art. 5º Para o regular exercício das atividades com produtos químicos controlados, as pessoas físicas ou jurídicas deverão se cadastrar na Polícia Federal a fim de obter o CRC, bem como requerer o CLF ou a AE.

Art. 6º A pessoa física ou jurídica habilitada somente poderá realizar as atividades com os produtos químicos que estiverem ativos em seu cadastro.

§ 1º A pessoa jurídica deverá declarar em seu cadastro a atividade que pretende realizar com cada produto.

§ 2º A alteração de atividades e de produtos químicos deverá ser requerida conforme estabelecido no art. 17 desta portaria.

Art. 7º Os certificados e as autorizações definidos no art. 2º serão disponibilizados na forma eletrônica.

Art. 8º Os requerimentos, formulários e comunicados estabelecidos nos anexos e outros documentos previstos nesta portaria deverão ser enviados via sistema informatizado, conforme orientações da Unidade Central de Controle de Produtos Químicos da Polícia Federal.

Parágrafo único. Todo e qualquer fato que justifique a alteração cadastral deverá ser comunicado conforme estabelecido no art. 17 desta portaria.

## **CAPÍTULO II**

### **DO CADASTRO E LICENCIAMENTO**

#### **Seção I**

##### **Disposições Gerais**

Art. 9º Para o exercício de atividade com produtos químicos, todas as partes envolvidas deverão possuir CRC e CLF ou AE, ressalvado o disposto nos arts. 57 e 58 desta portaria e as operações de comércio exterior.

§ 1º Para cada estabelecimento, matriz, filial ou unidade descentralizada, será emitido CRC e CLF específico, não se lhes aproveitando o certificado para outro CNPJ/CPF.

§ 2º A utilização do produto químico estará adstrita ao endereço principal da pessoa física ou jurídica devidamente habilitada, salvo nos casos de órgãos públicos, universidades, produtores rurais e pesquisadores científicos.

Art. 10. Para a concessão de CLF ou AE serão considerados, dentre outros fatores, a relação entre os produtos químicos, a atividade, a instalação física, a capacidade técnica e a comprovação de regularidade junto a outros órgãos de controle.

Art. 11. Para fins de redução da Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos prevista no parágrafo único do art. 19 da Lei nº 10.357, de 2001, os interessados deverão atender aos requisitos estabelecidos em legislação federal que disciplina o tratamento diferenciado dispensado às microempresas e às empresas de pequeno porte.

#### **Seção II**

##### **Da Emissão de Certificado de Registro Cadastral e de Certificado de Licença de Funcionamento**

Art. 12. O requerimento, Anexo II, de emissão de CRC e de CLF deverá ser instruído com:

- I - número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- II - pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos, quando não enquadrado no art. 18 da Lei nº 10.357, de 2001;
- III - número do Cadastro Nacional de Pessoa Física - CPF dos proprietários, do presidente, dos sócios, dos diretores, do representante legalmente constituído e do responsável técnico, quando houver;
- IV - instrumento de procuração, quando for o caso; e
- V - Cédula de Identidade Profissional - CIP do responsável técnico, quando houver.

Parágrafo único. Caso o representante legal não conste do Quadro de Sócios e Administradores - QSA da empresa, deverá ser apresentada cópia de qualquer documento que comprove o vínculo do representante com a requerente.

Art. 13. Quando, no quadro constitutivo do requerente, ocorrer a participação de pessoa física ou jurídica, seja nacional ou estrangeira, o requerimento também deverá ser instruído com as informações relativas a essas sócias, caso os dados não constem nos registros da Receita Federal do Brasil.

Art. 14. O requerimento de emissão de CRC e de CLF, quando se tratar de pessoa física que desenvolva atividade na área de produção rural ou pesquisa científica, de forma equiparada à pessoa jurídica e em caráter excepcional, deverá ser instruído com as seguintes informações:

I - número do CPF;

II - endereço de utilização do produto químico;

III - pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos, quando não enquadrado no art. 18 da Lei nº 10.357, de 2001; e

IV - Cédula de Identidade Profissional e comprovante do CPF do responsável técnico, quando houver.

§ 1º No caso de produtor rural, além das informações exigidas nos incisos do caput deste artigo, deverá ser anexada a Inscrição de Produtor Rural na Secretaria de Estado da Fazenda ou no órgão de controle equivalente.

§ 2º No caso de pesquisador científico, além das informações exigidas nos incisos do caput deste artigo, deverá ser anexado o projeto científico e a publicação do Termo de Aceitação pelo órgão de fomento de pesquisa patrocinador, e, quando houver, declaração de conhecimento do projeto pela entidade de pesquisa à qual o requerente está vinculado.

### **Seção III**

#### **Da Renovação de Certificado de Licença de Funcionamento**

Art. 15. O CLF deverá ser renovado anualmente, a partir da data da sua emissão.

§ 1º A renovação deverá ser requerida no período que abrange os últimos sessenta dias de validade do CLF, incluindo-se a data do vencimento.

§ 2º O requerimento para renovação de CLF, se protocolizado no prazo previsto neste artigo, prorrogará a validade do CLF até a data da decisão sobre o pedido.

§ 3º Será automaticamente cancelado o cadastro se a renovação da licença não for requerida no prazo estabelecido no § 1º, sem prejuízo da aplicação das medidas administrativas previstas no art. 14 da Lei nº 10.357, de 2001.

Art. 16. A renovação do CLF deverá ser formalizada por meio de requerimento, Anexo II, devidamente preenchido e instruído com as seguintes informações:

I - declaração de não alteração cadastral ou estatutária, Anexo II-B; e

II - pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos, quando não enquadrado no art. 18 da Lei nº 10.357, de 2001.

Parágrafo único. No caso de pesquisador científico, além das informações exigidas nos incisos do caput deste artigo, deverá ser apresentada declaração que comprove a continuidade do(s) projeto(s), emitida pela entidade de pesquisa à qual o requerente está vinculado.

## **Seção IV**

### **Da Alteração Cadastral**

Art. 17. A comunicação de alteração dos dados cadastrais deverá ser formalizada por meio do Requerimento de Alteração - Anexo II, no prazo de até trinta dias da data da alteração e instruído com os seguintes documentos:

I - documentos comprobatórios da alteração; e

II - pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos, previsto no inciso I do art. 19 da Lei nº 10.357, de 2001.

§ 1º A Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos será devida nos seguintes casos:

I - alteração no endereço de utilização, salvo quando decorrente de determinação do poder público; e

II - alteração do representante legal.

§ 2º O requerente, no prazo da renovação de que trata o § 1º do art. 15 desta portaria, poderá formalizar o comunicado de alteração por meio de requerimento de renovação com alteração, Anexo II, instruído com os mesmos documentos de que tratam os incisos I e II do caput.

§ 3º Nos casos em que o interessado efetive a mudança física do estabelecimento, mas ainda não seja detentor de documento comprobatório da alteração de endereço, deverá formalizar o comunicado de alteração por meio do requerimento, Anexo II - C, observado o prazo de trinta dias estabelecido no caput deste artigo.

§ 4º Realizada a comunicação do § 3º, o interessado deverá formalizar esta alteração por meio do requerimento, Anexo II, no prazo máximo de vencimento de sua licença, instruído com os documentos de que tratam os incisos I e II do caput.

§ 5º A alteração de atividades e de produtos químicos deverá ser prévia à prática da atividade, atentando para o disposto no art. 6º desta portaria.

## **Seção V**

### **Da Suspensão Definitiva de Atividade e do Cancelamento da Licença**

Art. 18. A suspensão em caráter definitivo de atividades sujeitas a controle e fiscalização deverá ser formalizada à Polícia Federal no prazo máximo de trinta dias, a contar da data da suspensão da atividade, por meio do requerimento constante do Anexo II - Cancelamento do CRC, CLF ou CRC e CLF.

Parágrafo único. É pré-requisito para o requerimento de cancelamento a destinação total dos produtos químicos em estoque.

## **Seção VI**

### **Da Emissão de Autorização Especial**

Art. 19. O requerimento de emissão de AE, Anexo II, deverá ser instruído com:

I - pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos, quando não enquadrado no art. 18 da Lei nº 10.357, de 2001;

II - demais informações definidas no art. 12 para pessoa jurídica, e no art. 14 para pessoa física, atendidas as disposições dos respectivos parágrafos; e

III - documentos comprobatórios da necessidade da realização de atividade eventual com produtos químicos.

§ 1º O requerente deverá justificar em campo próprio do formulário a necessidade da realização de atividades com produtos químicos, especificando a utilização que será dada a cada produto químico requerido.

§ 2º A AE fica condicionada à aprovação do cadastro, à avaliação quanto à natureza da atividade econômica desenvolvida pelo requerente e à eventualidade da utilização do produto.

Art. 20. A AE terá o prazo de validade improrrogável de cento e vinte dias, contados a partir da data de emissão e abrangerá somente a prática das atividades com os produtos químicos nela especificados nas quantidades, concentrações, densidades e com os fornecedores indicados.

Parágrafo único. O cancelamento de AE somente se dará no caso de desistência de sua utilização e deverá ser formalizado por meio de requerimento, Anexo II.

Art. 21. Tratando-se de AE para fins de importação, exportação ou reexportação de produtos químicos, o requerente deverá atender, também, ao disposto no Capítulo III - Do Controle de Comércio Exterior.

### **CAPÍTULO III**

#### **DO CONTROLE DE COMÉRCIO EXTERIOR**

##### **Seção I**

##### **Disposições Gerais**

Art. 22. A Unidade Central de Controle de Produtos Químicos da Polícia Federal emitirá Notificação Multilateral em cumprimento aos acordos e convenções internacionais dos quais o Brasil é signatário.

§ 1º A Notificação Multilateral é o procedimento prévio de troca de informações entre países, por intermédio dos seus respectivos órgãos de controle, sobre operações de comércio exterior com produtos químicos.

§ 2º A rotina e os prazos para aplicação deste artigo ficarão a critério da Unidade Central de Controle de Produtos Químicos da Polícia Federal, atendidas as orientações dos acordos e convenções internacionais.

Art. 23. Para efeito de maior controle e fiscalização das atividades de comércio exterior, é facultado à Polícia Federal estabelecer, por meio de Instrução Normativa da Polícia Federal, pontos de entrada e saída permitidos em território nacional para os produtos químicos relacionados no Anexo I.

Parágrafo único. Ocorrendo a situação prevista neste artigo, o respectivo desembaraço alfandegário será realizado no ponto de entrada autorizado no território nacional.

Art. 24. Como medida adicional de controle, a Unidade Central de Controle de Produtos Químicos da Polícia Federal poderá estabelecer, para pessoa física ou pessoa jurídica previamente autorizada, cota anual de importação para qualquer um dos produtos

químicos relacionados no Anexo I, e, ainda, mediante justificativa técnica, cota suplementar de importação para o mesmo período.

Parágrafo único. A Polícia Federal poderá adotar os mesmos critérios técnicos utilizados por outros órgãos oficiais de controle, inclusive homologar as cotas de importação concedidas por esses órgãos.

Art. 25. Os procedimentos relativos à importação, exportação e reexportação de produtos químicos ficam sujeitos ao tratamento administrativo obrigatório nos sistemas oficiais de controle.

## **Seção II**

### **Da Autorização Prévia**

Art. 26. A Polícia Federal concederá Autorização Prévia - AP às atividades de importação, exportação ou reexportação de produtos químicos sujeitos a controle e fiscalização.

Art. 27. O requerimento de AP, Anexo III, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - fatura pró-forma com o nome do produto, quantidade, concentração, densidade, valor da mercadoria, além da identificação do importador/exportador e do adquirente, do fabricante e dos dados disponíveis relativos ao transporte;

II - conhecimento de embarque, quando for o caso; e

III - outros documentos que a Polícia Federal considere necessários para a análise da AP.

Parágrafo único. Caso a fatura pró-forma não atenda ao disposto no inciso I, no que tange às informações de concentração e densidade do produto, deverá ser anexada também a ficha técnica do produto.

Art. 28. A AP somente será concedida para pessoa física ou jurídica que detenha CLF ou AE válidos.

Parágrafo único. Nos casos de importação por conta e ordem, a importadora deverá informar no requerimento de comércio exterior, além dos seus dados, o nome, o CNPJ e o CLF ou a AE do adquirente.

Art. 29. As operações submetidas a regimes aduaneiros especiais não estão dispensadas da obtenção de AP.

Art. 30. O embarque de produtos químicos somente poderá ocorrer após o deferimento da AP.

Art. 31. Ocorrendo qualquer mudança nas características da operação, deverá o interessado solicitar alteração da AP, que estará sujeita a nova análise da Polícia Federal.

§ 1º Para os produtos químicos importados, exportados ou reexportados a granel, haverá tolerância de até 10% (dez por cento) na quantidade previamente autorizada ao embarque, e, para as demais formas de apresentação, haverá tolerância de até 5% (cinco por cento).

§ 2º Em caso de produto químico a granel, será necessária a apresentação de Laudo de Arqueação, emitido por órgão oficial ou entidade autorizada.

§ 3º Excedido o limite de tolerância definido neste artigo, deve ser solicitada AP complementar para a quantidade não autorizada.

Art. 32. O prazo de validade da AP será de:

I - noventa dias para importação, contados a partir da data do deferimento, prorrogável por igual período; e

II - noventa dias para exportação ou reexportação, contados a partir da data do deferimento, prorrogável, sucessivamente, por igual período.

Parágrafo único. A prorrogação deverá ser requerida dentro do prazo de validade da AP.

Art. 33. Caso seja descaracterizada a operação autorizada após o embarque, será exigida nova AP.

## **CAPÍTULO IV**

### **DAS REGRAS GERAIS DE CONTROLE**

#### **Seção I**

#### **Disposições Gerais**

Art. 34. Para a quantificação do produto químico, a unidade de medida deve ser considerada em quilograma ou litro, utilizando-se três casas decimais, respeitadas as regras de arredondamento.

Art. 35. A densidade será expressa em quilograma por litro e a concentração em percentagem da massa da substância controlada pela massa total do produto químico, utilizando-se duas casas decimais, quando necessário.

Art. 36. Os produtos químicos, quando em estoque ou armazenados, deverão ser devidamente identificados para fins de controle e fiscalização, respeitadas as normas específicas de segurança.

Art. 37. Os rótulos de embalagens deverão conter, em local visível e de fácil identificação, informações sobre a concentração de cada produto químico e a inscrição: **PRODUTO CONTROLADO PELA POLÍCIA FEDERAL.**

Art. 38. As notas fiscais e outros documentos equivalentes deverão conter, no mínimo, o nome, a classificação fiscal, a quantidade, o valor do produto químico e a identificação do adquirente, obedecendo às regras dispostas nos arts. 34 e 35.

Art. 39. Deverão ser mantidos em arquivo, pelo prazo de cinco anos, para fins de apresentação à Polícia Federal, mapas de controle, notas fiscais, manifestos e outros documentos fiscais.

Art. 40. O produto químico encontrado sem o respectivo documento de controle será considerado em situação irregular e poderá ser apreendido pela Polícia Federal nos termos do disposto no inciso II do art. 14 da Lei nº 10.357, de 2001.

Art. 41. No caso de furto, roubo ou extravio do produto químico, a pessoa física ou jurídica deverá registrar a ocorrência em unidade policial, e, no prazo máximo de quarenta e oito horas, comunicar o fato à Polícia Federal, mediante preenchimento do Anexo VI à esta portaria, que deverá ser encaminhado via sistema informatizado.

## **Seção II**

### **Do Indeferimento de Requerimentos**

Art. 42. Os requerimentos para obtenção de certificados, autorizações, cancelamentos e alterações cadastrais deverão estar devidamente instruídos conforme as normas estabelecidas nesta portaria, sob pena de indeferimento e perda das taxas recolhidas.

Art. 43. O requerimento indeferido será arquivado, não sendo aproveitados os documentos e as taxas pagas.

Art. 44. O interessado deverá acompanhar o trâmite de seus requerimentos por meio eletrônico, onde serão disponibilizados os termos e fundamentos do indeferimento.

## **Seção III**

### **Da Destruição de Produtos Químicos Controlados**

Art. 45. Os produtos químicos serão destruídos com as devidas cautelas para não causar danos ao meio ambiente e à saúde pública, mediante o emprego de métodos adequados e em conformidade com as normas estabelecidas pela ABNT e/ou pelos órgãos de controle ambiental e de saúde.

§ 1º O procedimento a que se refere este artigo deverá ser precedido de comunicação formalizada por meio do Anexo V, com antecedência mínima de trinta dias, informando o local onde será feita a destruição ou a destinação.

§ 2º A critério da Polícia Federal, a destruição de produtos químicos ficará condicionada à presença de representante da respectiva unidade de fiscalização.

Art. 46. Em caso de risco iminente à saúde pública, ao meio ambiente ou às instalações prediais, os produtos químicos poderão ser destruídos ou ter destinação de imediato, devendo tal fato ser comunicado à unidade da Polícia Federal responsável pela circunscrição em que se encontrem os produtos químicos.

Parágrafo único. A comunicação de destinação deve ser formalizada por meio do Anexo V, em até quarenta e oito horas, instruída com o respectivo documento de comprovação da destruição ou destinação.

Art. 47. A destruição de produtos químicos, ainda que apreendidos, será sempre efetuada sob a responsabilidade e às expensas da pessoa física ou da pessoa jurídica proprietária ou detentora, mesmo que haja renúncia sobre o bem.

## **Seção IV**

### **Do Transporte de Produto Químico**

Art. 48. O transporte de produtos químicos será efetuado sob a responsabilidade de pessoa física ou jurídica devidamente habilitada pela Polícia Federal, cabendo-lhe o preenchimento dos respectivos mapas de controle.

Art. 49. No caso das atividades de importação, exportação e reexportação, quando o transportador não for habilitado, a responsabilidade sobre o transporte de

produtos químicos, realizado em território nacional, recairá sobre a pessoa física ou jurídica nacional integrante da relação comercial.

## **Seção V**

### **Dos Mapas de Controle**

Art. 50. As pessoas jurídicas que exerçam atividades sujeitas a controle e fiscalização, assim como, de forma equiparada e em caráter excepcional, as pessoas físicas que desenvolvam atividade na área de produção rural ou pesquisa científica, estão obrigadas a fornecer mensalmente à Polícia Federal todas as informações referentes às atividades praticadas com produtos químicos no mês anterior, por meio dos mapas de controle, constantes do Anexo IV (de A a G).

§ 1º A unidade de medida registrada nos mapas de controle deverá ser a mesma constante da respectiva nota fiscal, independentemente daquela utilizada para controle interno da empresa.

§ 2º Os mapas de controle deverão ser enviados à Polícia Federal até o décimo quinto dia do mês subsequente.

Art. 51. Deverão constar dos mapas de controle as operações de:

I - fabricação e produção: especificações e quantidades produzidas e fabricadas de produtos químicos controlados;

II - utilização: especificações, quantidades e procedência dos produtos químicos controlados utilizados;

III - comercialização, compra, venda, aquisição, permuta, empréstimo, cessão, doação, importação, exportação, reexportação, transferência, remessa e distribuição: especificações, quantidades, procedência e destino dos produtos químicos controlados comercializados, adquiridos, vendidos, permutados, emprestados, cedidos, doados, importados, exportados, reexportados, transferidos, remetidos, distribuídos e transportados;

IV - transformação: especificações, quantidades e procedência dos produtos químicos controlados que sofreram transformação química, assim como as especificações e quantidades dos produtos químicos controlados obtidos no processo;

V - armazenamento: especificações, quantidades, procedência e destino dos produtos químicos controlados armazenados;

VI - transporte: especificações, quantidades, procedência e destino dos produtos químicos controlados transportados; e

VII - reaproveitamento: especificações, quantidades e procedência dos produtos químicos reciclados ou reaproveitados, incluindo resíduos ou rejeitos industriais e, quando for o caso, especificações e quantidades dos produtos químicos controlados obtidos no processo.

Parágrafo único. Os dados referentes a roubo, furto, extravio e demais perdas ou referentes à devolução de produtos químicos controlados, total ou parcial, deverão ser informados nos campos próprios constantes dos mapas de controle pertinentes, com as respectivas observações.

Art. 52. Os dados declarados nos mapas de controle relativos à evaporação do produto químico deverão atender às normas do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT ou, na ausência destas, de normas reconhecidas internacionalmente.

§ 1º No caso de evaporação decorrente de problemas técnicos e estruturais, deverá ser apresentada justificativa técnica para o fato, quando do envio dos mapas de controle.

§ 2º A Polícia Federal poderá determinar a apresentação de documentação e, se for o caso, a realização de exame pericial para comprovação da evaporação declarada.

Art. 53. É obrigatório o envio mensal dos mapas de controle, mesmo que no período não tenha ocorrido atividade com os respectivos produtos químicos controlados.

Art. 54. Os mapas de controle deverão ser enviados à Polícia Federal exclusivamente por meio eletrônico em sistema específico de Controle de Produtos Químicos.

## **CAPÍTULO V**

### **DOS PRODUTOS QUÍMICOS**

#### **Seção I**

#### **Disposições Gerais**

Art. 55. Os produtos químicos relacionados no Anexo I, com exceção dos que constam na Lista VII, estão sujeitos a controle e fiscalização em todas as atividades descritas no art. 1º da Lei nº 10.357, de 2001, nas transações acima de um grama ou um mililitro.

§ 1º O disposto neste artigo também se aplica aos seus respectivos sais e misturas e aos resíduos contendo produtos químicos controlados.

§ 2º As regras constantes no Anexo I serão aplicadas sem prejuízo das normas constantes deste capítulo.

#### **Seção II**

#### **Das Atividades com Precursores e Fármacos**

Art. 56. Para os precursores, definidos na Lista I, e os fármacos, definidos na Lista III, ambas do Anexo I, somente será emitido CLF ou AE nos seguintes casos:

I - para pessoa jurídica do ramo químico-farmacêutico, de saúde, alimentício e de pesquisa científica;

II - para pessoa jurídica que exerça atividade diversa daquelas relacionadas no inciso anterior, que comprove a necessidade do fármaco; e

III - para pessoa física que desenvolva atividade na área de pesquisa científica.

§ 1º Para fins de cumprimento deste artigo, deverá ser apresentada a respectiva licença ou autorização do órgão de controle sanitário e ambiental, quando for o caso.

§ 2º Os produtos químicos constantes das listas I e III, quando em estoque, deverão ser guardados em local separado, exclusivo para este fim, devidamente identificados e sob chaves ou outro dispositivo que ofereça segurança.

§ 3º Atendido o disposto no § 2º deste artigo, os fármacos ficarão sob a responsabilidade do responsável técnico, quando houver, ou, caso contrário, deverá ser designado responsável específico para este fim.

### **Seção III**

#### **Das Isenções**

Art. 57. Estão isentos de controle os seguintes produtos formulados com substância química controlada:

I - medicamentos: produto farmacêutico, tecnicamente obtido ou elaborado, com finalidade profilática, curativa, paliativa ou para fins de diagnóstico;

II - correlatos (quando empregados na atividade médico-hospitalar): substância, produto, aparelho ou acessório, cujo uso ou aplicação esteja ligado à defesa e à proteção da saúde individual ou coletiva, à higiene pessoal ou à higiene de ambientes, ou a fins diagnósticos e analíticos, quando empregados exclusivamente em hospitais e/ou clínicas;

III - saneantes: substâncias ou preparações destinadas à higienização, à desinfecção ou à desinfestação domiciliar, em ambientes coletivos e/ou públicos, em lugares de uso comum e no tratamento da água, compreendendo inseticidas, raticidas, desinfetantes e detergentes;

IV - cosméticos: produto para uso externo, destinado à proteção ou ao embelezamento corporal;

V - produtos de higiene: produto para uso externo, antisséptico ou não, destinado ao asseio ou à desinfecção corporal;

VI - artigos de perfumaria, fragrâncias e aromas: produtos de composição aromática que tenham como principal função a odorização de pessoas ou ambientes ou conferir essas propriedades a alimentos e formas farmacêuticas;

VII - alimentos e bebidas: substância ou mistura de substâncias, no estado sólido, líquido ou qualquer outra forma de apresentação, destinados a fornecer ao organismo humano os elementos normais à sua formação, manutenção e desenvolvimento;

VIII - agrotóxicos: produtos e agentes de processos físicos, químicos e biológicos, destinados a uso nos setores de produção, armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também em ambientes urbanos, híbridos, industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-la da ação danosa de seres vivos considerados nocivos, incluindo os agentes desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento;

IX - fertilizantes: substância mineral ou orgânica, natural ou sintética, fornecedora de um ou mais nutrientes vegetais;

X - colas e adesivos: substância que serve para fazer aderir materiais diversos, capaz de manter dois materiais unidos pela junção de suas superfícies;

XI - tintas, vernizes, resinas, vedantes e selantes: produtos usados para proteger, dar cor e/ou vedar objetos ou superfícies;

XII - kits de reagentes para ensino, pesquisa e uso diagnóstico: conjunto de objetos ou materiais agregados para finalidade de ensino, pesquisa ou uso diagnóstico; e

XIII - outros que, após parecer técnico privativo da Polícia Federal, não possuam propriedades para emprego direto ou indireto na produção de drogas, dada a sua natureza, concentração, aspecto e estado físico ou pelo fato de não ser economicamente viável proceder à separação dos componentes químicos controlados.

Parágrafo único. Para efeito da aplicação deste artigo, os produtos formulados deverão, cumulativamente:

I - possuir aplicação direta no ramo de atividade a que se destina;

II - atender às exigências específicas dos respectivos órgãos normativos e/ou reguladores, quando houver; e

III - possuir classificação fiscal diversa dos produtos químicos relacionados nas listas do Anexo I, exceto os previstos na Lista VII.

Art. 58. Estão isentos de controle os seguintes produtos formulados à base de substâncias químicas controladas, exceto quando se tratar de exportação ou reexportação para a Bolívia, a Colômbia e o Peru:

I - solução à base de solventes orgânicos cuja concentração total das substâncias químicas controladas não ultrapasse 60% (sessenta por cento), exceto cloreto de etila;

II - solução à base de solventes orgânicos, fabricada para uso como removedor de esmalte de unhas, cuja concentração total da substância química controlada não ultrapasse 60% (sessenta por cento), contenha corante e seja destinada ao varejo em embalagem de até quinhentos mililitros;

III - solução de éter etílico fabricada para uso médico-hospitalar, cuja concentração total de substância química controlada não ultrapasse 60% (sessenta por cento) e que seja destinada ao varejo em embalagem de até quinhentos mililitros;

IV - óleo de sassafrás, outros óleos similares ou preparações contendo safrol e/ou piperonal com concentração individual igual ou inferior a 4% (quatro por cento); e

V - solução eletrolítica de bateria formulada à base de até 40% (quarenta por cento) de ácido sulfúrico, destinada ao varejo e em embalagem de até um mil mililitros, sendo o limite de isenção para pessoa jurídica a quantidade de duzentos litros e para pessoa física a quantidade de cinco litros, por mês.

Art. 59. O produtor não está dispensado de atender às normas de controle estabelecidas nesta portaria com relação aos produtos químicos empregados como matéria-prima no processo de produção, ainda que o produto final seja isento.

## **CAPÍTULO VI**

### **DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE INFRAÇÃO**

#### **Seção I**

#### **Disposições Gerais**

Art. 60. As normas dispostas nesta portaria aplicam-se subsidiariamente às regras previstas no Decreto nº 4.262, de 10 de junho de 2002.

Art. 61. Para efeito do que determinam os §§ 1º e 5º do art. 6º do Decreto nº 4.262, de 2002, a parte poderá ser notificada ou cientificada:

I - por meio eletrônico;

II - por via postal com aviso de recebimento; ou

III - por qualquer outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

Art. 62. A parte terá acesso ao Processo Administrativo de Infração - PAI em curso.

§ 1º O acesso a que se refere o caput será realizado por meio físico e/ou eletrônico, a depender da forma como o processo se encontra na Unidade Central.

§ 2º Para acesso ao PAI, o representante ou procurador da parte deverá apresentar na Unidade Central de Controle de Produtos Químicos procuração com poderes específicos e documento pessoal com fotografia.

## **Seção II**

### **Do Procedimento**

Art. 63. Quando da fiscalização realizada pela Unidade Regional de Controle de Produtos Químicos não se verificar quaisquer das infrações previstas no art. 12 da Lei nº 10.357, de 2001, conforme disposto no caput do art. 6º do Decreto nº 4.262, de 2002, o Chefe da Unidade ou o Presidente da Comissão de Fiscalização deverá encaminhar o auto de fiscalização e as demais peças processuais, com parecer fundamentado, à Unidade Central de Controle de Produtos Químicos para análise e decisão acerca do arquivamento.

Art. 64. Para efeito do que determina o § 1º do art. 6º do Decreto nº 4.262, de 2002, quando constatadas no auto de fiscalização quaisquer das infrações previstas no art. 12 da Lei nº 10.357, de 2001, o auto de fiscalização e as demais peças processuais deverão ser encaminhados à Unidade Central de Controle de Produtos Químicos para análise e decisão.

§ 1º As medidas previstas no caput serão adotadas após decorrido o prazo de trinta dias previsto no art. 15 da Lei nº 10.357, de 2001.

§ 2º Transcorrido o prazo de defesa, o PAI será encaminhado ao Chefe da Unidade Central de Controle de Produtos Químicos, que decidirá pela aplicação das medidas administrativas previstas no art. 14 da Lei nº 10.357, de 2001 ou pelo arquivamento.

## **Seção III**

### **Da Destinação de Produtos Químicos Apreendidos**

Art. 65. A decisão, em PAI, que concluir pela perda da propriedade de produtos químicos apreendidos determinará a destinação do bem nos termos do § 2º do art. 15 da Lei nº 10.357, de 2001.

Parágrafo único. O proprietário dos produtos químicos apreendidos poderá renunciar ao direito de propriedade antes do trânsito em julgado da decisão a ser proferida em processo administrativo, por meio de petição a ser analisada nos autos do PAI, observado o art. 47 desta portaria.

Art. 66. Os procedimentos para destruição de produtos químicos apreendidos deverão atender ao disposto na Seção III do Capítulo IV.

Art. 67. A alienação de produtos químicos apreendidos será realizada nos termos da legislação vigente para a venda de bens móveis inservíveis para a administração.

Art. 68. A doação de produtos químicos, prevista no § 2º do art. 15 da Lei nº 10.357, de 2001, será realizada a expensas do infrator.

## **CAPÍTULO VII**

### **DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

Art. 69. Para atender ao disposto nesta portaria, a Polícia Federal disponibilizará Sistema Informatizado de Controle de Produtos Químicos.

Art. 70. Os procedimentos operacionais relativos às atividades de fiscalização serão regulamentados em Instrução Normativa da Polícia Federal.

Art. 71. Os certificados, autorizações, mapas de controle e formulários relacionados nos anexos à esta portaria poderão, a qualquer época, ser substituídos por outros que permitam aperfeiçoar os mecanismos de controle e fiscalização de produtos químicos, mediante edição de Instrução Normativa da Polícia Federal.

Art. 72. O disposto no art. 37 deverá ser implementado no prazo de um ano, a contar da data de publicação desta portaria, permanecendo válidos os produtos embalados e identificados conforme os critérios estabelecidos na Portaria MJ nº 1.274, de 26 de agosto de 2003, até o término do prazo de validade.

Art. 73. Após a entrada em vigor desta portaria, a pessoa física ou jurídica já cadastrada na Polícia Federal que esteja exercendo atividades sujeitas a controle e fiscalização deverá declarar os quantitativos em estoque dos produtos químicos controlados e os mapas de controle subsequentes no novo sistema de controle de produtos químicos disponibilizado pela Polícia Federal.

Art. 74. As dúvidas e casos omissos serão resolvidos pelo dirigente da Unidade Central de Controle de Produtos Químicos da Polícia Federal.

Art. 75. Ficam revogadas:

I - a Portaria MSP nº 256, de 26 de dezembro de 2018; e

II - a Portaria MJ nº 1.274, de 25 de agosto de 2003, e seus anexos.

Art. 76. Esta portaria entra em vigor:

I - na data de sua publicação em relação ao disposto no art. 75, inciso I; e

II – em 1º de setembro de 2019 para os demais dispositivos. [\(Redação dada pela Port. MJSP 577, de 05/06/2019\)](#)

SERGIO MORO

**ANEXO I**  
**LISTA DE PRODUTOS QUÍMICOS CONTROLADOS**  
 Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001.  
 Decreto nº 4.262, de 10 de junho de 2002.

LISTA I	
Produtos químicos, precursores de drogas, sujeitos a controle e fiscalização a partir de 1 (um) grama ou 1 (um) mililitro, em qualquer concentração.	
CÓDIGO	PRODUTO QUÍMICO
001	1-FENIL-2-PROPANONA
002	3,4-METILENODIOXIFENIL-2-PROPANONA
003	4-ANILINO-N-PHENETHYLPIPERIDINE - ANPP
004	ÁCIDO ANTRANÍLICO
005	ÁCIDO FENILACÉTICO
006	ÁCIDO LISÉRGICO
007	ÁCIDO N-ACETILANTRANÍLICO
008	ANIDRIDO ANTRANÍLICO
009	ANIDRIDO PROPIÔNICO
010	EFEDRINA
011	ERGOMETRINA
012	ERGOTAMINA
013	ETAEFEDRINA
014	GAMA-BUTIROLACTONA
015	ISOSAFROL
016	METILERGOMETRINA
017	N-METILEFEDRINA
018	N-METILPSEUDOEFEEDRINA
019	N-PHENETHYL-4-PIPERIDINONE - NPP
020	ÓLEO DE SASSAFRÁS, OUTROS ÓLEOS ESSENCIAIS SIMILARES OU PREPARAÇÕES CONTENDO SAFROL E/OU PIPERONAL
021	PIPERIDINA
022	PIPERONAL
023	PSEUDOEFEEDRINA
024	SAFROL
ADENDO	
I - Os produtos químicos constantes desta lista estão sujeitos a controle e fiscalização a partir de 1 (um) grama ou 1 (um) mililitro, em qualquer concentração, inclusive quando se tratar de importação, exportação ou reexportação;	
II - Também estão sujeitos a controle e fiscalização as misturas e resíduos dos produtos químicos acima referidos;	
III - Os produtos farmacêuticos e as formulações diluídas de artigos de perfumaria, fragrâncias e aromas estão isentas de controle, de acordo com o art. 57 desta Portaria.	
IV - O óleo de sassafrás e outros óleos essenciais similares ou preparações contendo safrol e/ou piperonal com concentração individual igual ou inferior a 4% (quatro por cento), estão isentos de controle, conforme o art. 58 desta Portaria;	
V - Deverão ser observadas as disposições contidas na Seção III, do Capítulo V, desta Portaria, que tratam das situações de isenções.	

LISTA II	
Solventes, capazes de serem empregados na preparação de drogas, sujeitos a controle e fiscalização a partir de 1 (um) grama ou 1 (um) mililitro.	
CÓDIGO	PRODUTO QUÍMICO
025	1,2-DICLOROETANO
026	ACETATO DE ETILA
027	ACETONA
028	CLORETO DE ETILA
029	CLORETO DE METILENO
030	CLOROFÓRMIO
031	ÉTER ETÍLICO
032	METILETILCETONA
033	TETRAHIDROFURANO
034	TOLUENO
ADENDO	
I - Os produtos químicos constantes desta lista estão sujeitos a controle e fiscalização a partir de 1 (um) grama ou 1 (um) mililitro, inclusive quando se tratar de importação, exportação ou reexportação;	
II - Também estão sujeitos a controle e fiscalização as misturas e resíduos dos produtos químicos acima referidos;	
III - São isentas de controle as soluções à base de solventes orgânicos cuja concentração total das substâncias químicas controladas não ultrapasse 60% (sessenta por cento), exceto cloreto de etila, sujeito a controle em qualquer concentração;	
IV - São isentas de controle as soluções de éter etílico fabricadas para uso médico-hospitalar, cuja concentração total de substância química controlada não ultrapasse 60% (sessenta por cento) e que sejam destinadas ao varejo em embalagens de até 500 (quinhentos) mililitros;	
V - Deverão ser observadas as disposições contidas na Seção III, do Capítulo V, desta Portaria, que tratam das situações de isenções.	

LISTA III	
Fármacos, adulterantes e diluentes capazes de serem empregados na preparação de drogas, sujeitos a controle e fiscalização a partir de 1 (um) grama ou 1 (um) mililitro, em qualquer concentração.	
CÓDIGO	PRODUTO QUÍMICO
035	AMINOPIRINA
036	BENZOCAÍNA
037	CAFEÍNA
038	DILTIAZEM
039	DIPIRONA
040	FENACETINA
041	HIDROXIZINA
042	LEVAMISOL
043	LIDOCAÍNA
044	MANITOL
045	PARACETAMOL
046	PROCAÍNA

047	TEOFILINA
048	TETRACAÍNA
049	TETRAMISOL
ADENDO	
I - Os produtos químicos constantes desta lista estão sujeitos a controle e fiscalização a partir de 1 (um) grama ou 1 (um) mililitro, em qualquer concentração, inclusive quando se tratar de importação, exportação ou reexportação;	
II - Também estão sujeitos a controle e fiscalização as misturas e resíduos dos produtos químicos acima referidos;	
III - Aplica-se o controle desta lista à mistura racêmica conhecida como TETRAMISOL;	
IV - Deverão ser observadas as disposições contidas na Seção III, do Capítulo V, desta Portaria, que tratam das situações de isenções.	

LISTA IV	
Ácidos capazes de serem empregados na preparação de drogas, sujeitos a controle e fiscalização a partir de 1 (um) grama ou 1 (um) mililitro, em qualquer concentração.	
CÓDIGO	PRODUTO QUÍMICO
050	ÁCIDO ACÉTICO
051	ÁCIDO BENZÓICO
052	ÁCIDO BÓRICO
053	ÁCIDO BROMÍDRICO
054	ÁCIDO CLORÍDRICO
055	ÁCIDO CLOROSULFÔNICO
056	ÁCIDO FÓRMICO
057	ÁCIDO HIPOFOSFOROSO
058	ÁCIDO IODÍDRICO
059	ÁCIDO SULFÚRICO
ADENDO	
I - Os produtos químicos constantes desta lista estão sujeitos a controle e fiscalização a partir de 1 (um) grama ou 1 (um) mililitro, em qualquer concentração, inclusive quando se tratar de importação, exportação ou reexportação;	
II - Também estão sujeitos a controle e fiscalização as misturas e resíduos dos produtos químicos acima referidos;	
III - Ao Ácido Sulfúrico também se aplica o controle à sua forma conhecida como fumegante;	
IV - São isentas de controle as soluções eletrolíticas de bateria formuladas à base de até 40% de ácido sulfúrico, destinadas ao varejo e em embalagens de até 1 (um) litro, sendo o limite de isenção para pessoa jurídica a quantidade de 200 (duzentos) litros e para a pessoa física a quantidade de 5 (cinco) litros, por mês;	
V - Deverão ser observadas as disposições contidas na Seção III, do Capítulo V, desta Portaria, que tratam das situações de isenções.	

LISTA V	
Bases capazes de serem empregadas na preparação de drogas, sujeitas a controle e fiscalização a partir de 1 (um) grama ou 1 (um) mililitro, em qualquer concentração.	
CÓDIGO	PRODUTO QUÍMICO

060	BICARBONATO DE POTÁSSIO
061	CARBONATO DE POTÁSSIO
062	FORMIATO DE AMÔNIO
063	HIDRÓXIDO DE AMÔNIO
064	HIDRÓXIDO DE POTÁSSIO
ADENDO	
I - Os produtos químicos constantes desta lista estão sujeitos a controle e fiscalização a partir de 1 (um) grama ou 1 (um) mililitro, em qualquer concentração, inclusive quando se tratar de importação, exportação ou reexportação;	
II - Também estão sujeitos a controle e fiscalização as misturas e resíduos dos produtos químicos acima referidos;	
III - Deverão ser observadas as disposições contidas na Seção III, do Capítulo V, desta Portaria, que tratam das situações de isenções.	

LISTA VI	
Reagentes capazes de serem empregados na preparação de drogas, sujeitos a controle e fiscalização a partir de 1 (um) grama ou 1 (um) mililitro, em qualquer concentração.	
CÓDIGO	PRODUTO QUÍMICO
065	ANIDRIDO ACÉTICO
066	BOROHIDRETO DE SÓDIO
067	BROMOBENZENO
068	BUTILAMINA
069	CIANOBOROHIDRETO DE SÓDIO
070	CLORETO DE AMÔNIO
071	CLORETO DE MERCÚRIO II
072	CROMATO DE POTÁSSIO
073	DICROMATO DE POTÁSSIO
074	DICROMATO DE SÓDIO
075	DIETILAMINA
076	ETILAMINA
077	FENILETANOLAMINA
078	FORMAMIDA
079	FÓSFORO VERMELHO
080	HIDRETO DE LÍTIO E ALUMÍNIO
081	HIDROXILAMINA
082	IODO
083	METILAMINA
084	NITROETANO
085	N-METILFORMAMIDA
086	PENTACLORETO DE FÓSFORO
087	PERMANGANATO DE POTÁSSIO
ADENDO	
I - Os produtos químicos constantes desta lista estão sujeitos a controle e fiscalização a partir de 1 (um) grama ou 1 (um) mililitro, em qualquer concentração, inclusive quando se tratar de importação, exportação ou reexportação;	
II - Também estão sujeitos a controle e fiscalização as misturas e resíduos dos produtos químicos acima referidos;	
III - Deverão ser observadas as disposições contidas na Seção III, do Capítulo V, desta Portaria, que tratam das situações de isenções.	

LISTA VII

Produtos químicos capazes de serem empregados na preparação de drogas, sujeitos a controle e fiscalização a partir de 1 (um) grama ou 1 (um) mililitro, em qualquer concentração.

CÓDIGO	PRODUTO QUÍMICO
088	ACETATO DE ISOAMILA
089	ACETATO DE ISOBUTILA
090	ACETATO DE ISOPROPILA
091	ACETATO DE n-BUTILA
092	ACETATO DE n-PROPILA
093	ACETATO DE sec-BUTILA
094	ÁCIDO ORTO-FOSFÓRICO
095	AGUARRÁS MINERAL e qualquer outro produto similar, à base de mistura de hidrocarbonetos alifáticos
096	ÁLCOOL ETÍLICO
097	ÁLCOOL ISOBUTÍLICO
098	ÁLCOOL ISOPROPÍLICO
099	ÁLCOOL METÍLICO
100	ÁLCOOL n-BUTÍLICO
101	ÁLCOOL n-PROPÍLICO
102	ÁLCOOL sec-BUTÍLICO
103	AMÔNIA
104	BENZALDEIDO
105	BENZENO
106	BICARBONATO DE SÓDIO
107	CARBONATO DE CÁLCIO
108	CARBONATO DE SÓDIO
109	CARVÃO ATIVADO
110	CIANETO DE BENZILA
111	CIANETO DE BROMOBENZILA
112	CICLOEXANO
113	CICLOEXANONA
114	CIMENTO PORTLAND ou do tipo PORTLAND
115	CLORETO DE ACETILA
116	CLORETO DE ALUMÍNIO
117	CLORETO DE BENZILA
118	CLORETO DE CÁLCIO (anidro)
119	DIACETONA ÁLCOOL
120	DIÓXIDO DE MANGANÊS
121	ÉTER DE PETRÓLEO
122	GASOLINA
123	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO
124	HIDRÓXIDO DE SÓDIO
125	HIPOCLORITO DE SÓDIO
126	METABISSULFITO DE SÓDIO
127	METILISOBUTILCETONA
128	n-HEPTANO

129	n-HEXANO
130	ÓLEO DIESEL
131	ÓXIDO DE CÁLCIO
132	ÓXIDO DE MANGANÊS
133	PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO
134	PIRIDINA
135	PROPIOFENONA
136	QUEROSENE
137	SULFATO DE SÓDIO (anidro)
138	TETRACLOROETILENO
139	TRICLOROETILENO
140	URÉIA
141	XILENOS (isômero <i>orto</i> , <i>meta</i> , <i>para</i> e misturas).
ADENDO	
I - Os produtos químicos constantes desta lista somente estão sujeitos a controle e fiscalização a partir de 1 (um) grama ou 1 (um) mililitro, em qualquer concentração, quando se tratar de exportação ou reexportação para Bolívia, Colômbia e Peru;	
II - Deverão ser observadas as disposições contidas na Seção III, do Capítulo V, desta Portaria, que tratam das situações de isenções.	

## **Anexo II - Portaria COLOG-CEB 56-2017.pdf**



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
COMANDO LOGÍSTICO  
DEPARTAMENTO MARECHAL FALCONIERI**

**PORTARIA Nº 56 - COLOG, DE 5 DE JUNHO DE 2017.**

**EB: 64474.004621/2017-25**

Dispõe sobre procedimentos administrativos para a concessão, a revalidação, o apostilamento e o cancelamento de registro no Exército para o exercício de atividades com produtos controlados e dá outras providências.

**O COMANDANTE LOGÍSTICO**, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IX do art. 14 do Regulamento do Comando Logístico, aprovado pela Portaria do Comandante do Exército nº 719, de 21 de novembro de 2011; o art. 263 do Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados, aprovado pelo Decreto nº 3.665, de 20 de novembro de 2000; e de acordo com o que propõe a Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC), **RESOLVE**:

Art. 1º Estabelecer procedimentos administrativos para a concessão, a revalidação, o apostilamento e o cancelamento de registro no Exército para o exercício de atividades com produtos controlados.

**CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

**Seção I  
Das atividades com PCE**

Art. 2º Para o exercício de qualquer atividade com Produto Controlado pelo Exército (PCE), própria ou terceirizada, as pessoas físicas ou jurídicas devem ser registradas no Exército.

~~§1º Ficam isentas de registro as pessoas físicas e jurídicas citadas nos art. 99 a 102 do Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados, aprovado pelo Decreto nº 3.665, de 20 de novembro de 2000.~~

~~§2º Ficam dispensadas, ainda, do registro de que trata o caput as pessoas físicas, quando a atividade for utilização de armas de pressão ou fogos de artifício.~~

§1º Ficam isentas de registro: (Incluído Redação pela Portaria nº 41-COLOG/2018).

I - as pessoas físicas e jurídicas citadas nos art. 99 a 102 do Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados;

II - as pessoas físicas, quando utilizarem:

a) armas de pressão;

b) fogos de artifício; ou

b) acessórios de arma, do tipo dispositivo de pontaria considerado de uso permitido.

III - as empresas de construção civil ou pessoas físicas que utilizem explosivos, eventualmente e somente por meio de prestação de serviço terceirizado de detonação.

§2º Para efeitos desta portaria, empresa de construção civil é aquela cujo CNPJ apresenta os códigos 41, 42 e 43, constantes do Cadastro Nacional de Atividade Econômica emitido pelo IBGE, com suas atualizações, como atividade econômica principal. (Incluído Redação pela Portaria nº 41-COLOG/2018).

§3º Considera-se utilização eventual de explosivos o serviço de detonação realizado em período de até noventa dias em prazo de doze meses.” (Incluído Redação pela Portaria nº 41-COLOG/2018).

Art. 3º As atividades com PCE são a fabricação, o comércio, a importação, a exportação, a utilização e a prestação de serviços, o colecionamento, o tiro desportivo e a caça.

Parágrafo único. As atividades de colecionamento, tiro desportivo e caça para pessoas físicas; de utilização de veículos blindados e de prestação de serviços de blindagens balísticas seguirão normas administrativas próprias.

Art. 4º A utilização de PCE compreende a aplicação, o uso industrial, a demonstração, a exposição, a pesquisa, o emprego na cenografia, o emprego em espetáculos pirotécnicos com fogos de artifício considerados de uso restrito, a apresentação de bacamarteiros, o emprego na segurança pública, o emprego na segurança de patrimônio público, o emprego na segurança privada, o emprego na segurança institucional ou outra finalidade considerada excepcional.

§1º A aplicação é o emprego de PCE que pode resultar em outro produto, controlado ou não pelo Exército.

§2º O uso industrial é o emprego de PCE em processo produtivo com reação física ou química resultando em produto não controlado.

Art. 5º A prestação de serviço com PCE compreende o transporte, a armazenagem, a manutenção e a reparação, a aplicação de blindagem balística, a capacitação para utilização, a detonação, a destruição, a locação, os serviços de correios e a representação comercial autônoma.

§1º A armazenagem compreende a prestação de serviço por meio de acondicionamento em depósitos, em local autorizado.

§2º Capacitação para utilização de PCE é a atividade pedagógica que emprega produto controlado na habilitação do instruendo a manuseá-lo ou empregá-lo, por meio de curso, instrução ou outro recurso didático.

§3º A locação refere-se a veículos automotores blindados, a PCE para emprego cenográfico e a equipamentos de bombeamento (Unidades Móveis de Bombeamento-UMB).

§4º Os serviços de correios, para fins desta portaria, estão enquadrados na prestação de serviços de entrega de PCE quando fizerem transporte no território nacional.

§5º A representação comercial autônoma está regida pela Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965.

§6º O procurador (pessoa física ou jurídica) de pessoas que exercem atividade com PCE, para fins desta portaria, é considerado prestador de serviço.

§7º As atividades-meio das empresas que sejam classificadas como atividades de prestação de serviço com PCE devem ser apostiladas ao registro.

Art. 6º O transporte de PCE obedecerá ao previsto em normas administrativas editadas pelo Comando do Exército, no que tange à fiscalização de PCE, sem prejuízo do disposto em legislação e disciplina peculiar a cada produto e ao meio de transporte empregado.

## **Seção II Do Registro**

Art. 7º Registro, para efeito desta portaria, é o assentamento dos dados de identificação da pessoa física ou jurídica habilitada, da(s) atividade(s), dos tipos de PCE e de outras informações complementares julgadas pertinentes, publicados em documento oficial permanente do Exército.

§1º O exercício de atividades com PCE deve se restringir às condições estabelecidas nos dados do registro da pessoa.

§2º Os tipos de PCE a que se refere o **caput** são: arma de fogo, arma de pressão, explosivo, menos-letal, munição, pirotécnico, produto químico, proteção balística e outros PCE.

Art. 8º Cada registro será vinculado a apenas um número de CPF ou de CNPJ.

Art. 9º O registro será materializado em documento comprobatório emitido por autoridade competente, conforme a atividade a ser exercida com PCE, de acordo com os anexos A e B, desta portaria.

Art. 10. Apostila é o documento anexo e complementar ao registro no qual são registradas informações das atividades e dos PCE autorizados, conforme anexos A1 e B1, desta portaria.

§1º As apostilas terão o mesmo prazo de validade dos registros.

§2º No caso de registro de representantes de fabricantes estrangeiros, a validade será condicionada, ainda, à validade da carta de representação.

Art. 11. O registro no Exército para o exercício de atividades com PCE terá validade de dois anos.

Parágrafo único. A validade do registro de representantes comerciais está vinculada à validade da representação, respeitado o prazo de dois anos.

Art. 12. Satisfeitas as exigências quanto ao prazo de entrada do requerimento, no ato de protocolizar o pedido de revalidação, o registro terá sua validade prorrogada por período de noventa dias, até decisão da autoridade competente para revalidar o registro.

Parágrafo único. A prorrogação da validade do registro de que trata o **caput** acarretará:

I – alteração da validade do registro no sistema eletrônico de dados; e

II – emissão de declaração da DFPC ou da RM de vinculação, versando sobre a prorrogação da validade do registro, mediante solicitação do registrado, conforme anexo C, desta portaria.

Art. 13. O registro no Exército não configura autorização prévia ou pré-requisito para obtenção de licenças ou autorizações de outros órgãos fiscalizadores.

Art. 14. O registro da pessoa no Exército não a exime de se submeter à fiscalização de outros órgãos e entidades da administração pública.

Art. 15. Deverá ser solicitado novo registro no Exército quando houver mudança no CNPJ ou na razão social da empresa.

### **Seção III** **Dos processos de registro**

Art. 16. Os processos concernentes ao registro no Exército são: concessão, revalidação, apostilamento, cancelamento e emissão de segunda via.

Art. 17. As solicitações de concessão, de revalidação, de apostilamento, de cancelamento e de 2ª via de registro poderão ocorrer por meio do sistema eletrônico da fiscalização de PCE ou por meio físico.

Parágrafo único. As solicitações previstas no **caput**, a critério da Fiscalização de Produtos Controlados, quando oportuno, poderão migrar totalmente para o sistema eletrônico.

Art. 18. As fases dos processos de concessão, de revalidação e de apostilamento ao registro são as seguintes:

I – procedimentos iniciais do interessado: juntada de documentação, pagamento da taxa correspondente, preenchimento do requerimento e protocolização no Serviço de Fiscalização de Produtos Controlados (SFPC) de vinculação ou na DFPC, conforme o caso;

II – análise do processo: verificação da documentação, consulta a banco de dados, decisão sobre necessidade de vistoria (se for o caso), emissão de parecer;

III – realização da vistoria (se for o caso): informação ao interessado, realização da vistoria, emissão do Termo de Vistoria com parecer;

IV – decisão: despacho do requerimento pela autoridade competente;

V – publicidade: publicação em documento oficial permanente do Exército e atualização do sistema; e

VI – informação ao interessado: após o lançamento das informações em banco de dados e emissão do documento de registro no Exército.

Art. 19. O Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados (SisFPC) poderá se recusar a receber documentação para qualquer dos processos de registro no Exército quando:

I – a documentação prevista nesta portaria estiver incompleta;

II – a documentação apresentada estiver visivelmente rasurada; sem condições de legibilidade ou fora de validade; ou

III – não for apresentada comprovação do representante legal para requerer concessão, revalidação, apostilamento, cancelamento ou segunda via de registro.

Art. 20. O processo de registro da pessoa no Exército deverá contemplar os parâmetros de identificação, de idoneidade, de capacidade técnica e de segurança, no que couberem, a serem comprovados, conforme o prescrito nesta portaria.

Parágrafo único. Para o exercício de atividades com explosivos, deve ser comprovado, ainda, o capital social integralizado mínimo de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para a fabricação ou o comércio e de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para as demais atividades com explosivos.

Art. 21. A idoneidade da pessoa para fins de registro no Exército deve ser comprovada por meio de análise dos antecedentes criminais e de apresentação de certidões de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, Justiça Estadual (incluindo Juizados Especiais Criminais), Justiça Militar e Justiça Eleitoral.

§1º A análise da idoneidade visa a verificar a inexistência de inquérito policial, processo criminal ou condenação por crime doloso, tentado ou consumado, contra a vida; contra o patrimônio com violência ou grave ameaça à pessoa; de tráfico de drogas; de associação criminosa; de organização criminosa; de ação de grupos armados contra a ordem constitucional; por posse e porte ilegal de arma de fogo; inafiançável ou hediondo.

§2º A idoneidade a ser comprovada deve ser do responsável legal e do seu substituto imediato na empresa.

Art. 22. Apostilamento ao registro é o processo de alteração de dados (inclusão, exclusão ou atualização) da pessoa, do PCE, da atividade ou de informações complementares, mediante iniciativa do interessado a qualquer tempo.

Art. 23. O apostilamento poderá ser cancelado quando:

I - alguma característica do produto for alterada, sem autorização do Exército;

II – a atividade com PCE estiver sendo realizada em desacordo com a autorização dada;

III – o PCE estiver sendo fabricado em desacordo com o Relatório Técnico Experimental (ReTEx); ou

IV – decorrer de penalidade administrativa.

Art. 24. As seguintes alterações exigem autorização prévia do Exército, para posterior apostilamento ao registro:

I - alienação ou alteração de área perigosa;

II - arrendamento de estabelecimento empresarial; ou

III - arrendamento de equipamentos fixos ou móveis de bombeamento.

#### **Seção IV Das vistorias**

Art. 25. Vistorias são procedimentos administrativos inerentes aos processos de concessão, de apostilamento ou de cancelamento de registro no Exército, que se destinam à verificação de parâmetros relacionados à identificação da pessoa, à segurança ou a outras informações complementares.

Parágrafo único. A realização de vistorias fica condicionada aos critérios estabelecidos nesta portaria.

Art. 26. As vistorias serão realizadas obrigatoriamente nos seguintes casos:

~~I – por ocasião do processo de concessão de registro;~~

~~II – nos processos de apostilamento:~~

~~a) que exijam verificação de distâncias de segurança (armazenagem ou alteração de área perigosa); ou~~

~~b) para alteração de endereço.~~

~~III – por ocasião do cancelamento do registro, nos termos do art. 59 desta portaria.~~

I – atividade de fabricação de PCE: (Redação pela Portaria nº 41-COLOG/2018).

a) nos processos de concessão de registro;

b) nos processos de apostilamento:

1) que exijam verificação de distâncias de segurança (armazenagem ou alteração de área perigosa);

2) cuja apresentação do plano de segurança seja obrigatória; e

3) para alteração de endereço.

c) nos processos de cancelamento do registro, nos termos do art. 59 desta portaria.

II – demais atividades com PCE: (Redação pela Portaria nº 41-COLOG/2018).

a) nos processos de concessão ou de apostilamento ao registro que exijam verificação de distâncias de segurança ou que seja obrigatória a apresentação do plano de segurança;

b) nos processos de cancelamento do registro, nos termos do art. 59 desta portaria.

Parágrafo único. A fiscalização de produtos controlados poderá promover ou requerer diligências nos casos de processos de registro cuja vistoria não seja obrigatória." (Incluído pela Portaria nº 41-COLOG/2018).

Art. 27. Fica dispensada a realização de vistoria para a revalidação de registro, ressalvada fábrica estrangeira de PCE em processo de nacionalização, até a finalização do processo.

Art. 28. Às empresas cujas vistorias não atenderem aos requisitos previstos nesta portaria, poderá ser concedido prazo para o saneamento das pendências apontadas.

§1º O prazo para saneamento das pendências será estabelecido pelo vistoriador, se for o caso, e deverá constar do termo de vistoria.

§2º É de responsabilidade da empresa o saneamento das pendências e a informação à Fiscalização de Produtos Controlados.

§3º O não saneamento das pendências e/ou a não informação à Fiscalização de Produtos Controlados no prazo concedido implicará o indeferimento do processo requerido pela empresa.

## CAPÍTULO II DO REGISTRO PARA A ATIVIDADE DE FABRICAÇÃO DE PCE

Art. 29. A competência para a concessão, a revalidação, o apostilamento e o cancelamento de registro para o exercício das atividades de fabricação de PCE é da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados.

Art. 30. Para a fabricação de explosivos para consumo próprio, deve ser solicitada a concessão de registro desta atividade.

Art. 31. A empresa que pretende desenvolver e fabricar protótipo de PCE deve solicitar autorização à DFPC para esta atividade.

Parágrafo único. No caso de a empresa não ter registro no Exército, deve solicitar a concessão de registro na RM de vinculação para esta atividade.

Art. 32. O beneficiamento de peças de arma de fogo por empresas terceirizadas, para efeitos desta portaria, não é considerado atividade de fabricação.

Art. 33. O requerimento para concessão, revalidação, apostilamento ou cancelamento de registro deve ser dirigido ao Diretor de Fiscalização de Produtos Controlados acompanhado dos documentos comprobatórios conforme anexo A3, inclusive das taxas respectivas.

### Seção I Da concessão de registro para fabricação

Art. 34. A concessão de registro para a fabricação ou o apostilamento de PCE ao registro deve ser precedida da aprovação de protótipo por meio de avaliação técnica, ressalvados aqueles PCE dispensados da avaliação técnica.

Art. 35. A documentação para concessão de registro para fabricação de PCE está relacionada no anexo A2 desta portaria.

Parágrafo único. A documentação de que trata o **caput** deverá ser protocolizada na DFPC.

## **Seção II**

### **Da revalidação de registro para fabricação**

Art. 36. A documentação para revalidação de registro para fabricação de PCE está relacionada no anexo A2 desta portaria.

Parágrafo único. A documentação de que trata o **caput** poderá ser protocolizada na DFPC a partir de noventa dias anteriores à data de término da validade do registro.

## **Seção III**

### **Do apostilamento ao registro**

Art. 37. O apostilamento de PCE, para a atividade de fabricação, deve conter a finalidade para qual o produto foi avaliado, se para PCE e/ou para Sistemas e Materiais de Emprego Militar (SMEM); e o ReTeX ou Relatório de Avaliação correspondente.

Parágrafo único. Apenas o protótipo de PCE que obtiver parecer “CONFORME” em ReTeX e cujo Relatório de Avaliação Técnica (RAT) tenha sido homologado poderá ser apostilado.

Art. 38. A documentação para apostilamento ao registro de fábrica de PCE será estabelecida em Instrução Técnica-Administrativa a ser editada pela DFPC.

## **Seção IV**

### **Das vistorias em fábricas**

Art. 39. As vistorias referentes à atividade de fabricação de PCE serão de responsabilidade da DFPC, podendo ser executadas pela própria Diretoria ou pela RM, mediante entendimento prévio.

Art. 40. O efetivo, o armamento, o equipamento e o uniforme (ou traje civil) das equipes de vistoria serão definidos pela DFPC.

Art. 41. Os Termos de Vistoria são os previstos nos anexos A4 e A5, desta portaria.

Parágrafo único. As vistorias para os processos de apostilamento ao registro devem seguir o anexo A4 no que couber.

## **Seção V**

### **Da autorização para desenvolvimento e fabricação de protótipo de PCE**

Art. 42. Compete à DFPC emitir autorização para desenvolvimento e fabricação de protótipo de PCE.

Art. 43. O requerimento da empresa interessada em realizar avaliação técnica de protótipo de PCE deve seguir o modelo do anexo A6 desta portaria e ser enviado diretamente à DFPC.

Art. 44. A autorização para desenvolvimento e fabricação de protótipo de PCE será remetida para a empresa interessada e para o CAEx, como informação, conforme o modelo do Anexo A7, desta portaria.

§1º A validade da autorização para desenvolvimento e fabricação de protótipo fica vinculada ao registro da empresa enquanto este permanecer válido.

§2º A autorização de que trata o **caput** será emitida para cada modelo de protótipo de PCE.

Art. 45. A solicitação de avaliação técnica deve ser enviada diretamente ao Centro de Avaliações do Exército (CAEx) pela empresa, via requerimento, em dois processos capeados (original e cópia), composta dos seguintes documentos:

I - requerimento ao Chefe do CAEx;

II - Ficha de Solicitação de Avaliação Técnica (FISAT);

III - memorial descritivo;

IV - desenhos técnicos; e

V - cópia da autorização para desenvolvimento e avaliação técnica de protótipo de PCE.

### CAPÍTULO III DO REGISTRO PARA EXERCÍCIO DAS DEMAIS ATIVIDADES COM PCE

Art. 46. A competência para a concessão, a revalidação, o apostilamento e o cancelamento de registro para o exercício das atividades com PCE, exceto fabricação, reguladas por esta portaria, é da Região Militar (RM) em cuja área de responsabilidade esteja sediada a pessoa jurídica ou resida a pessoa física, ambas titulares do registro.

Art. 47. Compete, ainda, à RM, a concessão de registro para o desenvolvimento e a fabricação de protótipo de PCE; para o beneficiamento de peças de arma de fogo; e para fabricantes artesanais de fogos de artifício.

Parágrafo único. Considera-se fabricante artesanal de fogos de artifício a pessoa jurídica que:

I - empregue até quatro funcionários;

II - disponha de até cinco pavilhões de produção e/ou depósito;

III - mantenha em estoque até oito metros cúbicos de produtos acabados; e

IV - utilize até cinco quilogramas de pólvora na atividade.

Art. 48. O requerimento para concessão, revalidação, apostilamento ou cancelamento de registro deve ser dirigido ao Comandante da RM, acompanhado dos documentos conforme anexo B3, inclusive do comprovante das taxas respectivas.

Art. 49. Deve constar na apostila ao registro de transportador de PCE, o tipo de produto autorizado a ser transportado:

I - arma de fogo;

- II - arma de pressão;
- III – explosivos;
- IV - menos-letal;
- V – munição;
- VI – pirotécnicos;
- VII - produtos químicos;
- VIII - proteção balística; ou
- IX – outros.

Parágrafo único. Não há necessidade de se especificar a quantidade de PCE a ser apostilado.

### **Seção I** **Da concessão de registro**

Art. 50. O requerimento e a documentação para concessão de registro para as demais atividades com PCE estão relacionados nos anexos B3 e B5, respectivamente, desta portaria.

Parágrafo único. A documentação de que trata o **caput** deverá ser protocolizada no SFPC da Região Militar ou em Organização Militar do SisFPC de vinculação do requerente.

### **Seção II** **Da revalidação de registro**

Art. 51. O requerimento e a documentação para revalidação de registro para as demais atividades com PCE estão relacionados nos anexos B3 e B5, respectivamente, desta portaria.

Parágrafo único. A documentação de que trata o **caput** deverá ser protocolizada no SFPC da Região Militar ou em Organização Militar do SisFPC de vinculação do requerente a partir de noventa dias anteriores à data de término da validade do registro.

### **Seção III** **Do apostilamento ao registro**

Art. 52. O requerimento e a documentação para apostilamento ao registro para as demais atividades com PCE estão relacionados nos anexos B3 e B5, respectivamente, desta portaria.

Parágrafo único. A documentação de que trata o **caput** deverá ser protocolizada no SFPC da Região Militar ou em Organização Militar do SisFPC de vinculação do requerente.

### **Seção IV** **Das vistorias**

Art. 53. As vistorias referentes às demais atividades com PCE serão executadas pela RM responsável pela concessão do registro.

Art. 54. A vistoria deverá ser acompanhada pelo responsável legal pela empresa ou por este designado e pelo responsável técnico, quando for o caso.

Art.55. O efetivo, o armamento, o equipamento e o uniforme (ou traje civil) das equipes de vistoria serão definidos pela RM.

Art. 56. Os termos de vistoria são os previstos nos anexos B6 e B7 desta portaria.

Art. 57. Ficam dispensadas as vistorias para concessão, para revalidaçãooupara apostilamentoao registro, nos seguintes casos:

I -atividade de armazenagem de PCE, em instalações portuárias situadas dentro ou fora da área do porto organizado;

II - empresa de segurança privada e transporte de valores, registrada na Polícia Federal;

III - órgãos de segurança pública;

IV - guardas municipais;

V- segurançaorgânicade tribunais do Poder Judiciário;

VI - Agência Brasileira de Inteligência e Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; e

VII - desenvolvimento e fabricação de protótipo de PCE.

Parágrafo único. No caso do previsto no inciso I do **caput**, deve ser emitido Termo de Responsabilidade conforme o anexo B8desta portaria.

#### CAPÍTULO IV DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO E DO APOSTILAMENTO

Art. 58. O cancelamento do registro ou do apostilamento é uma medida administrativa que poderá ocorrer a qualquer tempo nas seguintes situações:

I - por solicitação do interessado, do representante ou do responsável legal;

II -**ex officio**, nos casos de:

a) cassação do registro;

b) não revalidação de registro;

c) perda da capacidade técnica para a continuidade da atividade inicialmente autorizada, comprovada por meio de Processo Administrativo; ou

d) perda de idoneidade da pessoa.

Art. 59. A pessoa cujo registro ou apostilamentofoi cancelado e possuir PCE terá o prazo de noventa dias, a contar da notificação, para que dê destino aos produtos ou providencie nova concessão de registro.

§1º Os produtos de que trata o **caput** poderão ser transferidos para pessoa física ou jurídica autorizada ou destruídos.

§2º No caso de a pessoa possuir arma de fogo ou munição e seus insumos, os produtos poderão ter um dos seguintes destinos:

I - transferência ou venda para pessoa física ou jurídica autorizada;

II - entrega ao Exército para destruição; ou

III - entrega ao Departamento de Polícia Federal (DPF), nos termos do art. 31 da Lei nº 10.826/2003.

§3º Só caberá entrega ao DPF, no caso previsto no inciso III do §2º do **caput**, quando o produto for arma de fogo e, neste caso, o titular do registro deve oficiar o fato ao Exército, mediante documento expedido pelo referido órgão constando os dados de identificação das armas.

Art. 60. O prazo previsto no art. 59 desta portaria poderá ser prorrogado, em caráter excepcional, por igual período, mediante solicitação fundamentada dirigida ao Exército.

Parágrafo único. Não havendo manifestação do usuário e esgotado o prazo de que trata o **caput**, deve ser informada à autoridade policial judiciária a situação irregular de posse de armas, munições e seus insumos.

Art. 61. A inobservância do **caput** do art. 59 desta portaria, implicará apreensão dos PCE pelo Exército.

Art. 62. Suspensão do registro ou do apostilamento é a medida administrativa preventiva que interrompe temporariamente, a qualquer tempo, a autorização para o exercício de atividade(s) com PCE, mediante a identificação de procedimento não conforme, da administração ou da pessoa.

Parágrafo único. A suspensão da atividade deve ser motivada, fundamentada na norma cogente e publicada em documento oficial permanente do Exército. A suspensão permanecerá até ser sanado o motivo da interrupção com PCE.

## CAPÍTULO V DA SEGURANÇA

Art. 63. A segurança, para efeito desta portaria, refere-se a:

I - segurança de área; e

II - segurança de PCE.

§1º A segurança de área refere-se à obediência às distâncias mínimas do local de armazenagem de PCE ou de área perigosa até áreas habitadas ou ferrovias e rodovias, a fim de oferecer proteção contra acidentes que possam colocar em risco a integridade de cidadãos ou de patrimônio.

§2º As distâncias mínimas serão verificadas por ocasião da concessão de registro, quando houver alteração na capacidade de armazenagem ou na área perigosa ou durante ações de fiscalização do Exército.

§3º As distâncias mínimas são as previstas no R-105.

§4º A segurança de área da armazenagem de PCE, em porto organizado, obedecerá a normas internacionais relativas a movimentação, transporte e armazenagem de cargas.

§5º A segurança de PCE refere-se à adoção de medidas contra desvios; extravios; roubos e furtos e contra a obtenção do conhecimento sobre atividades com PCE, a fim de evitar sua utilização na prática de ilícitos.

Art. 64. O planejamento e a implementação das medidas de segurança de PCE previstas nesta portaria são de responsabilidade da pessoa detentora de registro no Exército e devem ser consubstanciadas em um Plano de Segurança.

Art. 65. O Plano de Segurança de PCE será obrigatório quando a pessoa realizar as seguintes atividades com produtos controlados:

I – fabricação: arma de fogo, munição, explosivos, nitrato de amônio, ácido fluorídrico, cianeto de sódio ou cianeto de potássio;

II – comércio: arma de fogo e munição;

III – transporte: arma de fogo, munição e explosivos;

IV – armazenagem: arma de fogo, munição, explosivos, nitrato de amônio, ácido fluorídrico, cianeto de sódio ou cianeto de potássio;

V – capacitação com PCE, apenas para empresas de instrução de tiro: arma de fogo e munição;

VI – colecionamento (museu): arma de fogo e munição;

VII – tiro desportivo: apenas entidades que guardem armas de fogo e/ou munições; e

VIII – caça: apenas entidades que guardem armas e/ou munições.

Parágrafo único. Ficam ressalvados da obrigatoriedade referida no **caput** os casos elencados nos incisos I a VII do art. 57 desta portaria.

Art. 66. O Plano de Segurança de PCE deverá abordar os seguintes aspectos, no que couber:

I - análise de risco das atividades relacionadas a PCE;

II - medidas de controle de acesso de pessoal a locais e sistemas;

III - medidas ativas e passivas de proteção a patrimônio, a pessoas e conhecimentos relacionados a atividades com PCE;

IV - medidas preventivas contra roubos e furtos de PCE durante os deslocamentos e estacionamentos, no caso do tráfego de PCE;

V - medidas de contingência, em caso de acidentes ou de detecção da prática de ilícitos com PCE, incluindo a informação à fiscalização de PCE;

VI - medidas de controle de entrada e saída de PCE; e

VII- previsão de capacitação e de treinamento do pessoal para a execução do Plano de Segurança.

§1º O Plano de Segurança deve abordar obrigatoriamente os aspectos descritos nos incisos I, V e VII quando se tratar de comércio ou utilização em atividades laboratoriais dos PCE: nitrato de amônio, ácido fluorídrico, cianeto de sódio ou cianeto de potássio.

§2º A pessoa registrada deve designar responsável pelo plano tratado no **caput**, podendo a execução da segurança ser terceirizada.

§3º O Plano de Segurança deve estar atualizado e legível, prontamente disponível para a fiscalização de PCE, quando solicitado.

§ 4º O Plano de Segurança para os produtos explosivos deverá abordar, ainda, as seguintes práticas: (**Incluído pela Portaria nº 41-COLOG/2018**).

I – controle de acesso de pessoal a locais e sistemas:

a) monitoramento eletrônico, durante vinte e quatro horas por dia, das áreas de armazenagem ou de fabricação de explosivos e seus acessos;

b) procedimentos definidos para entrada, saída e revista de pessoal; e

c) definição de áreas com restrição de acesso, inclusive de uso de telefonia móvel.

II – medidas ativas e passivas de proteção a patrimônio, a pessoas e conhecimentos relacionados a atividades com PCE:

a) disponibilidade de meios de comunicação fixo ou móvel; e

b) vigilância nos locais onde houver armazenagem ou fabricação de explosivos, se não for possível monitoramento eletrônico.

III – medidas preventivas contra roubos e furtos de explosivos durante os deslocamentos e estacionamentos:

IV – medidas de contingência, em caso de acidentes ou de detecção da prática de ilícitos com explosivos, incluindo a informação à fiscalização de PCE:

a) previsão de instrumentos capazes de permitir, com rapidez e segurança, o acionamento da central de monitoramento; e

b) difusão da ocorrência as órgãos de segurança pública.

Parágrafo único. O arquivo de monitoramento da área de armazenagem e fabricação de explosivos deve permanecer disponível pelo período mínimo de trinta dias.”

## CAPÍTULO VI DA FISCALIZAÇÃO

Art. 67. Ações de fiscalização são medidas executadas pelo Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados com a finalidade de evitar o cometimento de irregularidade com PCE.

Art. 68. As ações de fiscalização de PCE compreendem:

I - auditoria física ou de sistemas; e

II - operações de fiscalização.

Art. 69. As Regiões Militares deverão incluir no Plano Regional de Fiscalização, editado anualmente após orientação da DFPC, as pessoas que tiverem seus registros renovados.

§1º Terão prioridade nas ações de fiscalização as pessoas cujos registros foram revalidados nos últimos doze meses e que exercem as seguintes atividades:

I – fabricação: arma de fogo, munição, explosivos, nitrato de amônio, ácido fluorídrico, cianeto de sódio ou cianeto de potássio;

II – comércio: arma de fogo e munição;

III – transporte: arma de fogo, munição e explosivos;

IV - armazenagem: arma de fogo, munição, explosivos, nitrato de amônio, ácido fluorídrico, cianeto de sódio ou cianeto de potássio;

V – capacitação com PCE, apenas para empresas de instrução de tiro: arma de fogo e munição;

VI – colecionamento (museu): arma de fogo e munição; e

VII – entidades de tiro desportivo e caça.

§2º Após cada ação de fiscalização deverá ser lavrado um relatório pela fiscalização de PCE que ficará arquivado no SFPC da Região Militar.

Art. 70. As pessoas fiscalizadas devem garantir o acesso às instalações e à documentação relativa a PCE durante as ações de fiscalização, inclusive com acompanhamento de pessoal.

Art. 71. No caso de risco iminente à segurança de pessoas ou de patrimônio, a fiscalização militar poderá, excepcional e motivadamente, adotar providências acauteladoras, sem a prévia manifestação do interessado, nos termos do art. 45 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

§1º A adoção de providências acauteladoras por parte da fiscalização de PCE não prescinde de instauração de Processo Administrativo.

§2º As providências acauteladoras não constituem sanção administrativa tratada na Lei 10.834, de 29 de dezembro de 2003 e no Regulamento aprovado pelo Decreto 3.665/00 e terão a extensão necessária, no tempo e no espaço, até remoção do motivo de sua adoção ou decisão final do Processo Administrativo instaurado.

§3º As providências de que trata o **caput** referem-se à suspensão da atividade com PCE e à apreensão ou à destruição do PCE.

§4º Cessadas as razões que motivaram as providências acauteladoras, a fiscalização de PCE deve emitir decisão revogatória do ato.

## CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 72. As taxas de fiscalização de produtos controlados pelo Exército estão estabelecidas por lei instituidora própria.

Parágrafo único. Para fim de pagamento de taxa referente a concessão, revalidação, apostilamento, cancelamento ou emissão de segunda via de registro, as fábricas de PCE estão enquadradas no item 1 do anexo à Lei 10.834, de 29 de dezembro de 2003.

Art.73. Os processos de concessão, revalidação e apostilamentode registro que já tenham sido protocolados no SisFPC, conforme as normas revogadas por esta portaria, poderão ser substituídos, a critério do requerente, para fins de adequação à norma vigente.

~~Art. 74. Fica a DFPC autorizada a expedir Instrução Técnico-Administrativa, versando sobre atualização do anexo B5 desta portaria.~~

Art. 74. Fica a Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados autorizada a expedir Instrução Técnico-Administrativa, versando sobre atualização dos anexos desta portaria. (Redação dada pela Portaria nº 125-COLOG/ 2017).

Art. 74-A.Os anexos desta portaria que demandem autenticidade poderão ser certificados por selo físico ou por meio digital, via endereço eletrônico estabelecido no próprio documento, pelo Código de Validação.(Incluído pela Portaria nº 125-COLOG/2017).

Parágrafo único. O Código de Validação é uma chave alfanumérica únicautilizada para verificação da autenticidade do documento por meio da leitura do QR **Code** ou da inserção da chave no endereço eletrônico.(IncluídoRedação pela Portaria nº 125-COLOG/2017).

Art. 75. Permanecem em vigor até a revogação do Decreto 3.665, de 20 de novembro de 2000, os modelos de registro para fabricação e para as demais atividades com PCE.

Art. 76. Revogar as portarias nº 05-DLog, de 02 de março de 2005; 006-DLog, de 21 de março de 2001; 05-DLog, de dois de março de 2006; 13-DLog, de 19 de julho de 2006; 03-DLog, de 30 de janeiro de 2009; 04-COLOG, de 10 de maio de 2012; 089-COLOG, de 11 de dezembro de 2015; 83-COLOG, de 13 de setembro de 2016; e a ITA 024, de 21 de janeiro de 2002.

Art. 77. Esta portaria entra em vigor trinta dias após a data de sua publicação.

Anexos:

A - MODELO DE REGISTRO – FABRICAÇÃO

A1- MODELO DE APOSTILA – FABRICAÇÃO

A2- ORIENTAÇÕES PARA PROCESSO DE CONCESSÃO, REVALIDAÇÃO E APOSTILAMENTO AO REGISTRO - FABRICAÇÃO

A3 - REQUERIMENTO PARA CONCESSÃO, REVALIDAÇÃO OU APOSTILAMENTO - FABRICAÇÃO

A4-TERMO DE VISTORIA PARA CONCESSÃO / APOSTILAMENTO- FABRICAÇÃO

A5- TERMO DE VISTORIA PARA CANCELAMENTO - FABRICAÇÃO

A6- REQUERIMENTO PARA DESENVOLVIMENTO E FABRICAÇÃO DE PROTÓTIPO E AVALIAÇÃO TÉCNICA DE PCE

A7- AUTORIZAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO E FABRICAÇÃO DE PROTÓTIPO DE PCE

B- MODELO DE REGISTRO – DEMAIS ATIVIDADES

B1- MODELO DE APOSTILA – DEMAIS ATIVIDADES

B2- ORIENTAÇÕES PARA PROCESSO CONCESSÃO, REVALIDAÇÃO E APOSTILAMENTO AO REGISTRO – DEMAIS ATIVIDADES

B3- REQUERIMENTO PARA CONCESSÃO, REVALIDAÇÃO OU APOSTILAMENTO - DEMAIS ATIVIDADES

B4- NÚMERO DE ORDEM, NOMENCLATURA E TIPO DE PCE

B5 - ATIVIDADES COM TIPOS DE PCE, DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

B6- TERMO DE VISTORIA PARA CONCESSÃO OU APOSTILAMENTO - DEMAIS ATIVIDADES

B7- TERMO DE VISTORIA PARA CANCELAMENTO - DEMAIS ATIVIDADES

B8- TERMO DE RESPONSABILIDADE

C- DECLARAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE VALIDADE DE REGISTRO

**GenEx GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA**  
Comandante Logístico

A - MODELO DE REGISTRO – FABRICAÇÃO



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
COMANDO LOGÍSTICO  
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS CONTROLADOS  
(DFPC – 1982)

CERTIFICADO DE REGISTRO

Nº

VALIDADE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

ATIVIDADES AUTORIZADAS:

AMPARO: art. nº 64 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 3.665 de 20 novembro de 2000.

Brasília/DF, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.



\_\_\_\_\_  
postoe nome  
Diretor de Fiscalização de Produtos Controlados

## A1 - MODELO DE APOSTILA – FABRICAÇÃO



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
COMANDO LOGÍSTICO  
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS CONTROLADOS  
(DFPC – 1982)

APOSTILANº \_\_\_\_/\_\_\_\_ AO CERTIFICADO DE REGISTRO Nº \_\_\_\_\_

1. EMPRESA:
2. ENDEREÇO:
3. DOCUMENTOS DE ORIGEM:
4. OBJETO DA APOSTILA:
5. VALIDADE:
6. DESPACHO:

Brasília/DF, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

---

Diretor de Fiscalização de Produtos Controlados

## A2- ORIENTAÇÕES PARA PROCESSO DE CONCESSÃO, REVALIDAÇÃO E APOSTILAMENTO AO REGISTRO - FABRICAÇÃO

### 1. ORIENTAÇÕES GERAIS

a. O processo de concessão, de revalidação e de apostilamento ao registro para fabricação de PCE é constituído de: requerimento, documentos anexos e comprovante de pagamento da taxa correspondente.

b. O requerimento (anexo A3) deve ser preenchido e anexado como a primeira folha do processo.

c. A cópia do comprovante do pagamento da taxa corresponde (GRU) deve ser anexada como último documento do processo. A GRU deve ter sido emitida há menos de noventa dias, considerando a data de protocolo do processo.

### 2. PREENCHIMENTO DO REQUERIMENTO (CONCESSÃO, REVALIDAÇÃO OU APOSTILAMENTO)

#### a. Item 3. ATIVIDADES COM TIPOS DE PRODUTOS

Coluna Nº DE ORDEM DO(S) PCE

- Consultar o anexo B4 e preencher com o Nº de ordem do(s) PCE.

Coluna TIPO DE PRODUTO

- Consultar o anexo B4 e preencher como Tipo de Produto correspondente ao PCE.

Coluna ATIVIDADE(S) COM TIPO(S) DE PCE

- Consultar o anexo B5 e preencher com as ATIVIDADE(S) COM TIPO(S) DE PCE.

Coluna QUANTIDADE DECLARADA

- Consultar no anexo B5 a ATIVIDADE(S) COM TIPO(S) DE PCE e verificar as informações complementares correspondentes. Preencher a QUANTIDADE DECLARADA apenas quando a observação for (5) ou (6).

#### b. Item 4. DOCUMENTOS ANEXOS

Coluna DISCRIMINAÇÃO

- Consultar no item 3. DOCUMENTAÇÃO PARA FABRICAÇÃO, deste anexo, a documentação correspondente exigida. Depois relacionar e anexar os documentos.

#### c. Item 5. INFORMAÇÕES JULGADAS ÚTEIS

- Adicionar informações ou esclarecer o objeto da solicitação, quando o requerente considerar conveniente.

### 3.DOCUMENTAÇÃO PARA ATIVIDADE DE FABRICAÇÃO

ORDEM	DOCUMENTAÇÃO	OBS
1	Ato de constituição de pessoa jurídica	a
2	CNPJ	b
3	Endereço da empresa (e endereço do depósito quando for o caso)	c
4	Idoneidade do representante legal e do substituto imediato	d, e, f
5	Termo de Compromisso	g
6	Plano de Segurança de PCE	h
7	Responsabilidade técnica	i
8	ReTEx ou relação de PCE a ser fabricado	j
9	Relação das unidades de produção/maquinário	k
10	Comprovação de possuir capital social integralizado mínimo de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)	l

#### OBSERVAÇÕES:

- a. Contrato social registrado em cartório. Original e cópia ou cópia autenticada do documento.
- b. Comprovante emitido pela Receita Federal do Brasil pela internet, emitido há menos de noventa dias da data do protocolo do processo e deve estar válido (ativo).
- c. Pode ser:
- conta de água, luz, telefone fixo ou gás;
  - escritura do imóvel ou contrato de aluguel; ou
  - declaração própria com firma reconhecida.
- Deve ter sido emitido há menos de noventa dias, considerando a data de protocolo do processo. Mesmo procedimento para endereço do depósito, se houver. Original e cópia ou cópia autenticada.
- d. Certidões negativas de antecedentes criminais das Justiças:
- Federal;
  - Estadual (incluindo Juizados Especiais Criminais),
  - Militar; e
  - Eleitoral.
- As certidões poderão ser fornecidas por meio eletrônico. Certidões do responsável legal e do seu substituto imediato.
- e. Declaração escrita de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal. Documento original com firma reconhecida.
- f. Nomeação de representante legal e do substituto imediato. Cópia autenticada do documento.
- g. Conforme anexo VI do R-105.
- h. Observar o prescrito no inciso I, do art. 65, desta portaria. Cópia do documento.
- i. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de cargo ou função ou certidão de pessoa jurídica do CREA ou CRQ, conforme o caso.
- j. ReTEx (para PCE passível de avaliação técnica) ou relação de PCE a ser fabricado (para PCE não passível de avaliação técnica).
- k. Relação das unidades de produção/maquinário, quando for o caso.
- l. Informação deve constar do contrato social. Apenas para fabricante de explosivos.

# A3 - REQUERIMENTO PARA CONCESSÃO, REVALIDAÇÃO OU APOSTILAMENTO - FABRICAÇÃO

## REQUERIMENTO

Ao Sr. Diretor de Fiscalização de Produtos Controlados

### 1. REQUERENTE

Número de registro no Exército: \_\_\_\_ (a) \_\_\_\_\_ e-mail: \_\_\_\_\_

Razão social: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_ telefone: (    ) \_\_\_\_\_

Endereço para correspondência: \_\_\_\_\_

### 2. OBJETO

- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Concessão de registro             | <input type="checkbox"/> Revalidação de registro           |
| <input type="checkbox"/> 2ª via de registro                | <input type="checkbox"/> Cancelamento de registro          |
| <input type="checkbox"/> Apostilamento ao registro         |  |
| <input type="checkbox"/> Inclusão de PCE                   | <input type="checkbox"/> Modificação em instalação/produto |
| <input type="checkbox"/> Exclusão de PCE                   | <input type="checkbox"/> Mudança de endereço               |
| <input type="checkbox"/> Inclusão de atividade com PCE     | <input type="checkbox"/> Alteração de área perigosa        |
| <input type="checkbox"/> Exclusão de atividade com PCE     | <input type="checkbox"/> _____ (b) _____                   |
| <input type="checkbox"/> Outra finalidade: _____ (c) _____ |  |

### 3. ATIVIDADES E TIPOS DE PRODUTOS

Nº DE ORDEM DO(S) PCE (vide Anexo B4)	TIPO DE PRODUTO (vide Anexo B4)	ATIVIDADE(S) COM TIPO(S) DE PCE (vide Anexo B5)	QUANTIDADE DECLARADA (vide Anexo B5 informações complementares)

#### 4. DOCUMENTOS ANEXOS

ORDEM	DISCRIMINAÇÃO (d)
1	
2	
3	
4	
5	
....	

#### 5. INFORMAÇÕES JULGADAS ÚTEIS

---

---

---

\_\_\_\_\_  
Nome completo  
CPF

Observações:

- (a) Exceto para concessão
- (b) Citar solicitação de apostilamento que não esteja listada
- (c) Citar outra finalidade que não esteja listada
- (d) Listar documentos anexados ao requerimento

# A4-TERMO DE VISTORIA PARA CONCESSÃO/APOSTILAMENTO - FABRICAÇÃO

DISTINTIVO RM/DFPC	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO ____RM / ____DFPC	TERMO DE VISTORIA Nº ____/____
OBJETO DA VISTORIA:		

## 1. IDENTIFICAÇÃO

Empresa: \_\_\_\_\_ CNPJ: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ Cidade/UF: \_\_\_\_\_

Representante da empresa: \_\_\_\_\_

Coordenadas: \_\_\_\_\_ e-mail: \_\_\_\_\_

## 2. SEGURANÇA DO PRODUTO (vide Plano de Segurança de PCE da empresa)

ASPECTOS	CONFORME	NÃO CONFORME	NÃO SE APLICA
medidas de controle de acesso de pessoal a locais e/ou sistemas da empresa			
medidas ativas e passivas de proteção a patrimônio, a pessoas e conhecimentos relacionados a atividades com PCE			
medidas preventivas contra roubos e furtos de PCE durante os deslocamentos e estacionamento, no caso do tráfego de PCE			
medidas de contingência, em caso de acidentes ou de detecção da prática de ilícitos com PCE, incluindo a informação à fiscalização de PCE			
medidas de controle de entrada e saída de PCE			
previsão de capacitação e de treinamento do pessoal para a execução do Plano de Segurança			

Observações (justificar a não conformidade ou dar informações complementares)

---



---



---



---



---



---

### 3. SEGURANÇA DE ÁREA

#### a. Capacidades de depósitos(quando for caso)

ARMAZÉM/DEPÓSITO /UNIDADE DE PRODUÇÃO	PCE	CAPACIDADE	DIST MÍNIMA SEGURANÇA	TIPO DE INSTALAÇÃO

#### b. Situação das instalações da fábrica

UNIDADE DE PRODUÇÃO	MAQUINÁRIO	Existe?		Instalado?		Não se aplica
		S	N	S	N	

#### 4. DOCUMENTOS ANEXOS(inclusive fotos)

---

---

---

---

---

---

#### 5. OBSERVAÇÕES GERAIS

- ( ) a segurança contra roubos e furtos de PCE atende aos requisitos previstos no Plano de Segurança
- ( ) a segurança de área atende os requisitos exigidos quanto às distâncias mínimas de segurança
- ( ) as unidades de produção previstas estão instaladas
- ( ) o maquinário previsto está instalado.
- ( ) a segurança de PCE NÃO atende os requisitos previstos no Plano de Segurança
- ( ) a segurança de área NÃO atende os requisitos exigidos quanto às distâncias mínimas de segurança
- ( ) as unidades de produção previstas NÃO estão instaladas
- ( ) o maquinário previsto NÃO está instalado

#### 6. PENDÊNCIAS

---

---

---

Tem o prazo até \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ para sanear as pendências apontadas e informar à Fiscalização de Produtos Controlados.

O não saneamento das pendências e/ou a não informação à FPC, implicará o indeferimento do processo requerido pela empresa.

Local/data

\_\_\_\_\_  
(P/G - nome completo - OM )  
vistoriador

\_\_\_\_\_  
(nome completo)  
vistoriado

## 7. SOLUÇÃO DE PENDÊNCIAS

As pendências apresentadas no item VI( ) FORAM ( )NÃO FORAM sanadas na data aprazada.

Local/data

\_\_\_\_\_  
(P/G - nome completo - OM )  
vistoriador

\_\_\_\_\_  
(nome completo)  
vistoriado

### A5 - TERMO DE VISTORIA PARA CANCELAMENTO - FABRICAÇÃO

DISTINTIVO RM ou DFPC	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO COMANDO LOGÍSTICO ____ RM ou DFPC	TERMO DE VISTORIA Nº ____/____
--------------------------	---	-----------------------------------

### TERMO DE VISTORIA PARA CANCELAMENTO DE REGISTRO DE FÁBRICA

#### 1. IDENTIFICAÇÃO DA FÁBRICA

Empresa:\_\_\_\_\_CNPJ:\_\_\_\_\_

Endereço:\_\_\_\_\_

CEP:\_\_\_\_\_cidade/UF:\_\_\_\_\_

Representante da empresa: \_\_\_\_\_

#### 1. DOCUMENTAÇÃO

---

---

---

#### 2. SITUAÇÃO DO PCE

PRODUTO	QUANTIDADE	SITUAÇÃO

#### 3. INSTALAÇÕES

UNIDADES DE PRODUÇÃO	MAQUINÁRIO	SITUAÇÃO

#### 4. ASPECTOS VISTORIADOS

##### a. Quanto à documentação:

- (    ) Os PCE em estoque estão conforme o controle de entrada e saída
- (    ) Há divergência dos PCE em estoque e o controle de entrada e saída de produtos
- (    ) Não há controle de entrada e saída de produto

##### b. Quanto à situação do PCE:

- (    ) oferece risco a cidadãos e patrimônio, quanto às distâncias de segurança
- (    ) oferece risco quanto a segurança contra roubos e furtos de PCE
- (    ) apresenta sinais de exudação ou outra característica que ofereça risco a pessoas ou patrimônio
- (    ) acondicionado em embalagem inadequada ou adulterada

##### c. Quanto às condições das instalações e maquinário

---

---

#### 5. OUTRAS OBSERVAÇÕES

---

---

#### 6. DOCUMENTOS ANEXOS (inclusive fotos)

---

---

---

#### 7. CONCLUSÃO

A vistoria realizada permite concluir que

---

---

---

Local/data

---

(P/G - nome completo - OM )  
vistoriador

---

(nome completo)  
vistoriado

A6- REQUERIMENTO PARA DESENVOLVIMENTO E FABRICAÇÃO DE PROTÓTIPO E  
AVALIAÇÃO TÉCNICA DE PCE

Exmo. Sr.Diretor de Fiscalização de Produtos Controlados

..... (nome da empresa) ....., estabelecida em .....(endereço)  
....., e-mail: .....  
Registronº ....., representada neste ato por seu proprietário (sócio ou  
diretor)....., vem pelo presente,  
requerer a V. Exª.autorização para desenvolvimento e fabricação de protótipo e avaliação técnica  
do(s)seguinte(s) produto(s), de acordo com o art. 43 da Portaria nº \_\_\_\_-COLOG, de \_\_\_\_ de  
\_\_\_\_\_ de 2017.

.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....

(local e data)

---

Responsável legal (nome completo e função)

## A7- AUTORIZAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO E FABRICAÇÃO DE PROTÓTIPO DE PCE

O Diretor de Fiscalização de Produtos Controlados autoriza a empresa .....  
(Registro no Exército ou CNPJ) .....a desenvolver protótipo para fabricação de Produto Controlado pelo Exército e realizar, mediante solicitação ao Centro de Avaliações do Exército, avaliação técnica dos seguintes produtos:

.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....

Esta autorização tem validade até \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

(local e data)

---

Diretor de Fiscalizaçãode Produtos Controlados

B - MODELO DE REGISTRO – DEMAIS ATIVIDADES



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO

---

---

CERTIFICADO DE REGISTRO

Nº:

VALIDADE:

RAZÃO SOCIAL/NOME:

CNPJ/CPF:

ENDEREÇO:

ATIVIDADES AUTORIZADAS:

Obs: O pedido de revalidação do Certificado de Registro deverá ser iniciado até três meses antes do término da sua validade (§ 1º, art. 49, do R-105).

SELO  
DE  
AUTENTICIDADE

Cidade/UF, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

---

postoe nome  
função

B1 - MODELO DE APOSTILA – DEMAIS ATIVIDADES



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

APOSTILANº \_\_\_\_/\_\_\_\_ AO CERTIFICADO DE REGISTRO Nº \_\_\_\_\_

1. EMPRESA: (a)

2. ENDEREÇO:

3. DOCUMENTOS DE ORIGEM: (b)

4. AMPARO: art. 96 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 3.665/2000.

5. OBJETO DA APOSTILA: (c)

6. VALIDADE: (d)

7. DESPACHO: (e)

Cidade/UF, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
nome e posto  
função

(a) razão social, conforme consta no CNPJ.

(b) documento que originou a expedição da Apostila: requerimento, ofício, etc.

(c) discriminar as atividades autorizadas.

(d) data em que expira o prazo de validade do Registro.

(e) discriminar a autorização. Ex: autorizo a empresa \_\_\_\_\_ a importar os produtos controlados relacionados no presente documento, na forma do especificado no item 5 desta Apostila.

## B2– ORIENTAÇÕES PARA PROCESSO DE CONCESSÃO, REVALIDAÇÃO E APOSTILAMENTO AO REGISTRO - DEMAIS ATIVIDADES

### 1. ORIENTAÇÕES GERAIS

- a.O processo de concessão, revalidação ou apostilamento ao registro é constituído de: requerimento, documentos anexos e comprovante de pagamento da taxa.
- b.O requerimento ( anexo B3)deve ser preenchido e anexado como a primeira folha do processo.
- c.A cópia do comprovante do pagamento da taxa corresponde (GRU) deve ser anexada como último documento do processo. A GRU deve ter sido emitida há menos de noventa dias, considerando a data de protocolo do processo.

### 2. PREENCHIMENTO DO REQUERIMENTO (CONCESSÃO, REVALIDAÇÃO OU APOSTILAMENTO)

#### a.Item 3. ATIVIDADES COM TIPOS DE PRODUTOS

Coluna Nº DE ORDEM DO(S) PCE

- Consultar o anexo B4 e preencher com o Nº de ordem do(s)PCE.

Coluna TIPO DE PRODUTO

- Consultar o anexo B4 e preencher como Tipo de Produto correspondente ao PCE.

Coluna ATIVIDADE(S) COM TIPO(S) DE PCE

- Consultar o anexo B5e preencher com a(s)ATIVIDADE(S) COM TIPO(S) DE PCE.

Coluna QUANTIDADE DECLARADA

- Consultar no anexo B5asATIVIDADE(S) COM TIPO(S) DE PCE e verificar as informações complementares correspondentes. Preencher a QUANTIDADE DECLARADA apenas quando a observação for (5) ou (6).

#### b.Item 4. DOCUMENTOS ANEXOS

Coluna DISCRIMINAÇÃO

- Consultar o anexo B5, identificar a atividade com o tipo de PCE e verificar a documentação correspondente exigida. Relacionar e anexar os documentos e discriminá-los.

#### c.Item 5. OUTRAS ATIVIDADES (APOSTILAMENTO)

- Preencher quando o objeto do apostilamento(PCE ou atividade) nãoconstar do anexo B4 ou anexo B5.

#### d.Item 6.INFORMAÇÕES JULGADAS ÚTEIS

- Adicionar informações ou esclarecer o objeto da solicitação, quando o requerente considerar conveniente.

**B3- REQUERIMENTO PARA CONCESSÃO, REVALIDAÇÃO OU APOSTILAMENTO -  
DEMAIS ATIVIDADES**

Ao Sr Comandante da \_\_\_\_\_ Região Militar

**1. REQUERENTE**

Nome/razão social: \_\_\_\_\_

CNPJ/CPF: \_\_\_\_\_ telefone: (    ) \_\_\_\_\_

Registro nº \_\_\_\_\_ e-mail: \_\_\_\_\_

Endereço para correspondência: \_\_\_\_\_

**2. OBJETO**

- (    ) Concessão de registro                      (    ) Apostilamento ao registro  
(    ) Revalidação de registro                      (    ) 2ª via de registro

**3.ATIVIDADES COM TIPOS DE PRODUTOS**

Nº DE ORDEM DO(S) PCE (vide Anexo B4)	TIPO DE PRODUTO (vide Anexo B4)	ATIVIDADE(S) COM TIPO(S) DE PCE (vide Anexo B5)	QUANTIDADE DECLARADA (vide Anexo B5 informações complementares)

**4. DOCUMENTOS ANEXOS**

ORDEM	DISCRIMINAÇÃO (listar documentos)
1	
2	
3	
4	
5	
6	
N...	

## 5. OUTRAS SOLICITAÇÕES DE APOSTILAMENTO

---

---

---

---

---

---

## 6. INFORMAÇÕES JULGADAS ÚTEIS

---

---

---

---

---

---

Cidade/UF, data

---

Nome completo do representante  
CPF

# B4 – NºDE ORDEM, NOMENCLATURA E TIPO DE PCE

Nº ORDEM	NOMENCLATURA DO PRODUTO	TIPO DE PCE
10	acessório de arma	ARMA DE FOGO
20	acessório explosivo	EXPLOSIVO
30	acessório iniciador	EXPLOSIVO
40	acetileneto de prata	EXPLOSIVO
50	acetileneto de cobre	EXPLOSIVO
60	ácido benzílico ( <i>ácido-alfa-hidroxi-alfa-fenil-benzenoacético</i> )	PRODUTO QUÍMICO
70	ácido 2,2-difenil-2-hidroxiaético	PRODUTO QUÍMICO
80	ácido fluorídrico ( <i>fluoreto de hidrogênio</i> )	PRODUTO QUÍMICO
90	acidometilfosfônico	PRODUTO QUÍMICO
100	ácido nítrico	PRODUTO QUÍMICO
110	acidoperclórico	PRODUTO QUÍMICO
120	acidopícrico ( <i>dinitroaminofenol</i> )	EXPLOSIVO
130	ácido pícrico ( <i>trinitrofenol</i> )	EXPLOSIVO
140	acroleína ( <i>aldeído acrílico; 2-propenal</i> )	PRODUTO QUÍMICO
150	agente de guerra química ( <i>agente químico de guerra</i> )	PRODUTO QUÍMICO
160	alcool 2-cloroetílico ( <i>2-cloroetanol</i> )	PRODUTO QUÍMICO
170	alquil [metil, etil, propil (n ou iso)] fosfonofluoridratos de o-alquila (£ c10, incluída a cicloalquila) ex.: sarin: metilfosfonofluoridrato de o-isopropila. soman: metilfosfonofluoridrato de o-pinacolila.	PRODUTO QUÍMICO
180	alcoolpinacolílico ( <i>3,3-dimetil-2-butanol</i> )	PRODUTO QUÍMICO
190	alumínio em pó lamelar e suas ligas	PRODUTO QUÍMICO
200	aminofenol	PRODUTO QUÍMICO
210	amiton: fosforotiolato de 0,0-dietil s-2[(dietilamino) etil] e sais alquilados ou protonados correspondentes	PRODUTO QUÍMICO
220	arma de fogo	ARMA DE FOGO
230	arma de fogo automática	ARMA DE FOGO
240	arma de fogo de repetição de uso permitido	ARMA DE FOGO
250	arma de fogo de repetição de uso restrito	ARMA DE FOGO
260	arma de fogo para uso industrial	ARMA DE FOGO
270	arma de fogo semi-automática de uso permitido	ARMA DE FOGO
280	arma de fogo semi-automática de uso restrito	ARMA DE FOGO
290	arma de pressão por ação de gás comprimido	ARMA DE PRESSÃO
300	arma de pressão por ação de mola ( <i>ar comprimido</i> )	ARMA DE PRESSÃO
310	arma de uso restrito	ARMA DE FOGO
320	arma especial para dar partida em competição esportiva	ARMA DE FOGO
330	arma especial para sinalização pirotécnica ou para salvatagem	ARMA DE FOGO
340	armamento pesado	ARMA DE FOGO
350	armamento químico	ARMA DE FOGO
360	artefato para iniciação ou detonação de cabeça de guerra de míssil ou foguete	EXPLOSIVO
370	artifício pirotécnico	PIROTÉCNICO
380	azida de chumbo	EXPLOSIVO
390	azida de sódio	PRODUTO QUÍMICO
400	baioneta	ARMA DE FOGO
410	benzilato de metila	PRODUTO QUÍMICO
420	benzilato de 3-quinuclidinila (BZ)	PRODUTO QUÍMICO
430	bifluoreto de amônio (hidrogênio fluoreto de amônio)	PRODUTO QUÍMICO
440	bifluoreto de potássio (hidrogênio fluoreto de potássio)	PRODUTO QUÍMICO
450	bifluoreto de sódio (hidrogênio fluoreto de sódio)	PRODUTO QUÍMICO
460	blindagem balística	PROTEÇÃO BALÍSTICA
470	bomba explosiva	MUNIÇÃO
480	bomba para guerra química	MUNIÇÃO
490	brometo de benzila (alfa-bromotolueno; ciclita)	PRODUTO QUÍMICO
500	brometo de cianogênio	PRODUTO QUÍMICO
510	brometo de nitrosila	PRODUTO QUÍMICO
520	brometo de xilila (bromoxileno)	PRODUTO QUÍMICO
530	bromoacetato de etila	PRODUTO QUÍMICO
540	bromoacetato de metila	PRODUTO QUÍMICO
550	bromoacetona	PRODUTO QUÍMICO
560	bromometilacetona	PRODUTO QUÍMICO

570	butil-ferroceno (n-butil-ferroceno)	PRODUTO QUÍMICO
580	butiltetril (2,4,6-trinitrofenil-n-butilnitramina)	EXPLOSIVO
590	cabeça de guerra de míssil ou foguete, mesmo inerte ou de treinamento	MUNIÇÃO
600	capacete a prova de balas	PROTEÇÃO BALÍSTICA
610	carboranos e seus derivados	PRODUTO QUÍMICO
620	carbonato de hexaclorodimetila ( <i>carbonato de hexaclorometila; oxalato de hexaclorodimetila; trifosgênio</i> )	PRODUTO QUÍMICO
630	carga de projeção para munição de arma de fogo	EXPLOSIVO
640	carga de projeção para munição de arma de fogo leve	EXPLOSIVO
650	carga de projeção para munição de armamento pesado	EXPLOSIVO
660	catoceno	PRODUTO QUÍMICO
670	cianeto de benzila ( <i>fenilacetoniitrila</i> )	PRODUTO QUÍMICO
680	cianeto de bromobenzila ( <i>BBC; 2-bromo-alfa-cianotolueno</i> )	PRODUTO QUÍMICO
690	cianeto de hidrogênio ( <i>AC; ácido cianídrico, ácido prússico; formonitrilo; gás cianídrico</i> )	PRODUTO QUÍMICO
700	cianeto de potássio	PRODUTO QUÍMICO
710	cianeto de sódio	PRODUTO QUÍMICO
720	cianoformiato de etila ( <i>cianocarbonato de etila</i> )	PRODUTO QUÍMICO
730	cianoformiato de metila ( <i>cianocarbonato de metila</i> )	PRODUTO QUÍMICO
740	ciclotilenotrinitrâmina ( <i>ciclonite; hexogeno; RDX</i> )	EXPLOSIVO
750	ciclotetrametenotetranitroamina ( <i>HMX; homociclonite; octogeno</i> )	EXPLOSIVO
760	clorato de potássio	PRODUTO QUÍMICO
770	cloreto de benzila	PRODUTO QUÍMICO
780	cloreto de carbonila ( <i>dicloreto de carbonila; fosgênio; oxicleto de carbono</i> )	PRODUTO QUÍMICO
790	cloreto de cianogênio ( <i>CK; marguinita</i> )	PRODUTO QUÍMICO
800	cloreto de difenilestibina	PRODUTO QUÍMICO
810	cloreto de dimetilamina ( <i>dimethylamineHCl</i> )	PRODUTO QUÍMICO
820	cloreto de enxofre ( <i>monocloreto de enxofre; dicloreto de enxofre</i> )	PRODUTO QUÍMICO
830	cloreto de fenilcarbâmina	PRODUTO QUÍMICO
840	cloreto de nitrobenzila	PRODUTO QUÍMICO
850	cloreto de nitrosila	PRODUTO QUÍMICO
860	cloreto de N, N-diisopropil-beta-aminoetila	PRODUTO QUÍMICO
870	cloreto de oxalila	PRODUTO QUÍMICO
880	cloreto de sulfurila ( <i>ácido clorossulfúrico; bicloridrina sulfúrica; cloreto de sulfonila; oxicleto sulfúrico</i> )	PRODUTO QUÍMICO
890	cloreto de tiocarbonila ( <i>tiofosgênio</i> )	PRODUTO QUÍMICO
900	cloreto de tiofosforila	PRODUTO QUÍMICO
910	cloreto de tionila	PRODUTO QUÍMICO
920	cloreto de trietanolamina	PRODUTO QUÍMICO
930	cloreto de xilila	PRODUTO QUÍMICO
940	cloridrina de glicol ( <i>cloridrinaetilênica</i> )	PRODUTO QUÍMICO
950	cloroacetato de etila	PRODUTO QUÍMICO
960	cloroacetofenona ( <i>CN</i> )	PRODUTO QUÍMICO
970	cloroacetona ( <i>tomita</i> )	PRODUTO QUÍMICO
980	clorobromoacetona ( <i>martonita</i> )	PRODUTO QUÍMICO
990	cloroformiato de clorometila ( <i>palita</i> )	PRODUTO QUÍMICO
1000	cloroformiato de diclorometila ( <i>palita</i> )	PRODUTO QUÍMICO
1010	cloroformiato de etila ( <i>clorocarbonato de etila</i> )	PRODUTO QUÍMICO
1020	cloroformiato de metila ( <i>clorocarbonato de metila</i> )	PRODUTO QUÍMICO
1030	cloroformiato de triclorometila ( <i>cloreto de tricloroacetila; difosgênio; super palita</i> )	PRODUTO QUÍMICO
1040	N,N-dialquil ([metil, etil]propil (n ou isopropila)) aminoetanol-2 e sais protonados correspondentes, exceções: N,N-dimetilaminoetanol e sais protonados	PRODUTO QUÍMICO
1050	N,N-dialquil ([metil, etil]propil (n ou isopropila)) aminoetanotiol-2 e sais protonados correspondentes	PRODUTO QUÍMICO
1060	clorossulfonato de etila ( <i>sulvinita</i> )	PRODUTO QUÍMICO
1070	clorossulfonato de metila ( <i>vilantita</i> )	PRODUTO QUÍMICO
1080	clorovinildicloroarsina ( <i>lewisita</i> )	PRODUTO QUÍMICO
1090	colete a prova de balas de uso permitido	PROTEÇÃO BALÍSTICA
1100	colete a prova de balas de uso restrito	PROTEÇÃO BALÍSTICA
1110	composto aditivo potencializador de efeito de agente de guerra química, de interesse militar	PRODUTO QUÍMICO
1120	composto com efeito fisiológico hematotóxico (tóxico do sangue), de interesse militar	PRODUTO QUÍMICO
1130	composto com efeito fisiológico lacrimogêneo, de interesse militar	PRODUTO QUÍMICO
1140	composto com efeito fisiológico neurotóxico (tóxico dos nervos), de interesse militar	PRODUTO QUÍMICO

1150	composto com efeito fisiológico paralisante, de interesse militar	PRODUTO QUÍMICO
1160	composto com efeito fisiológico psicoquímico, de interesse militar	PRODUTO QUÍMICO
1170	composto com efeito fisiológico sobre animais, de interesse militar	PRODUTO QUÍMICO
1180	composto com efeito fisiológico sobre o solo, de interesse militar	PRODUTO QUÍMICO
1190	composto com efeito fisiológico sobre vegetais, de interesse militar	PRODUTO QUÍMICO
1200	composto com efeito fisiológico sufocante, de interesse militar	PRODUTO QUÍMICO
1210	composto com efeito fisiológico vesicante, de interesse militar	PRODUTO QUÍMICO
1220	composto com efeito fisiológico vomitivo (esternutatório), de interesse militar	PRODUTO QUÍMICO
1230	composto com efeito fumígeno, de interesse militar	PRODUTO QUÍMICO
1240	composto com efeito iluminativo, de interesse militar	PRODUTO QUÍMICO
1250	composto com efeito incendiário, de interesse militar	PRODUTO QUÍMICO
1260	composto precursor de (matéria prima para) agente de guerra química, de interesse militar	PRODUTO QUÍMICO
1270	cordel detonante	EXPLOSIVO
1280	cresilato de amônio (ecrasita)	EXPLOSIVO
1290	cresilato de potássio	EXPLOSIVO
1300	decaboranos e seus derivados	PRODUTO QUÍMICO
1310	detonador ( <i>espoleta</i> ) elétrico	EXPLOSIVO
1320	detonador ( <i>espoleta</i> ) de qualquer tipo	EXPLOSIVO
1330	detonador ( <i>espoleta</i> ) não elétrico	EXPLOSIVO
1340	N,N-diaquil [metil, etil, propil (n ou iso)] fosforamidocianidratos de O-alquila (<=C10, inclui cicloalquila) Ex.: Tabun: N,N-dimetilfosforamidocianidrato de O-etila	PRODUTO QUÍMICO
1350	S-2 diaquil [metil, etil, propil (n ou iso)] aminoetilalquil [metil, etil, propil (n ou iso)] fosfonotiolatos de O-alquila (H ou <=C10, inclusive a cicloalquila) e sais alquilados ou protonados correspondentes Ex.: VX: S-2 diisopropilaminoetilfosfonotiolato de O-etila	PRODUTO QUÍMICO
1360	O-2-dialquil [metil, etil, propil (n ou iso)] aminoetilalquil, ou fosfonitos de O-alquila (H ou <=C10, inclusive a cicloalquila) e sais alquilados ou protonados correspondentes Ex.: QL: O2-diisopropilaminoetilmetilfosfonito de O-etila	PRODUTO QUÍMICO
1370	diazodinitrofenol ( <i>DDNP</i> )	EXPLOSIVO
1380	diazometano ( <i>azimetileno</i> )	EXPLOSIVO
1390	dicloreto de enxofre	PRODUTO QUÍMICO
1400	dicloreto de etilfosfonila	PRODUTO QUÍMICO
1410	dicloreto de metilfosfonila	PRODUTO QUÍMICO
1420	dicloretoetilfosfonoso ( <i>dicloreto do ácido etilfosfonoso [ethylphosphonousdicloride]</i> )	PRODUTO QUÍMICO
1430	dicloretoetilfosfonoso ( <i>dicloreto do ácido metilfosfonoso [methylphosphonousdicloride]</i> )	PRODUTO QUÍMICO
1440	diclorodinitrometano	PRODUTO QUÍMICO
1450	2, 2' dicloro-dietil-metilamina ( <i>HN-2</i> )	PRODUTO QUÍMICO
1460	dicloroformoxima ( <i>CX; fogsênio oxima</i> )	PRODUTO QUÍMICO
1470	2, 2' dicloro-trietilamina ( <i>HN-1</i> )	PRODUTO QUÍMICO
1480	dietilaminoetanol ( <i>N, N-dietiletanolamina; 2-dietilaminoetanol</i> )	PRODUTO QUÍMICO
1490	difenilaminacloarsina ( <i>adamsita; cloreto de fenarsazina; DM</i> )	PRODUTO QUÍMICO
1500	difenilbromoarsina	PRODUTO QUÍMICO
1510	difenilcianoarsina ( <i>cianeto de difenilarsina; Clark I; Clark II; DC</i> )	PRODUTO QUÍMICO
1520	difenilcloroarsina ( <i>DA; cloreto de difenilarsina</i> )	PRODUTO QUÍMICO
1530	difluoreto de etilfosfonila ( <i>difluoreto do ácido etilfosfônico [ethylphosphonyldifluoride]</i> )	PRODUTO QUÍMICO
1540	difluoreto de metilfosfonila ( <i>[methylphosphonyldifluoride]</i> )	PRODUTO QUÍMICO
1550	difluoretoetilfosfonoso ( <i>difluoreto do ácido etilfosfonoso [ethylphosphonousdifluoride]</i> )	PRODUTO QUÍMICO
1560	difluoretometilfosfonoso ( <i>difluoreto do ácido metilfosfonoso [methylphosphonousdifluoride]</i> )	PRODUTO QUÍMICO
1570	diisocianato de isoforona ( <i>[isophoronediiisocyanate]</i> )	PRODUTO QUÍMICO
1580	diisopropilamina	PRODUTO QUÍMICO
1590	diisopropilaminoetanotiol ( <i>N, N-diisopropilaminoetanotiol</i> )	PRODUTO QUÍMICO
1600	diisopropil - (beta) - aminoetanol ( <i>N, N-diisopropil - (beta) - aminoetanol</i> )	PRODUTO QUÍMICO
1610	dimetilamina	PRODUTO QUÍMICO
1620	dimetilfosforoamidato de dietila ( <i>N, N-dimetilfosforoamidato de dietila</i> )	PRODUTO QUÍMICO
1630	dimetil hidrazina assimétrica	EXPLOSIVO
1640	dimetilnitrobenzeno (nitroxileno)	EXPLOSIVO
1650	dinamite	EXPLOSIVO
1660	dinitrato de dietilenoglicol ( <i>DEGN</i> )	EXPLOSIVO
1670	dinitrato de trietilenoglicol ( <i>TEGN</i> )	EXPLOSIVO
1680	dinitrobenzeno	EXPLOSIVO
1690	dinitroglicol	EXPLOSIVO
1700	dinitrotolueno (dinitrotoluoil, <i>DNT</i> )	EXPLOSIVO
1710	dióxido de nitrogênio (monômero do tetraóxido de dinitrogênio)	PRODUTO QUÍMICO

1720	dioxina (tetraclorodibenzeno-p-dioxina-2-3-7-8)	PRODUTO QUÍMICO
1730	dispositivo gerador de gás instantâneo com explosivos ou mistura pirotécnica em sua composição	EXPLOSIVO
1740	dispositivo para acionamento de minas	OUTROS PCE
1750	dispositivo para lançamento de gás agressivo (tubo de gás paralisante)	MENOS-LETAL
1760	dispositivo para sinalização pirotécnica ou salvatagem	PIROTÉCNICOS
1770	escudo a prova de balas	PROTEÇÃO BALÍSTICA
1780	equipamento especialmente projetado para controle de tiro de artilharia, foguetes ou mísseis	OUTROS PCE
1790	equipamento especialmente projetado para lançamento de foguetes ou mísseis	ARMA DE FOGO
1800	equipamento ( <i>máquina</i> ) especialmente projetado para produção de agente químico de guerra	PRODUTO QUÍMICO
1810	equipamento ( <i>máquina</i> ) especialmente projetado para produção de armas e munições	OUTROS PCE
1820	equipamento ( <i>máquina</i> ) especialmente projetado para produção de explosivos	EXPLOSIVO
1830	equipamento especialmente projetado para transporte e lançamento de foguetes ou mísseis	ARMA DE FOGO
1840	equipamento para detecção de minas	OUTROS PCE
1850	equipamento para lançamento de minas	OUTROS PCE
1860	equipamento para recarga de munições e suas matrizes	MUNIÇÃO
1870	equipamento para visão noturna ( <i>luneta; óculos; etc; imagem térmica; infravermelho; luz residual; etc</i> )	OUTROS PCE
1880	espada ou espadim de uso exclusivo das Forças Armadas ou Forças Auxiliares	ARMA DE FOGO
1890	espargidor de agente de guerra química	ARMA DE FOGO
1900	espoleta elétrica	EXPLOSIVO
1910	espoleta ( <i>cápsula</i> ) para cartucho de arma de fogo	MUNIÇÃO
1920	espoleta para munição explosiva	MUNIÇÃO
1930	espoleta pirotécnica ( <i>espoleta comum</i> )	EXPLOSIVO
1940	estágio individual para míssil ou foguete	MUNIÇÃO
1950	estifinado de chumbo ( <i>trinitrorresorcinato de chumbo</i> )	EXPLOSIVO
1960	estojo ( <i>cartucho vazio</i> ) para munição de arma de fogo	MUNIÇÃO
1970	estopilha ( <i>cápsula; espoleta</i> ) para carga de projeção de armamento pesado	MUNIÇÃO
1980	estopim de qualquer tipo	EXPLOSIVO
1990	éterdibromometílico	PRODUTO QUÍMICO
2000	éterdiclorometílico	PRODUTO QUÍMICO
2010	etilcarbazol ( <i>N-etilcarbazol</i> )	PRODUTO QUÍMICO
2020	Etildibromoarsina ( <i>dibromoetilarsina</i> )	PRODUTO QUÍMICO
2030	etildicloroarsina ( <i>dicloroetilarsina; ED</i> )	PRODUTO QUÍMICO
2040	Etildietanolamina	PRODUTO QUÍMICO
2050	Etilenodiaminodinitrato ( <i>etilenodinitroamina</i> )	EXPLOSIVO
2060	etilfosfonato de dietila	PRODUTO QUÍMICO
2070	etilfosfonato de dimetila	PRODUTO QUÍMICO
2080	etil-S-2-diisopropilaminoetilmetilfosfonotiolato (VX)	PRODUTO QUÍMICO
2090	explosivos não listados nesta relação	EXPLOSIVO
2100	explosivo plástico	EXPLOSIVO
2110	Fenildibromoarsina ( <i>dibromofenilarsina</i> )	PRODUTO QUÍMICO
2120	Fenildicloroarsina ( <i>diclorofenilarsina; PD</i> )	PRODUTO QUÍMICO
2130	fluoreto de potássio	PRODUTO QUÍMICO
2140	fluoreto de sódio	PRODUTO QUÍMICO
2150	fluorfenoxiaetato de clorobutila ( <i>4-fluorfenoxiacetato de 2-clorobutila</i> )	PRODUTO QUÍMICO
2160	fogos de artifício	PIROTÉCNICO
2170	fogueteanti-granizo	MUNIÇÃO
2180	foguete de qualquer tipo, suas partes e componentes (material bélico)	MUNIÇÃO
2190	fosfito de dietila ( <i>dietilester do ácido fosforoso, dietil fosfito; fosfito dietílico</i> )	PRODUTO QUÍMICO
2200	fosfito de dimetila ( <i>dimetil fosfito; fosfito dimetílico</i> )	PRODUTO QUÍMICO
2210	fosfito de trietila ( <i>fosfito trietílico; trietil fosfito</i> )	PRODUTO QUÍMICO
2220	fosfito de trimetila ( <i>fosfito trimetílico; trimetil fosfito</i> )	PRODUTO QUÍMICO
2230	fosfonildifluoretos de alquila [metil, etil, propil (n ou iso)] Ex.: DF: metilfosfonildifluoretos	PRODUTO QUÍMICO
2240	fósforo branco ou amarelo	PRODUTO QUÍMICO
2250	fulminato de mercúrio ( <i>cianatomercúrico</i> )	EXPLOSIVO
2260	glicidilazida polimerizada	PRODUTO QUÍMICO
2270	granada de exercício e suas partes	MUNIÇÃO
2280	granada de manejo e suas partes	MUNIÇÃO
2290	granada explosiva e suas partes	MUNIÇÃO
2300	granada perfurante e suas partes	MUNIÇÃO
2310	granada química e suas partes	MUNIÇÃO

2320	grão moldado (propelente) para foguete ou missil	EXPLOSIVO
2330	hexanitroazobenzeno	EXPLOSIVO
2340	hexanitrocarbanilida	EXPLOSIVO
2350	hexanitrodifenilamina ( <i>hexil</i> )	EXPLOSIVO
2360	hexanitrodifenilsulfeto	EXPLOSIVO
2370	hidrazina	EXPLOSIVO
2380	hidroximetilpiperidina ( <i>3-hidroxi-1-metilpiperidina</i> )	PRODUTO QUÍMICO
2390	iodeto de benzila	PRODUTO QUÍMICO
2400	iodeto de cianogênio ( <i>cianeto de iodo</i> )	PRODUTO QUÍMICO
2410	iodeto de fenarsazina	PRODUTO QUÍMICO
2420	iodeto de fenilarsina ( <i>iodeto de difenilarsina; iodeto de fenarsina</i> )	PRODUTO QUÍMICO
2430	iodeto de nitrobenzila	PRODUTO QUÍMICO
2440	iodoacetato de etila	PRODUTO QUÍMICO
2450	iodoacetona	PRODUTO QUÍMICO
2460	isopurpurato de potássio	EXPLOSIVO
2470	lança-chamas (material bélico)	ARMA DE FOGO
2480	lançador de bombas	ARMA DE FOGO
2490	lançador de granadas	ARMA DE FOGO
2500	lançador de mísseis e foguetes	ARMA DE FOGO
2510	lança-rojões (material bélico)	ARMA DE FOGO
2520	lewisitas: lewisita 1: 2-clorovinildicloroarsina, lewisita 2: bis (2-clorovinil) cloroarsina, lewisita 3: tris (2-clorovinil) arsina	PRODUTO QUÍMICO
2530	luneta para armas	ARMA DE FOGO
2540	magnésio e suas ligas, em pó	PRODUTO QUÍMICO
2550	máscara contra gases	OUTROS PCE
2560	material bélico não listado nesta relação	ARMA DE FOGO
2570	material para sinalização pirotécnica e salvatagem	PIROTÉCNICO
2580	metais pulverizados, misturados a percloratos, cloratos ou cromatos	EXPLOSIVO
2590	metais pulverizados, misturados a substâncias utilizadas como propelentes	EXPLOSIVO
2600	metildicloroarsina ( <i>diclorometilarsina; MD</i> )	PRODUTO QUÍMICO
2610	metildietanolamina	PRODUTO QUÍMICO
2620	metilfosfonato de dimetila	PRODUTO QUÍMICO
2630	metilfosfonato de 0-etil-2-diisopropilaminoetil	PRODUTO QUÍMICO
2640	metilfosfonito de dietila	PRODUTO QUÍMICO
2650	metilidrazina	EXPLOSIVO
2660	mina explosiva e suas partes	MUNIÇÃO
2670	miraoptrônica	ARMA DE FOGO
2680	míssil de qualquer tipo, suas partes e componentes (material bélico)	MUNIÇÃO
2690	misturas poliméricas compostas de ácido acrílico-polibutadieno-acrilonitrila	PRODUTO QUÍMICO
2700	misturas poliméricas compostas de ácido acrílico e polibutadieno	PRODUTO QUÍMICO
2710	mostardas de enxofre: clorometilsulfeto de 2-cloroetila gás-mostarda: sulfeto de bis (2-cloroetila) bis (2-cloroetiltilio) metano sesquimostarda: 1,2-bis (2-cloroetiltilio) etano 1,3-bis (2-cloroetiltilio) n-propano 1,4-bis (2-cloroetiltilio) n-butano 1,5-bis (2-cloroetiltilio) n-pentano bis (2-cloroetiltilioetil) éter mostarda O: bis (2-cloroetiltilioetil) éter.	PRODUTO QUÍMICO
2720	motorespara foguetes ou mísseis de qualquer tipo ou modelo	OUTROS PCE
2730	muniçãode exercício e suas partes	MUNIÇÃO
2740	muniçãode manejo e suas partes	MUNIÇÃO
2750	munição ( <i>cartucho</i> ) de uso permitido para arma de fogo e suas partes	MUNIÇÃO
2760	munição ( <i>cartucho</i> ) de uso restrito para arma de fogo e suas partes	MUNIÇÃO
2770	munição ( <i>cartucho; foguete; rojão; tiro; etc</i> ) para armamento pesado ( <i>canhão; lança foguete; lança granada; lança rojão; morteiro; obuseiro; etc</i> ) e suas partes	MUNIÇÃO
2780	munição ( <i>cartucho</i> ) para arma de uso industrial e suas partes	MUNIÇÃO
2790	muniçãoquímica e suas partes	MUNIÇÃO
2800	mira laser	ARMA DE FOGO
2810	NAPALM ( <i>puro ou como gasolina gelatinizada para uso em bombas incendiárias e lança-chamas</i> )	PRODUTO QUÍMICO
2820	nitratode amila	EXPLOSIVO
2830	nitratode amônio	PRODUTO QUÍMICO
2840	nitratode etila	EXPLOSIVO
2850	nitratode mercúrio	EXPLOSIVO
2860	nitratode metila	EXPLOSIVO
2870	nitratode potássio	PRODUTO QUÍMICO
2880	nitroamido	EXPLOSIVO

2890	nitroceluloseou solução de nitrocelulose com qualquer teor de nitrogênio ( <i>algodão pólvora; colódio; pirocelulose, etc</i> )	EXPLOSIVO
2900	nitrodifenilamina	EXPLOSIVO
2910	nitroglicerina ( <i>trinitrato de glicerila; trinitrato de glicerina; trinitroglicerina</i> )	EXPLOSIVO
2920	nitroglicol	EXPLOSIVO
2930	nitroguanidina	EXPLOSIVO
2940	nitromanita ( <i>hexanittrato de manitol</i> )	EXPLOSIVO
2950	nitronaftaleno ( <i>mono; di; tri; tetra</i> )	EXPLOSIVO
2960	nitropenta ( <i>nitropentaeritrita; nitropentaeritrol; PETN; tetranitrato de pentaeritrol</i> )	EXPLOSIVO
2970	nitroxilenos	EXPLOSIVO
2980	ortoclorobenzalmalononitrila (CS)	PRODUTO QUÍMICO
2990	oxicloreto de fósforo	PRODUTO QUÍMICO
3000	óxido de dimetilaminoetoxicianofosfina ( <i>[ethyl N, N-dimethylphosphoramido-cyanide]; etil éster do ácido fosforoamidociânico; GA; [monoetil-dimetil-amido-cianofosfato]; TABUN</i> )	PRODUTO QUÍMICO
3010	óxido de metilisopropiloxifluorofosfina (GB; <i>[iso-propilmethylphosphono-fluoride]; 1-metil-etil éster do ácido metilfosfonofluorídrico, [monoisopropil-metil-fluorofosfato]; SARIN</i> )	PRODUTO QUÍMICO
3020	óxido de metilpinacoliloxifluorofosfina (GD; <i>[monopinacol-metil-fluorofosfato]; [1,2,2-trimethylpropyl methylphosphonofluoride]; 1,2,2-trimetil-propil éster do ácido metilfosfonofluorídrico, SOMAN</i> )	PRODUTO QUÍMICO
3030	óxido de tri (1-(2-metil) aziridinil) fosfina	PRODUTO QUÍMICO
3040	peça para arma de fogo	ARMA DE FOGO
3050	peça para arma de fogo automática	ARMA DE FOGO
3060	peça para arma de fogo de repetição de uso permitido	ARMA DE FOGO
3070	peça para arma de fogo de repetição de uso restrito	ARMA DE FOGO
3080	peça para arma de fogo para uso industrial	ARMA DE FOGO
3090	peça para armamento pesado	ARMA DE FOGO
3100	peça para arma de fogo semi-automática de uso permitido	ARMA DE FOGO
3110	peça para arma de fogo semi-automática de uso restrito	ARMA DE FOGO
3120	peça para arma de uso restrito	ARMA DE FOGO
3130	peça para arma especial para dar partida em competição esportiva	ARMA DE FOGO
3140	peça para arma especial para sinalização pirotécnica ou para salvatagem	ARMA DE FOGO
3150	peça para arma para guerra química	ARMA DE FOGO
3160	peça para equipamento de controle de tiro de arma de fogo	OUTROS PCE
3170	peça para equipamento de controle de tiro de míssil e foguete	OUTROS PCE
3180	peça para veículo blindado de emprego militar (material bélico)	OUTROS PCE
3190	peça para veículo lançador de míssil ou foguete	OUTROS PCE
3200	pentacloreto de fósforo	PRODUTO QUÍMICO
3210	PFIB: 1,1,3,3,3-pentafluoro-2-(trifluormetil) - propeno	PRODUTO QUÍMICO
3220	pentassulfeto de fósforo	PRODUTO QUÍMICO
3230	pentóxido de dinitrogênio	PRODUTO QUÍMICO
3240	perclorato de amônio	EXPLOSIVO
3250	perclorato de potássio	EXPLOSIVO
3260	peróxido de cloro	EXPLOSIVO
3270	picrato de amônio	EXPLOSIVO
3280	pimenta líquida ( <i>gás pimenta; oleoresinapsicum (capsaicinoides): capsaicina; diidrocapsaicina; e nordiidrocapsaicina</i> )	PRODUTO QUÍMICO
3290	pinacolona ( <i>3,3-dicloro-2-butanona</i> )	PRODUTO QUÍMICO
3300	polibutadienocarboxiterminado	PRODUTO QUÍMICO
3310	polibutadienohidroxiteterminado	PRODUTO QUÍMICO
3320	pólvoras mecânicas ( <i>branca; chocolate; negra</i> )	EXPLOSIVO
3330	pólvoras químicas de qualquer tipo	EXPLOSIVO
3340	projétil para munição para arma de fogo	MUNIÇÃO
3350	propelentescomposite	EXPLOSIVO
3360	quinuclidinol ( <i>3-quinuclidinol; 1-azabicyclo[2,2,2] octan-3-ol</i> )	PRODUTO QUÍMICO
3370	quinuclidinona ( <i>3- quinuclidinona</i> )	PRODUTO QUÍMICO
3380	reforçadores ( <i>detonadores</i> )	EXPLOSIVO
3390	ricina	PRODUTO QUÍMICO
3400	rojão, suas partes e componentes ( <i>munição para lança-rojão</i> )	MUNIÇÃO
3410	saxitoxina	PRODUTO QUÍMICO
3420	silicieto de hidrogênio	EXPLOSIVO
3430	simulacro de arma de guerra.	ARMA DE FOGO

3440	substâncias químicas que contenham um átomo de fósforo ao qual estiver ligado um grupo metila, etila ou propila (n ou isopropila), mas não outros átomos de carbono. Ex: dicloreto de metilfosfonilametilfosfonato de dimetila Exceção: fonofosetilfosfonotiolotionato	PRODUTO QUÍMICO
3450	sulfato de dimetila ( <i>sulfato de metila</i> )	PRODUTO QUÍMICO
3460	sulfeto de 1, 2-bis (2-cloroetil) etano (Q; <i>sesquimostarda</i> )	PRODUTO QUÍMICO
3470	sulfeto de nitrogênio	EXPLOSIVO
3480	sulfetos de sódio	PRODUTO QUÍMICO
3490	sulfetodiclorodietílico ( <i>gás mostarda; HD; iperita; sulfeto de diclorodietila; sulfeto de dicloroetila; sulfeto de etiladiclorado; sulfeto dicloroetilico</i> )	PRODUTO QUÍMICO
3500	tecido a prova de balas	PROTEÇÃO BALÍSTICA
3510	tapan ( <i>reação de tetraetilenopentamina e acrilonitrila; HX879</i> )	PRODUTO QUÍMICO
3520	tapanol ( <i>reação de tetraetilenopentamina, acrilonitrila e glicidol; HX878</i> )	PRODUTO QUÍMICO
3530	tetracloro de titânio (cloro de titânio, fumegerita)	PRODUTO QUÍMICO
3540	tetraclorodinitroetano	PRODUTO QUÍMICO
3550	tetranitroanilina	EXPLOSIVO
3560	tetranitrocarbasol	EXPLOSIVO
3570	tetranitrometano	EXPLOSIVO
3580	tetranitrometilanilina ( <i>tetril</i> )	EXPLOSIVO
3590	tetraóxido de dinitrogênio ( <i>dímero do dióxido e nitrogênio</i> )	PRODUTO QUÍMICO
3600	tetrazeno	EXPLOSIVO
3610	tiodiglicol	PRODUTO QUÍMICO
3620	tricloro de arsênio	PRODUTO QUÍMICO
3630	tricloro de fósforo	PRODUTO QUÍMICO
3640	tricloro de nitrogênio ( <i>cloro de nitrogênio</i> )	PRODUTO QUÍMICO
3650	2, 2', 2"- tricloro-trietilamina ( <i>HN-3</i> )	PRODUTO QUÍMICO
3660	tricloronitrometano ( <i>aquinita; cloropicrina; nitrotriclorometano</i> )	PRODUTO QUÍMICO
3670	trietanolamina ( <i>tri(2-hidroxietil) amina</i> )	PRODUTO QUÍMICO
3680	triidreto de arsênio ( <i>arsina; SA</i> )	PRODUTO QUÍMICO
3690	trinitrato de 1,2,4-butanotriol	EXPLOSIVO
3700	trinitrato de trimetiletano ( <i>TMEN; trinitrato de pentaglicerina</i> )	EXPLOSIVO
3710	trinitroacetoneitrila	EXPLOSIVO
3720	trinitroanilina ( <i>picramida</i> )	EXPLOSIVO
3730	trinitroanisol ( <i>eter metil-2,4,6-trinitrofenilico</i> )	EXPLOSIVO
3740	trinitrobenzeno	EXPLOSIVO
3750	trinitroclorometano	EXPLOSIVO
3760	trinitrometacresol ( <i>2,4,6-trinitrometacresol, cresilita</i> )	EXPLOSIVO
3770	trinitronaftaleno ( <i>naftita</i> )	EXPLOSIVO
3780	trinitroresorcina ( <i>ácido estifínico; 2,4,6- trinitrorresorcinol</i> )	EXPLOSIVO
3790	trinitrotolueno ( <i>TNT</i> )	EXPLOSIVO
3800	veículo blindado de emprego civil	PROTEÇÃO BALÍSTICA
3810	veículo ( <i>viatura</i> ) blindado de emprego militar, com ou sem armamento	OUTROS PCE
3820	veículo especial para transporte de munição, míssil ou foguete	OUTROS PCE
3830	veículo (carro) de passeio blindado	PROTEÇÃO BALÍSTICA
3840	veículo projetado ou adaptado para lançamento de míssil ou foguete	OUTROS PCE
3850	verniz	PRODUTO QUÍMICO

## B5 - ATIVIDADES COM TIPOS DE PCE, DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

ATIVIDADE(S) COM TIPOS DE PCE(*)	DOCUMENTAÇÃO	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
FABRICAÇÃO DE ARMA DE FOGO	Vide anexo A2	(1)
FABRICAÇÃO DE ARMA DE PRESSÃO	Vide anexo A2	(1)
FABRICAÇÃO DE EXPLOSIVO	Vide anexo A2	(1)
FABRICAÇÃO DE MENOS-LETAL	Vide anexo A2	(1)
FABRICAÇÃO DE MUNIÇÃO	Vide anexo A2	(1)
FABRICAÇÃO DE PIROTÉCNICOS	Vide anexo A2	(1)
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS	Vide anexo A2	(1)
FABRICAÇÃO DE PROTEÇÃO BALÍSTICA	Vide anexo A2	(1)
FABRICAÇÃO DE OUTROS PCE	Vide anexo A2	(1)
TESTE BALÍSTICO(**)	Q	(2)
DESENVOLVIMENTO E FABRICAÇÃO DE PROTÓTIPO DE PCE	A-B-C-D	(2)
BENEFICIAMENTO DE PEÇAS DE ARMA DE FOGO	A-B-C-D	(2)
IMPORTAÇÃO DE ARMA DE FOGO	A-B-C-D	(3)
IMPORTAÇÃO DE ARMA DE PRESSÃO	A-B-C-D	(2)
IMPORTAÇÃO DE EXPLOSIVO	A-B-C-D-O	(3)
IMPORTAÇÃO DE MENOS-LETAL	A-B-C-D	(3)
IMPORTAÇÃO DE MUNIÇÃO	A-B-C-D	(3)
IMPORTAÇÃO DE PIROTÉCNICOS	A-B-C-D	(2)
IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS	A-B-C-D	(3)
IMPORTAÇÃO DE PROTEÇÃO BALÍSTICA	A-B-C-D	(2)
IMPORTAÇÃO DE OUTROS PCE	A-B-C-D	(3)
EXPORTAÇÃO DE ARMA DE FOGO	A-B-C-D	(3)
EXPORTAÇÃO DE ARMA DE PRESSÃO	A-B-C-D	(2)
EXPORTAÇÃO DE EXPLOSIVO	A-B-C-D-O	(3)
EXPORTAÇÃO DE MENOS-LETAL	A-B-C-D	(3)
EXPORTAÇÃO DE MUNIÇÃO	A-B-C-D	(3)

EXPORTAÇÃO DE PIROTÉCNICOS	A-B-C-D	(3)
EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS	A-B-C-D	(3)
EXPORTAÇÃO DE PROTEÇÃO BALÍSTICA	A-B-C-D	(2)
EXPORTAÇÃO DE OUTROS PCE	A-B-C-D	(3)
COMÉRCIO DE ARMA DE FOGO	A-B-C-D-E	(4)
COMÉRCIO DE ARMA DE PRESSÃO	A-B-C-D	(4)
COMÉRCIO DE EXPLOSIVO	A-B-C-D-N	(3)
COMÉRCIO DE MENOS-LETAL	A-B-C-D	(4)
COMÉRCIO DE MUNIÇÃO	A-B-C-D-E	(4)
COMÉRCIO DE PIROTÉCNICOS DE USO RESTRITO	A-B-C-D	(3)
COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS	A-B-C-D	(4)
COMÉRCIO DE PROTEÇÃO BALÍSTICA	A-B-C-D	(3)
COMÉRCIO DE VEÍCULOS BLINDADOS (b)	A-B-C-D	(2)
COMÉRCIO DE OUTROS PCE	A-B-C-D	(3)
UTILIZAÇÃO- APLICAÇÃO DE EXPLOSIVOS	A-B-C-D-F-I-O	(2)
UTILIZAÇÃO – APLICAÇÃO DE EXPLOSIVOS (somente de forma terceirizada) (b)	A-B-C-D	(2)
UTILIZAÇÃO-APLICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS	A-B-C-D-F	(3)
UTILIZAÇÃO – USO INDUSTRIAL DE EXPLOSIVOS (b)	A-B-C-D-F-O	(3)
UTILIZAÇÃO – USO INDUSTRIAL DE MUNIÇÃO (b)	A-B-C-D	(2)
UTILIZAÇÃO-USO INDUSTRIAL DE PRODUTOS QUÍMICOS	A-B-C-D-F	(4)
UTILIZAÇÃO- DEMONSTRAÇÃO/EXPOSIÇÃO DE ARMA DE FOGO	A-B-C-D	(2)
UTILIZAÇÃO-DEMONSTRAÇÃO/EXPOSIÇÃO DE ARMA DE PRESSÃO	A-B-C-D	(2)
UTILIZAÇÃO-DEMONSTRAÇÃO/EXPOSIÇÃO DE EXPLOSIVO	A-B-C-D	(2)
UTILIZAÇÃO-DEMONSTRAÇÃO/EXPOSIÇÃO DE MENOS-LETAL	A-B-C-D	(2)
UTILIZAÇÃO-DEMONSTRAÇÃO/EXPOSIÇÃO DE MUNIÇÃO	A-B-C-D	(2)
UTILIZAÇÃO-DEMONSTRAÇÃO/EXPOSIÇÃO DE PIROTÉCNICOS	A-B-C-D	(2)
UTILIZAÇÃO-DEMONSTRAÇÃO/ EXPOSIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS	A-B-C-D	(2)
UTILIZAÇÃO-DEMONSTRAÇÃO/ EXPOSIÇÃO DE PROTEÇÃO BALÍSTICA	A-B-C-D	(2)
UTILIZAÇÃO – DEMONSTRAÇÃO/EXPOSIÇÃO DE OUTROS PCE (b)	A-B-C-D	(2)
UTILIZAÇÃO- PESQUISA COM PRODUTO QUÍMICO	A-B-C-D	(3)

UTILIZAÇÃO – EMPREGO DE ARMA DE FOGO EM TESTE INDUSTRIAL (b) (c)	A-B-C-D	(4)
UTILIZAÇÃO – EMPREGO DE MUNIÇÃO EM TESTE INDUSTRIAL (b) (c)	A-B-C-D	(4)
UTILIZAÇÃO – EMPREGO DE PROTEÇÃO BALÍSTICA (b)	A-B-C-D	(4)
UTILIZAÇÃO - EMPREGO DE OUTROS PCE (equipamento para visão noturna) (e)	A-B--D	(2)
UTILIZAÇÃO – EMPREGO DE OUTROS PCE EM CENOGRAFIA (b)	A-B-C-D	(4)
UTILIZAÇÃO-EMPREGO DE ARMA DE PRESSÃO EM CENOGRAFIA	A-B-C-D	(3)
UTILIZAÇÃO-EMPREGO DE EXPLOSIVO EM CENOGRAFIA	A-B-C-D	(3)
UTILIZAÇÃO-EMPREGO DE MENOS-LETAL EM CENOGRAFIA	A-B-C-D	(3)
UTILIZAÇÃO-EMPREGO DE MUNIÇÃO EM CENOGRAFIA	A-B-C-D	(3)
UTILIZAÇÃO-EMPREGO DE PIROTÉCNICOS EM CENOGRAFIA	A-B-C-D	(3)
UTILIZAÇÃO-EMPREGO DE PRODUTOS QUÍMICOS EM CENOGRAFIA	A-B-C-D	(3)
UTILIZAÇÃO-EMPREGO DE PROTEÇÃO BALÍSTICA EM CENOGRAFIA	A-B-C-D	(3)
UTILIZAÇÃO-EMPREGO DE PIROTÉCNICOS DE USO PERMITIDO	A-B-C-D	(3)
UTILIZAÇÃO-EMPREGO DE PIROTÉCNICOS DE USO RESTRITO	A-B-C-D-F	(3)
UTILIZAÇÃO-EMPREGO NA SEGURANÇA PÚBLICA	B-C	(2)
UTILIZAÇÃO-EMPREGO NA SEGURANÇA DE PATRIMÔNIO PÚBLICO	B-C	(2)
UTILIZAÇÃO-EMPREGO NA SEGURANÇA PRIVADA	B-C-H	(2)
UTILIZAÇÃO- EMPREGO NA SEGURANÇA INSTITUCIONAL	B-C	(2)
UTILIZAÇÃO- APRESENTAÇÃO DE BACAMARTEIROS	A-B-C-D	(7)
UTILIZAÇÃO DE VEÍCULO BLINDADO	R	(2)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO- TRANSPORTE DE ARMA DE FOGO	A-B-C-D-E-G	(2)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO(PRÓPRIO)- TRANSPORTE DE ARMA DE FOGO (a)	A-B-C-D-E-G	(2)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO- TRANSPORTE DE ARMA DE PRESSÃO	A-B-C-D-G	(2)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO(PRÓPRIO)- TRANSPORTE DE ARMA DE PRESSÃO (a)	A-B-C-D-G	(2)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO- TRANSPORTE DE EXPLOSIVO	A-B-C-D-E-G-O	(2)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO(PRÓPRIO)- TRANSPORTE DE EXPLOSIVO (a)	A-B-C-D-E-G-O	(2)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO- TRANSPORTE DE MENOS-LETAL	A-B-C-D-G	(2)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO(PRÓPRIO)- TRANSPORTE DE MENOS-LETAL (a)	A-B-C-D-G	(2)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO- TRANSPORTE DE MUNIÇÃO	A-B-C-D-E-G	(2)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO(PRÓPRIO)- TRANSPORTE DE MUNIÇÃO (a)	A-B-C-D-E-G	(2)

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO- TRANSPORTE DE PIROTÉCNICOS	A-B-C-D-G	(2)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO(PRÓPRIO)- TRANSPORTE DE PIROTÉCNICOS (a)	A-B-C-D-G	(2)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO- TRANSPORTE DE PRODUTOS QUÍMICOS	A-B-C-D-G	(2)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO(PRÓPRIO)- TRANSPORTE DE PRODUTOS QUÍMICOS (a)	A-B-C-D-G	(2)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO- TRANSPORTE DE PROTEÇÃO BALÍSTICA	A-B-C-D-G	(2)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO(PRÓPRIO)-TRANSPORTE DE PROTEÇÃO BALÍSTICA (a)	A-B-C-D-G	(2)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO – TRANSPORTE DE OUTROS PCE (b)	A-B-C-D-G	(2)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO- ARMAZENAGEM DE ARMA DE FOGO	A-B-C-D-E	(5)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO(PRÓPRIO)- ARMAZENAGEM DE ARMA DE FOGO (a)	A-B-C-D-E	(5)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO- ARMAZENAGEM DE ARMA DE PRESSÃO	A-B-C-D	(5)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO(PRÓPRIO)-ARMAZENAGEM DE ARMA DE PRESSÃO (a)	A-B-C-D	(5)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO- ARMAZENAGEM DE EXPLOSIVO	A-B-C-D-E-O-P	(6)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO(PRÓPRIO)- ARMAZENAGEM DE EXPLOSIVO (a)	A-B-C-D-E-O-P	(6)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO- ARMAZENAGEM DE MENOS-LETAL	A-B-C-D	(5)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO (PRÓPRIO)- ARMAZENAGEM DE MENOS-LETAL (a)	A-B-C-D	(5)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO- ARMAZENAGEM DE MUNIÇÃO	A-B-C-D-E	(4)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO(PRÓPRIO)- ARMAZENAGEM DE MUNIÇÃO (a)	A-B-C-D-E	(4)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO- ARMAZENAGEM DE PIROTÉCNICOS	A-B-C-D	(6)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO(PRÓPRIO)- ARMAZENAGEM DE PIROTÉCNICOS (a)	A-B-C-D	(6)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO- ARMAZENAGEM DE PRODUTOS QUÍMICOS	A-B-C-D-S	(5) e/ou (6)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO(PRÓPRIO)- ARMAZENAGEM DE PRODUTOS QUÍMICOS (a)	A-B-C-D-S	(5) e/ou (6)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO- ARMAZENAGEM DE PROTEÇÃO BALÍSTICA	A-B-C-D	(5)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO(PRÓPRIO)- ARMAZENAGEM DE PROTEÇÃO BALÍSTICA (a)	A-B-C-D	(5)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO- ARMAZENAGEM DE OUTROS PCE	A-B-C-D	(5)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO(PRÓPRIO)- ARMAZENAGEM DE OUTROS PCE (a)	A-B-C-D	(5)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO- MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE ARMA DE FOGO	A-B-C-D-H	(2)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO – MANUTENÇÃO/REPARAÇÃO DE MENOS-LETAL (b)	A-B-C-D	(2)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO-APLICAÇÃO DE BLINDAGEM BALÍSTICA	A-B-C-D-F	(2)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO - APLICAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA VISÃO NOTURNA (b)	A-B-C-D	(2)

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO-CAPACITAÇÃO COM ARMA DE FOGO	A-B-C-D-E	(7)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO-CAPACITAÇÃO COM ARMA DE PRESSÃO	A-B-C-D	(7)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO-CAPACITAÇÃO COM EXPLOSIVO	A-B-C-D	(3)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO- CAPACITAÇÃO COM MENOS-LETAL	A-B-C-D	(7)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO- CAPACITAÇÃO COM MUNIÇÃO	A-B-C-D-E	(3)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO- CAPACITAÇÃO COM PIROTÉCNICOS	A-B-C-D	(3)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO- CAPACITAÇÃO COM PRODUTOS QUÍMICOS	A-B-C-D	(3)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO- CAPACITAÇÃO COM PROTEÇÃO BALÍSTICA	A-B-C-D	(3)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO- DETONAÇÃO COM EXPLOSIVOS	A-B-C-D-F	(3)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO – DESTRUIÇÃO DE EXPLOSIVOS (b)	A-B-C-D-F-O	(2)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO – DESTRUIÇÃO DE MENOS-LETAL (b)	A-B-C-D	(2)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO- DESTRUIÇÃO DE PROTEÇÃO BALÍSTICA	A-B-C-D	(2)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO- DESTRUIÇÃO DE OUTROS PCE	A-B-C-D	(3)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO- LOCAÇÃO DE VEÍCULOS BLINDADOS	A-B-C-D	(7)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO- LOCAÇÃO DE UMB	A-B-C-D	(7)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO- ENTREGA DE ARMA DE FOGO (d)	B-C	(2)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO- ENTREGA DE ARMA DE PRESSÃO (d)	B-C	(2)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO- ENTREGA DE MENOS-LETAL (d)	B-C	(2)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO- ENTREGA DE MUNIÇÃO (d)	B-C	(2)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO- ENTREGA DE PROTEÇÃO BALÍSTICA (d)	B-C	(2)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO- REPRESENTAÇÃO COMERCIAL AUTÔNOMA	A-B-C-D-M	(8)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO- PROCURADOR DE PESSOA FÍSICA	A-B-C-D	(2)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO- PROCURADOR DE PESSOA JURÍDICA	A-B-C-D	(2)
REPRESENTAÇÃO DIPLOMÁTICA (a)	B-C	(3)
ESPORTE DE ARMAÇÃO COM ARMA DE PRESSÃO – PESSOA JURÍDICA (a)	A-B-C-D	(2)
COLECIONAMENTO-PESSOA JURÍDICA	A-B-C-D-T	(7)
COLECIONAMENTO-ÓRGÃO PÚBLICO	B-C-T	(7)
COLECIONAMENTO - COLECIONADOR	U	(7)
TIRO DESPORTIVO - ENTIDADE DE TIRO DESPORTIVO	A-B-C-D-J-K-L T	(7)
TIRO DESPORTIVO - ATIRADOR DESPORTIVO	U	(7)

CAÇA - ENTIDADE DE CAÇA	A-B-C-D-K- T	(7)
CAÇA -CAÇADOR	U	(7)

## OBSERVAÇÕES

### 1. COLUNA ATIVIDADE(S) COM TIPOS DE PCE

(\*)Atividade(s) com tipo(s) de PCE que deve(m) constar do Certificado de Registro.

(\*\*) Atividade a ser apostilada, mediante requerimento

(a) incluído pela ITA 10/2017

(b) incluído pela ITA 16/2018

(c) Apenas para empresas com Título de Registro

(d) destinadas apenas para os serviços de correios (conforme ITA 16/2018)

(e) incluído pela ITA 17/2018

### 2.COLUNA DOCUMENTAÇÃO

	DOCUMENTOS	OBS
A	Ato de constituição de pessoa jurídica ou identificação da pessoa física	1
B	Inscrição na Receita Federal	2
C	Endereço do depósito	3
D	Idoneidade do representante legal e substituto imediato	4, 5, 6
E	Plano de Segurança de PCE	7
F	Responsabilidade técnica	8
G	Registro na ANTT	9
H	Registro na Polícia Federal	10
I	Autorização para exploração mineral	11
J	Comprovação de filiação a entidade internacional de desporto	12
K	Questionário	13
L	Comprovação de fomento do tiro desportivo	14
M	Carta de representação comercial	15
N	Comprovação de possuir capital social integralizado mínimo de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)	16
O	Comprovação de possuir capital social integralizado mínimo de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)	17
P	Termo de responsabilidade	18
Q	Apenas o requerimento	--
R	Conforme previsto na portaria de blindagem	--
S	Plano de Segurança de PCE específico	19
T	Plano de Segurança de PCE específico	20
U	Conforme portaria sobre colecionamento, tiro desportivo e caça	--

Legenda:

1. Estatuto ou contrato social registrado em cartório. Quando for entidade de tiro desportivo ou caça deve constar tal prática no seu estatuto e deve ser apresentada a cópia da ata de eleição da diretoria. A identificação é atestada por qualquer dos documentos previstos no art. 2º da Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009.

2. CNPJ ou CPF. Comprovante emitido pela Receita Federal do Brasil pela internet. O comprovante deve ter sido emitido há menos de noventa dias da data do protocolo do processo e deve estar válido (ativo).

3. Pode ser:

- conta de água, luz, telefone fixo ou gás;
- escritura do imóvel ou contrato de aluguel; ou
- declaração própria com firma reconhecida.

Deve ter sido emitido há menos de noventa dias, considerando a data de protocolo do processo. Mesmo procedimento para endereço do depósito, se houver. Original e cópia ou cópia autenticada.

4. Certidões negativas de antecedentes criminais das Justiças:

- Federal;
- Estadual (incluindo Juizados Especiais Criminais),
- Militar; e
- Eleitoral.

As certidões poderão ser fornecidas por meio eletrônico. Certidões do responsável legal e do seu substituto imediato.

5. Declaração escrita de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal. Documento original com firma reconhecida.

6. Nomeação de representante legal e do substituto imediato. Cópia autenticada do documento.

7. Observar o prescrito no art. 66 desta portaria. Cópia do documento.

8. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de cargo ou função ou certidão de pessoa jurídica do CREA ou CRQ, conforme o caso. Cópia do documento. Apenas para o caso de pessoas jurídicas.

9. Comprovante de registro na ANTT. Dispensado da apresentação quem sempre transporta carga própria e nunca cobra frete, conforme orientação da ANTT. Cópia do documento.

10. Comprovante de registro na Polícia Federal. Cópia do documento.

11. Autorização do Departamento Nacional de Produção Mineral. Cópia do documento.

12. Comprovação de filiação a entidade internacional de desporto. Apenas para entidades de administração de tiro desportivo (confederações). Cópia autenticada do documento

13. Conforme Anexo XXI do R-105.

14. Relação das competições promovidas pela entidade de tiro desportivo durante o período da última vigência do registro. Apenas para REVALIDAÇÃO de registro de entidades de tiro desportivo.

15. Cópia autenticada. Apenas para representação comercial autônoma.

16e17. Contrato social registrado em cartório.

18. Conforme Anexo B8 desta portaria. Apenas para a atividade de armazenagem de PCE em instalações portuárias situadas dentro ou fora da área do porto organizado de produtos para os quais são aplicadas as tabelas de quantidades e distâncias.

19. Plano de Segurança apenas para os PCE: nitrato de amônio, ácido fluorídrico e cianeto de sódio ou cianeto de potássio. Observar o prescrito no art. 66 desta portaria. Cópia do documento

20. Plano de Segurança apenas para entidades que guardem arma de fogo/ou munição. Observar o prescrito no art. 66 desta portaria. Cópia do documento

## **1. COLUNA INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

As informações complementares estabelecem-se o Registro deve ter Apostila (anexo) e quais as informações devem constar do Anexo.

(1) Essas atividades devem possuir Apostila ao Registro com as informações complementares referentes à listagem do PCE (anexo I do R-105) autorizado a ser fabricado, fazendo-se referência ao ReTeX, quando for o caso.

(2) Não é necessário Apostila (anexo) ao Registro. Essas atividades não precisam de informações complementares.

(3) Essas atividades devem ter Apostila ao Registro com as informações complementares referentes à listagem do PCE (anexo I do R-105) autorizado.

(4) Essas atividades devem ter Apostila ao Registro com as informações complementares referentes à listagem do PCE (anexo I do R-105) autorizado, com respectiva quantidade máxima disponível no local da atividade, quando for o caso. Esta quantidade deve ser declarada pela pessoa registrada.

(5) Essas atividades devem ter Apostila ao Registro com as informações complementares referentes à listagem do PCE (anexo I do R-105) autorizado, com respectiva quantidade máxima a ser armazenada. Esta quantidade deve ser declarada pela pessoa registrada.

(6) Essas atividades devem ter Apostila ao Registro com as informações complementares referentes à listagem do PCE (anexo I do R-105) autorizado, com respectiva quantidade máxima a ser armazenada conforme a tabela de quantidades e distâncias para os PCE abrangidos, de acordo como anexo XV do R-105.

(7) Essas atividades devem ter Apostila ao Registro com as informações complementares referentes à discriminação dos PCE relacionados à atividade, quando for o caso.

(8) Essas atividades devem ter Apostila ao Registro com as informações complementares referentes à(s) pessoa(s) representada(s).

**B6-TERMO DE VISTORIA PARA CONCESSÃO OU APOSTILAMENTO - DEMAIS ATIVIDADES**

DISTINTIVO RM	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO _____RM	TERMO DE VISTORIA Nº ____/____
------------------	--	-----------------------------------

**OBJETO DA VISTORIA:** \_\_\_\_\_

**I- IDENTIFICAÇÃO**

Empresa: \_\_\_\_\_ CNPJ: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ Cidade/UF: \_\_\_\_\_

Representante da empresa: \_\_\_\_\_

**II- SEGURANÇA DO PRODUTO**

Sistemas instalados

	DESCRIÇÃO	EVIDÊNCIAS
1		
2		
3		
4		

**III - SEGURANÇA DE ÁREA**(Capacidades de depósitos)

ARMAZÉM DEPÓSITO	PRODUTO	CAPACIDADE	DISTÂNCIA MÍNIMA	TIPO DE INSTALAÇÃO

**IV - DOCUMENTOS ANEXOS**(inclusive fotos)

---



---



---



---



---

## V - ASPECTOS VISTORIADOS

### 1. Plano de Segurança de PCE:(abordagem de aspectos previstos na portaria de registro):

ASPECTOS	CONFORME	NÃO CONFORME	NÃO SE APLICA
análise de risco das atividades relacionadas a PCE			
medidas de controle de acesso de pessoal a locais e/ou sistemas			
medidas ativas e passivas de proteção a patrimônio, a pessoas e conhecimentos relacionados a atividades com PCE			
medidas preventivas contra roubos e furtos de PCE durante os deslocamentos e estacionamentos, no caso do tráfego de PCE			
medidas de contingência, em caso de acidentes ou de detecção da prática de ilícitos com PCE, incluindo a informação à fiscalização de PCE			
medidas de controle de entrada e saída de PCE			
previsão de capacitação e de treinamento do pessoal para a execução do Plano de Segurança			

observações:

---

---

---

### 2. Segurança de Área:(quanto à aplicação da tabela de quantidade e distâncias)

ASPECTOS	ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO SE APLICA
A localização das áreas perigosas			
A localização dos depósitos			

observações:

---

---

---

## VI - DOCUMENTOS ANEXOS(inclusive fotos)

---

---

---

---

---

---

## VII - OBSERVAÇÕES GERAIS

- ( ) a segurança contra roubos e furtos de PCE atende aos requisitos previstos no Plano de Segurança
- ( ) a segurança de área atende os requisitos exigidos quanto à distâncias mínimas de segurança
- ( ) as unidades de produção previstas estão instaladas
- ( ) o maquinário previsto está instalado
- ( ) a segurança de PCE NÃO atende os requisitos previstos no Plano de Segurança.
- ( ) a segurança de área NÃO atende os requisitos exigidos quanto a distâncias mínimas de segurança
- ( ) as unidades de produção previstas NÃO estão instaladas.
- ( ) o maquinário previsto NÃO está instalado

## 8. PENDÊNCIAS

---

---

---

---

Tem o prazo até \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ para sanear as pendências apontadas e informar à Fiscalização de Produtos Controlados.

*O não saneamento das pendências e/ou a não informação à FPC, implicará o indeferimento do processo requerido pela empresa.*

Local/data

\_\_\_\_\_  
(P/G - nome completo - OM )  
vistoriador

\_\_\_\_\_  
(nome completo)  
vistoriado

## 9. SOLUÇÃO DE PENDÊNCIA(S)

As pendências apresentadas no item VI( ) FORAM ( )NÃO FORAM sanadas na data aprazada.

Local/data

\_\_\_\_\_  
(P/G - nome completo - OM )  
vistoriador

\_\_\_\_\_  
(nome completo)  
vistoriado

## B7- TERMO DE VISTORIA PARA CANCELAMENTO -DEMAIS ATIVIDADES

DISTINTIVO RM/DFPC	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO ____ RM / DFPC	TERMO DE VISTORIA Nº ____/____
<b>TERMO DE VISTORIA PARA CANCELAMENTO DE REGISTRO</b>		

### I - IDENTIFICAÇÃO

Empresa: \_\_\_\_\_ CNPJ: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

cidade/UF: \_\_\_\_\_ e-mail: \_\_\_\_\_

Representante da empresa: \_\_\_\_\_

### II - DOCUMENTAÇÃO

Entrada e saída de PCE (por produto)	E	S	EXISTENTE

### III – SITUAÇÃO DO PCE EXISTENTE

PRODUTO	QUANTIDADE

### IV - ASPECTOS VISTORIADOS

	OFERECE RISCO	NÃO OFERECE RISCO	NÃO SE APLICA
Segurança de PCE contra roubos e furtos			
Segurança de área (distâncias mínimas)			

Quanto ao risco o estado geral do PCE (exudação, combustão)

---



---



---



---

## V - OUTRAS OBSERVAÇÕES

---

---

---

---

## VI - DOCUMENTOS ANEXOS(inclusive fotos)

---

---

---

---

## VII –CONCLUSÃO

A vistoria realizada permite concluir que

---

---

---

---

Local/data

\_\_\_\_\_  
(P/G - nome completo - OM )  
vistoriador

\_\_\_\_\_  
(Nome completo)  
vistoriado

\_\_\_\_\_  
Testemunha(se for o caso)

\_\_\_\_\_  
testemunha(se for o caso)

## B8 - TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu, \_\_\_\_\_(1)\_\_\_\_\_,  
CPF \_\_\_\_\_, representante legal do operador  
portuário \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_ e  
registro no Exército nº \_\_\_\_\_.

DECLARO, para fim de \_\_\_\_\_(2)\_\_\_\_de registro no Exército, que cumpro normas marítimas, internacionais e nacionais, referentes à movimentação, ao transporte e à armazenagem de cargas na zona portuária.

DECLARO, AINDA, que assumo o compromisso de cumprir as determinações legais, regulamentares e normativas e me subordinar à fiscalização do Exército, além de responder por todo e qualquer ato ou fato relativo aos produtos controlados sob minha posse e guarda.

Local e data

.

\_\_\_\_\_  
Nome completo  
CPF

### Instruções:

1. Nome completo, sem abreviaturas, conforme certidão de nascimento/casamento.
2. Concessão, revalidação ou apostilamento.

## C – DECLARAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE VALIDADE DE REGISTRO

DECLARO, para fins de comprovação de validade de registro no Exército, que a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, registro no Exército nº \_\_\_\_\_, teve seu registro prorrogado por \_\_\_\_\_ dias a contar do término de sua validade, de acordo com o que estabelece o §3º do artigo 49 do Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados (R-105), aprovado pelo Decreto nº 3.665, de 20 de novembro de 2000.

O processo de revalidação de registro da empresa acima nominada encontra-se em fase de análise no Serviço de Fiscalização de Produtos Controlados da \_\_\_\_ Região Militar.

Esta declaração deve estar acompanhada do Registro original e não o substitui.

A autenticidade e a validade desta declaração poderão ser verificadas por meio do telefone ( ) \_\_\_\_\_ e/ou do e-mail : \_\_\_\_\_.

Esta declaração é válida até: \_\_\_\_\_.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Nome – função  
FPC

**Anexo III - Portaria COLOG-CEB 118-2019.pdf**



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
COMANDO LOGÍSTICO  
DEPARTAMENTO MARECHAL FALCONIERI

PORTARIA Nº 118 - COLOG, DE 4 DE OUTUBRO DE 2019.  
EB: 64447.041399/2019 - 31

Dispõe sobre a lista de Produtos Controlados pelo Exército e dá outras providências.

**O COMANDANTE LOGÍSTICO**, no uso das atribuições previstas na alínea “f” do inciso I do art. 14 do Regulamento do Comando Logístico, aprovado pela Portaria nº 353, de 15 de março de 2019; no inciso VI do art. 55 das Instruções Gerais para a Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército, aprovada pela Portaria nº 255, de 27 de fevereiro de 2019; alínea “g” do inciso VIII do art. 1º da Portaria nº 1.700, de 8 de dezembro de 2017, todas do Comandante do Exército; de acordo com os Decretos nº 9.845, 9.846 e 9.847, todos de 25 de junho de 2019 e nº 10.030, de 30 de setembro de 2019; e considerando o que propõe a Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados, **RESOLVE**:

Art. 1º Estabelecer a lista de Produto Controlado pelo Exército (PCE) na forma do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os PCE são listados por tipo e grupo de produto a que pertencem, conforme a classificação prevista no Anexo II do Decreto 10.030, de 2019, da seguinte forma:

I – número de ordem: identificação numérica formada por seis algarismos, sendo que o primeiro e o segundo algarismos determinam o tipo e o grupo, respectivamente, e os quatro algarismos seguintes identificam a sequência ordinal na lista de PCE.

II - nomenclatura do produto: apresenta o nome ou designação de cada PCE; e

III - complemento: apresenta informações adicionais e especificações do PCE.

Art. 3º Produtos que derivem de misturas ou soluções que contenham pelo menos um PCE, do tipo PRODUTO QUÍMICO, deverão ser avaliados por meio de Parecer Técnico elaborado pela Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC), para fins de caracterização como PCE.

Parágrafo único. O parecer deverá considerar a viabilidade técnica da separação do PCE dos demais componentes da mistura ou da solução e o previsto no Livro de Recomendações para o Transporte de Produtos Perigosos das Nações Unidas.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Gen Ex CARLOS ALBERTO NEIVA BARCELLOS**  
Comandante Logístico

Publicada no DOU nº 195, de 08 Out 2019 - Seção 1

## ANEXO I – LISTA DE PRODUTOS CONTROLADOS PELO EXÉRCITO

TIPO DE PCE	GRUPO DE PCE	Nº DE ORDEM	NOMENCLATURA DO PRODUTO	COMPLEMENTO
1. ARMA DE FOGO	1.1. ARMA DE FOGO	1.1.0010	arma de fogo automática	-----
		1.1.0020	arma de fogo de repetição de uso permitido	-----
		1.1.0030	arma de fogo de repetição de uso restrito	-----
		1.1.0040	arma de fogo de valor histórico	-----
		1.1.0050	arma de fogo obsoleta	-----
		1.1.0060	arma de fogo semi-automática de uso permitido	-----
		1.1.0070	arma de fogo semi-automática de uso restrito	-----
		1.1.0080	armamento pesado	(obuseiros; canhões; morteiros; lança rojão; lançador de granada; lançador de míssil e foguete; lançador de bomba)
		1.1.0090	réplica ou simulacro de arma de fogo	destinada à instrução, ao adestramento ou à coleção de usuário autorizado
	1.2. ACESSÓRIO	1.2.0010	acessório de arma de fogo	(conjunto de conversão de funcionamento, conjunto de conversão de emprego, conjunto de conversão de calibre, supressor de som, quebra-chamas)
	1.3. COMPONENTE / PEÇA	1.3.0010	cano de arma de fogo	-----
		1.3.0020	armação de arma de fogo	-----
		1.3.0030	ferrolho de arma de fogo	-----
		1.3.0040	tambor de arma de fogo	-----
		1.3.0050	suporte do tambor de arma de fogo	-----
		1.3.0060	carregador de arma de fogo	-----
2. ARMA DE PRESSÃO	2.1. ARMA DE PRESSÃO	2.1.0010	arma de pressão	vide glossário
3. EXPLOSIVO	3.1. EXPLOSIVOS DE RUPTURA	3.1.0010	ácido picrâmico( <i>dinitroaminofenol</i> )	-----
		3.1.0020	ácido pícrico ( <i>trinitrofenol</i> )	-----
		3.1.0030	butiltetritil ( <i>2,4,6-trinitrofenil-n-butilnitramina</i> )	-----
		3.1.0040	ciclotetilenotrinitramina ( <i>ciclonite; hexogeno; RDX</i> )	-----
		3.1.0050	ciclotetrametilenotetranitroamina ( <i>HMX; homociclonite; octogeno</i> )	-----
		3.1.0060	cresilato de amônio ( <i>ecrasita</i> )	-----
		3.1.0070	cresilato de potássio	-----
		3.1.0080	dinamite	-----
		3.1.0090	dinitrato de trietilenoglicol ( <i>TEGN</i> )	-----
		3.1.0100	dinitrobenzeno	-----
		3.1.0110	etilenodiaminodinitrato ( <i>etilenodinitroamina</i> )	-----

TIPO DE PCE	GRUPO DE PCE	Nº DE ORDEM	NOMENCLATURA DO PRODUTO	COMPLEMENTO
3. EXPLOSIVO	3.1. EXPLOSIVOS DE RUPTURA	3.1.0120	explosivo plástico	-----
		3.1.0130	ANFO	-----
		3.1.0140	emulsão bombeada	-----
		3.1.0150	emulsão encartuchada	-----
		3.1.0160	lama explosiva	-----
		3.1.0170	gelatina explosiva	-----
		3.1.0180	hexanitrocarbanilida	-----
		3.1.0190	hexanitrohexaazaisowurtzitana	(CL-20)
		3.1.0200	nitrato de amila	-----
		3.1.0210	nitrato de metila	-----
		3.1.0220	nitroguanidina	-----
		3.1.0230	nitropenta ( <i>nitropentaeritrita; nitropentaeritrol; PETN; tetranitrato de pentaeritrol</i> )	-----
		3.1.0240	nitrotriazolona (NTO)	-----
		3.1.0250	picrato de amônio	-----
		3.1.0260	tetranitrometilanilina ( <i>TETRIL</i> )	-----
		3.1.0270	triaminotrinitrobenzeno (TATB)	-----
		3.1.0280	trinitroanilina ( <i>picramida</i> )	-----
		3.1.0290	trinitroanisol ( <i>eter metil-2,4,6-trinitrofenílico</i> )	-----
		3.1.0300	trinitrobenzeno	-----
		3.1.0310	trinitrometacresol ( <i>2,4,6-trinitrometacresol, cresilita</i> )	-----
		3.1.0320	trinitronaftaleno ( <i>naftita</i> )	-----
		3.1.0330	trinitrotolueno ( <i>TNT</i> )	-----
	3.2. BAIXOS EXPLOSIVOS (PROPELENTES)	3.2.0010	dimetil hidrazina assimétrica	-----
		3.2.0020	grão moldado (propelente) para foguete ou míssil	-----
		3.2.0030	hidrazina	-----
		3.2.0060	metilidrazina	-----
		3.2.0070	nitrato de etila	-----
		3.2.0080	nitroamido	-----
		3.2.0090	nitrocelulose ou solução de nitrocelulose com concentração maior ou igual a 20%, em massa seca, com teor de nitrogênio inferior a 12,6%	-----
		3.2.0100	nitrocelulose com teor de nitrogênio igual ou superior a 12,6%	-----
		3.2.0110	pólvoras mecânicas	(insumo de munição ou de pirotécnicos)
		3.2.0120	pólvoras químicas de qualquer tipo	(insumo de munição)
		3.2.0130	propelentes <i>composite</i>	(propelente à base de perclorato de amônio e matriz polimérica)
	3.3. INICIADOR EXPLOSIVO	3.3.0010	acetileto de cobre	-----
		3.3.0020	acetileto de prata	-----
		3.3.0030	azida de chumbo	-----
		3.3.0040	azida de prata	-----

TIPO DE PCE	GRUPO DE PCE	Nº DE ORDEM	NOMENCLATURA DO PRODUTO	COMPLEMENTO
3. EXPLOSIVO	3.3. INICIADOR EXPLOSIVO	3.3.0050	diazodinitrofenol( <i>DDNP</i> )	-----
		3.3.0060	diazometano ( <i>azimetileno</i> )	-----
		3.3.0070	dinitrato de dietilenoglicol ( <i>DEGN</i> )	-----
		3.3.0080	dinitroglicol	-----
		3.3.0090	estifinato de chumbo ( <i>trinitrorresorcinato de chumbo</i> )	-----
		3.3.0100	fulminato de mercúrio ( <i>cianatomecúrico</i> )	-----
		3.3.0110	hexanitroazobenzeno	-----
		3.3.0120	hexanitrodifenilamina ( <i>hexil</i> )	-----
		3.3.0130	hexanitrodifenilsulfeto	-----
		3.3.0140	isopurpurato de potássio	-----
		3.3.0150	nitroglicerina ( <i>trinitrato de glicerila; trinitrato de glicerina; trinitroglicerina</i> )	-----
		3.3.0160	nitroglicol	-----
		3.3.0170	nitromanita ( <i>hexanittrato de manitol</i> )	-----
		3.3.0180	sulfeto de nitrogênio	-----
		3.3.0190	tetranitroanilina	-----
		3.3.0200	tetranitrometano	-----
		3.3.0210	tetrazeno	-----
		3.3.0220	trinitrato de 1,2,4-butanotriol	-----
		3.3.0230	trinitrato de trimetiloletano( <i>TMEN; trinitrato de pentaglicerina</i> )	-----
		3.3.0240	trinitroresorcina ( <i>ácido estifínico; 2,4,6- trinitrorresorcinol</i> )	-----
		3.3.0250	triperóxido de triacetona (TATP)	-----
	3.4. ACESSÓRIO	3.4.0010	acessório explosivo	-----
		3.4.0020	outros acessórios iniciadores	vide Glossário
		3.4.0030	artefato para iniciação ou detonação de cabeça de guerra de míssil ou foguete	
		3.4.0040	conjunto estopim-espoleta	espoletim; estopim espoletado
		3.4.0050	cordel detonante	-----
		3.4.0060	espoleta pirotécnica com acionamento elétrico	-----
		3.4.0070	espoleta pirotécnica com acionamento eletrônico	-----
		3.4.0080	espoleta pirotécnica comum	-----
		3.4.0090	estopim de qualquer tipo	-----
		3.4.0100	reforçadores ( <i>booster</i> )	-----
		3.4.0110	retardo	-----
		3.4.0120	tubo de choque	-----

TIPO DE PCE	GRUPO DE PCE	Nº DE ORDEM	NOMENCLATURA DO PRODUTO	COMPLEMENTO
3. EXPLOSIVO	3.5. EQUIPAMENTO DE BOMBEAMENTO	3.5.0010	unidade móvel de fabricação ou de bombeamento de explosivo a granel	-----
4. MENOS-LETAL	4.1. ARMA	4.1.0010	arma de lançamento de dardos energizados	-----
		4.1.0020	arma para lançamento de munição menos letal	-----
		4.1.0030	dispositivo para lançamento de gás agressivo ( <i>tubo de gás paralisante</i> )	-----
	4.2. MUNIÇÃO	4.2.0010	granada menos letal de efeito moral	(luz e som; lacrimogênea; fumígena)
		4.2.0020	munição/cartucho de dardos energizados	-----
		4.2.0030	munição menos letal de efeito moral	(luz e som; lacrimogênea; fumígena)
		4.2.0040	munição menos letal de impacto controlado	(espuma; borracha)
	4.3 EQUIPAMENTO	4.3.0010	espargidor com agente de guerra química	
5. MUNIÇÃO	5.1. MUNIÇÃO	5.1.0010	bomba explosiva	-----
		5.1.0020	bomba para guerra química	-----
		5.1.0030	cabeça de guerra de míssil ou foguete,	mesmo inerte ou de treinamento
		5.1.0040	foguete anti-granizo	-----
		5.1.0050	foguete de qualquer tipo, suas partes e componentes	material bélico
		5.1.0060	granada de exercício e suas partes	-----
		5.1.0070	granada de manejo e suas partes	inerte
		5.1.0080	granada explosiva e suas partes	-----
		5.1.0090	granada perfurante e suas partes	-----
		5.1.0100	granada química e suas partes	-----
		5.1.0110	mina explosiva e suas partes	-----
		5.1.0120	míssil de qualquer tipo, suas partes e componentes (material bélico)	-----
		5.1.0130	munição para armamento pesado e suas partes	-----
		5.1.0140	munição de uso permitido	-----
		5.1.0150	munição de uso restrito	-----
		5.1.0160	munição de exercício	-----
		5.1.0170	munição de manejo ( <i>inerte</i> )	-----
		5.1.0180	munição química e suas partes	-----

TIPO DE PCE	GRUPO DE PCE	Nº DE ORDEM	NOMENCLATURA DO PRODUTO	COMPLEMENTO
5. MUNIÇÃO	5.2. INSUMO DE MUNIÇÃO	5.2.0010	espoleta para munição de arma de fogo	-----
		5.2.0020	espoleta para munição explosiva	-----
		5.2.0030	estágio individual para míssil ou foguete	-----
		5.2.0040	estojo metálico para munição de arma de fogo	-----
		5.2.0050	estopilha para carga de projeção de armamento pesado	cápsula; espoleta
		5.2.0060	projétil para munição para arma de fogo de alma raia	<i>ponta</i>
6. PIROTÉCNICOS	6.1. FOGOS DE ARTIFÍCIO	6.1.0010	fogos de artifício	-----
	6.2. ARTIFÍCIOS PIROTÉCNICOS	6.2.0010	artifício pirotécnico	-----
	6.3. INICIADOR PIROTÉCNICO	6.3.0010	espoleta para pirotécnicos	-----
		6.3.0020	estopim para pirotécnicos	-----
		6.3.0030	composto pirotécnico para sinalização pirotécnica e salvatagem	-----
		6.3.0040	iniciador para pirotécnicos	tetranitrocarbasol
7. PRODUTO QUÍMICO	7.1. AGENTE GQ	7.1.0010	2, 2' dicloro-dietil-metilamina ( <i>HN-2</i> )	-----
		7.1.0020	2, 2' dicloro-trietilamina ( <i>HN-1</i> )	-----
		7.1.0030	2, 2', 2''- tricloro-trietilamina ( <i>HN-3</i> )	-----
		7.1.0040	acroleína ( <i>aldeido acrílico; 2-propenal</i> )	-----
		7.1.0050	agente de guerra química	agente químico de guerra
		7.1.0060	alquil [metil, etil, propil (n ou iso)] fosfonofluoridratos de o-alquila (≤C10, incluída a cicloalquila)	exemplo: sarin: metilfosfonofluoridrato de o-isopropila. soman: metilfosfonofluoridrato de o-pinacolila
		7.1.0070	aminofenol	-----
		7.1.0080	amiton: fosforotiolato de O,O-dietil s-2[(dietilamino) etil] e sais alquilados ou protonados correspondentes	-----
		7.1.0090	benzilato de 3-quinuclidinila ( <i>BZ, QNB</i> )	-----
		7.1.0100	brometo de benzila ( <i>alfa-bromotolueno; ciclita</i> )	-----
		7.1.0110	brometo de cianogênio	-----
		7.1.0120	brometo de nitrosila	-----
		7.1.0130	brometo de xilila ( <i>bromoxileno</i> )	-----
		7.1.0140	bromoacetato de etila	-----
		7.1.0150	bromoacetato de metila	-----
		7.1.0160	bromoacetona	-----
		7.1.0170	bromometiletilcetona	-----

TIPO DE PCE	GRUPO DE PCE	Nº DE ORDEM	NOMENCLATURA DO PRODUTO	COMPLEMENTO
7. PRODUTO QUÍMICO	7.1. AGENTE GQ	7.1.0180	carbonato de hexaclorodimetila ( <i>carbonato de hexaclorometila; oxalato de hexaclorodimetila; trifosgênio</i> )	-----
		7.1.0190	cianeto de benzila ( <i>fenilacetoniitrila</i> )	-----
		7.1.0200	cianeto de bromobenzila ( <i>BBC; 2-bromo-alfa-cianotolueno</i> )	-----
		7.1.0210	cianeto de hidrogênio ( <i>AC; ácido cianídrico, ácido prússico; formonitrilo; gás cianídrico</i> )	-----
		7.1.0220	cianoformiato de etila ( <i>cianocarbonato de etila</i> )	-----
		7.1.0230	cianoformiato de metila ( <i>cianocarbonato de metila</i> )	-----
		7.1.0240	cloreto de benzila	-----
		7.1.0250	cloreto de carbonila ( <i>dicloreto de carbonila; fosgênio; oxicloreto de carbono</i> )	-----
		7.1.0260	cloreto de cianogênio ( <i>CK; marguinita</i> )	-----
		7.1.0270	cloreto de difenilestibina	-----
		7.1.0280	cloreto de fenilcarbilamina	-----
		7.1.0290	cloreto de nitrobenzila	-----
		7.1.0300	cloreto de nitrosila	-----
		7.1.0310	cloreto de oxalila	-----
		7.1.0320	cloreto de sulfurila ( <i>ácido clorossulfúrico; bicloridrina sulfúrica; cloreto de sulfonila; oxicloreto sulfúrico</i> )	-----
		7.1.0330	cloreto de tiocarbonila ( <i>tiofosgênio</i> )	-----
		7.1.0340	cloreto de tiofosforila	-----
		7.1.0350	cloreto de xilila	-----
		7.1.0360	cloridrina de glicol ( <i>cloridrinaetilênica</i> )	-----
		7.1.0370	cloroacetato de etila	-----
		7.1.0380	cloroacetofenona ( <i>CN</i> )	-----
		7.1.0390	cloroacetona ( <i>tomita</i> )	-----
		7.1.0400	clorobromoacetona ( <i>martonita</i> )	-----
		7.1.0410	cloroformiato de clorometila ( <i>palita</i> )	-----
		7.1.0420	cloroformiato de diclorometila ( <i>palita</i> )	-----
		7.1.0430	cloroformiato de etila ( <i>clorocarbonato de etila</i> )	-----
		7.1.0440	cloroformiato de metila ( <i>clorocarbonato de metila</i> )	-----
		7.1.0450	cloroformiato de triclorometila ( <i>cloreto de tricloroacetila; difosgênio; super palita</i> )	-----
		7.1.0460	clorossulfonato de etila ( <i>sulvinita</i> )	-----
		7.1.0470	clorossulfonato de metila ( <i>vilantita</i> )	-----
		7.1.0480	dibenzoxazepina (gás CR)	-----
		7.1.0490	diclorodinitrometano	-----
		7.1.0500	dicloroformoxima ( <i>CX; fosgênio oxima</i> )	-----
		7.1.0510	difenilaminacloroarsina ( <i>adamsita; cloreto de fenarsazina; DM</i> )	-----
		7.1.0520	difenilbromoarsina	-----
		7.1.0530	difenilcianoarsina ( <i>cianeto de difenilarsina; Clark I; Clark II; DC</i> )	-----

TIPO DE PCE	GRUPO DE PCE	Nº DE ORDEM	NOMENCLATURA DO PRODUTO	COMPLEMENTO
7. PRODUTO QUÍMICO	7.1. AGENTE GQ	7.1.0540	difenilcloroarsina (DA; cloreto de difenilarsina)	-----
		7.1.0550	dioxina (tetraclorodibenzeno-p-dioxina-2-3-7-8)	-----
		7.1.0560	éter dibromometílico	-----
		7.1.0570	éter diclorometílico	-----
		7.1.0580	etil-S-2-diisopropilaminoetilmetilfosfonotiolato (VX)	-----
		7.1.0590	etilcarbazol (N-etilcarbazol)	-----
		7.1.0600	etildibromoarsina (dibromoetilarsina)	-----
		7.1.0610	etildicloroarsina (dicloroetilarsina; ED)	-----
		7.1.0620	fenildibromoarsina (dibromofenilarsina)	-----
		7.1.0630	fenildicloroarsina (diclorofenilarsina; PD)	-----
		7.1.0640	fósforo branco ou amarelo	-----
		7.1.0650	hidreto de arsênio (arsina; SA)	-----
		7.1.0660	iodeto de benzila	-----
		7.1.0670	iodeto de cianogênio (cianeto de iodo)	-----
		7.1.0680	iodeto de fenarsazina	-----
		7.1.0690	iodeto de fenilarsina (iodeto de difenilarsina; iodeto de fenarsina)	-----
		7.1.0700	iodeto de nitrobenzila	-----
		7.1.0710	iodoacetato de etila	-----
		7.1.0720	iodoacetona	-----
		7.1.0730	lewisitas: lewisita 1: 2-clorovinildicloroarsina; lewisita 2: bis (2-clorovinil) cloroarsina; lewisita 3: tris (2-clorovinil) arsina	-----
		7.1.0740	metildicloroarsina (diclorometilarsina; MD)	-----
		7.1.0750	mostardas de enxofre: clorometilsulfeto de 2-cloroetila gás-mostarda: sulfeto de bis (2-cloroetila) bis (2-cloroetiltio) metano sesquimostarda: 1,2-bis (2-cloroetiltio) etano 1,3-bis (2-cloroetiltio) n-propano 1,4-bis (2-cloroetiltio) n-butano 1,5-bis (2-cloroetiltio) n-pentano bis (2-cloroetiltiometil) éter mostarda O: bis (2-cloroetiltioetil) éter.	-----
		7.1.0760	N,N-diaquil [metil, etil, propil (n ou iso)] fosforamidocianidratos de O-alquila (≤C10, inclui cicloalquila)	exemplo: Tabun: N,N-dimetilfosforamidocianidrato de O-etila
		7.1.0770	ortoclorobenzalmalononitrila (CS)	-----
		7.1.0780	óxido de dimetilaminoetoxicianofosfina ([ethyl N, N-dimethylphosphoramido-cyanidate]; etil éster do ácido fosforoamidociânico; GA; [monoetil-dimetil-amido-cianofosfato]; TABUN)	-----
		7.1.0790	óxido de metilisopropiloxiflorofosfina (GB; [iso-propilmethylphosphono-fluoridate]; 1-metil-etil éster do ácido metilfosfonofluorídrico, [monoisopropil-metil-fluorofosfato]; SARIN)	-----
		7.1.0800	óxido de metilpinacoliloxifluorifosfina (GD; [monopinacol-metil-fluorofosfato]; [1,2,2-trimethylpropyl methylphosphonofluoridate]; 1,2,2-trimetil-propil éster do ácido metilfosfonofluorídrico, SOMAN)	-----
		7.1.0810	óxido de tri (1-(2-metil) aziridinil) fosfina	-----

TIPO DE PCE	GRUPO DE PCE	Nº DE ORDEM	NOMENCLATURA DO PRODUTO	COMPLEMENTO
7. PRODUTO QUÍMICO	7.1. AGENTE GQ	7.1.0820	PFIB: 1,1,3,3,3-pentafluoro-2-(trifluormetil) - propeno	-----
		7.1.0830	pimenta líquida ( <i>gás pimenta; oleoresin capsicum (capsaicinoides): capsaicina; diidrocapsaicina; e nordiidrocapsaicina</i> )	-----
		7.1.0840	ricina	-----
		7.1.0850	S-2 diaquil [metil, etil, propil (n ou iso)] aminoetilalquil [metil, etil, propil (n ou iso)] fosfonotiolatos de O-alquila (H ou ≤C10, inclusive a cicloalquila) e sais alquilados ou protonados correspondentes	exemplo: VX: S-2 diisopropilaminoetilfosfonotiolato de O-etila
		7.1.0860	saxitoxina	-----
		7.1.0870	sulfato de dimetila ( <i>sulfato de metila</i> )	-----
		7.1.0880	sulfeto de 1, 2-bis (2-cloroetiltio) etano ( <i>Q; sesquimostarda</i> )	-----
		7.1.0890	sulfeto diclorodietílico ( <i>gás mostarda; HD; iperita; sulfeto de diclorodietila; sulfeto de dicloroetila; sulfeto de etiladiclorado; sulfeto dicloroetílico</i> )	-----
		7.1.0900	tetraclorodinitroetano	-----
		7.1.0910	tricloreto de nitrogênio ( <i>cloreto de nitrogênio</i> )	-----
		7.1.0920	triclornitrometano ( <i>aquinita; cloropicrina; nitrotriclornitrometano</i> )	-----
	7.2. PRECURSOR AGQ	7.2.0010	ácido benzílico ( <i>ácido-alfa-hidroxi-alfa-fenil-benzoacético; ácido 2,2-difenil-2-hidroxiacético</i> )	-----
		7.2.0020	ácido fluorídrico ( <i>fluoreto de hidrogênio</i> )	-----
		7.2.0030	ácido metilfosfônico	-----
		7.2.0040	alcool 2-cloroetílico ( <i>2-cloroetanol</i> )	-----
		7.2.0050	alcoolpinacolílico ( <i>3,3-dimetil-2-butanol</i> )	-----
		7.2.0060	benzilato de metila	-----
		7.2.0070	bifluoreto de amônio ( <i>hidrogeno fluoreto de amônio</i> )	-----
		7.2.0080	bifluoreto de potássio ( <i>hidrogeno fluoreto de potássio</i> )	-----
		7.2.0090	bifluoreto de sódio ( <i>hidrogeno fluoreto de sódio</i> )	-----
		7.2.0100	cianeto de potássio	-----
		7.2.0110	cianeto de sódio	-----
		7.2.0120	cloreto de dimetilamina ( <i>[dimethylamineHCl]</i> )	-----
		7.2.0130	cloreto de enxofre ( <i>monocloreto de enxofre</i> )	-----
		7.2.0140	cloreto de N,N-diisopropil-beta-aminoetila	-----
		7.2.0150	cloreto de tionila	-----
		7.2.0160	cloreto de trietanolamina	-----
		7.2.0170	dicloreto de enxofre	-----
		7.2.0180	dicloreto de etilfosfonila	-----
		7.2.0190	dicloreto de metilfosfonila	-----
		7.2.0200	dicloretoetilfosfonoso ( <i>dicloreto do ácido etilfosfonoso [ethylphosphonousdicloride]</i> )	-----
		7.2.0210	dicloretoetilfosfonoso ( <i>dicloreto do ácido metilfosfonoso [methylphosphonousdicloride]</i> )	-----

TIPO DE PCE	GRUPO DE PCE	Nº DE ORDEM	NOMENCLATURA DO PRODUTO	COMPLEMENTO
7. PRODUTO QUÍMICO	7.2. PRECURSOR AGQ	7.2.0220	difluoreto de etilfosfonila ( <i>difluoreto do ácido etilfosfônico [ethyphosphonyldifluoride]</i> )	-----
		7.2.0230	difluoreto de metilfosfonila ( <i>[methyphosphonyldifluoride]</i> )	-----
		7.2.0240	difluoretoetilfosfonoso ( <i>difluoreto do ácido etilfosfonoso [ethylphosphonousdifluoride]</i> )	-----
		7.2.0250	difluoretometilfosfonoso ( <i>difluoreto do ácido metilfosfonoso [methylphosphonousdifluoride]</i> )	-----
		7.2.0260	diisopropil - (beta) - aminoetanol ( <i>N, N-diisopropil - (beta) - aminoetanol</i> )	-----
		7.2.0270	diisopropilamina	-----
		7.2.0280	diisopropilaminoetanotiol ( <i>N, N-diisopropilaminoetanotiol</i> )	
		7.2.0290	dimetilfosforoamidato de dietila ( <i>N, N-dimetilfosforoamidato de dietila</i> )	-----
		7.2.0300	dimetilamina	-----
		7.2.0310	etildietanolamina	-----
		7.2.0320	etilfosfonato de dietila	-----
		7.2.0330	etilfosfonato de dimetila	-----
		7.2.0340	fluoreto de potássio	-----
		7.2.0350	fluoreto de sódio	-----
		7.2.0360	fluorfenoxiacetato de clorobutila ( <i>4-fluorfenoxiacetato de 2-clorobutila</i> )	-----
		7.2.0370	fosfito de dietila ( <i>dietilester do ácido fosforoso, dietil fosfito; fosfito dietílico</i> )	-----
		7.2.0380	fosfito de dimetila ( <i>dimetil fosfito; fosfito dimetílico</i> )	-----
		7.2.0390	fosfito de trietila ( <i>fosfito trietílico; trietil fosfito</i> )	-----
		7.2.0400	fosfito de trimetila ( <i>fosfito trimetílico; trimetil fosfito</i> )	-----
		7.2.0410	fosfonildifluoretos de alquila [metil, etil, propil (n ou iso)]	exemplo: metilfosfonildifluoretos (DF)
		7.2.0420	fosfonitos de O-alquila (H ou ≤C10, inclusive a cicloalquila); fosfonitos de O-2-dialquil [metil, etil, propil (n ou iso)] aminoetilalquil e sais alquilados ou protonados correspondentes	exemplo: QL: O-2-diisopropilaminoetilmetilfosfonito de O-etila
		7.2.0430	hidroximetilpiperidina ( <i>3-hidroxi-1-metilpiperidina</i> )	-----
		7.2.0440	metildietanolamina	-----
		7.2.0450	metilfosfonato de O-etil-2-diisopropilaminoetilo	-----
		7.2.0460	metilfosfonato de dimetila	-----
		7.2.0470	metilfosfonito de dietila	-----
		7.2.0480	N,N-dialquil ([metil, etil, propil (n ou isopropila)] aminoetanol-2 e sais protonatos correspondentes	exceções: N,N-dimetilaminoetanol e sais protonados correspondentes; N,N-dietilaminoetanol e sais protonados correspondentes
		7.1.0490	N,N-dialquil ([metil, etil, propil (n ou isopropila)] aminoetano-2-tiol e sais protonatos correspondentes	-----

TIPO DE PCE	GRUPO DE PCE	Nº DE ORDEM	NOMENCLATURA DO PRODUTO	COMPLEMENTO
7. PRODUTO QUÍMICO	7.2. PRECURSOR AGQ	7.2.0500	oxicloreto de fósforo	-----
		7.2.0510	pentacloreto de fósforo	-----
		7.2.0520	pentassulfeto de fósforo	-----
		7.2.0530	pinacolona (3,3-dicloro-2-butanona)	-----
		7.2.0540	quinuclidinol (3-quinuclidinol; 1-azabicyclo[2,2,2] octan-3-ol)	-----
		7.2.0550	quinuclidinona (3- quinuclídinona)	-----
		7.2.0560	substâncias químicas que contenham um átomo de fósforo ao qual estiver ligado um grupo metila, etila ou propila (n ou isopropila), mas não outros átomos de carbono	exemplo: dicloreto de metilfosfonila; metilfosfonato de dimetila exceção: etilfosfonotiolotionato
		7.2.0570	sulfetos de sódio	-----
		7.2.0580	tiodiglicol	-----
		7.2.0590	tricloreto de arsênio	-----
		7.2.0600	tricloreto de fósforo	-----
		7.2.0610	trietanolamina (tri(2-hidroxietil) amina)	-----
	7.3. PQIM	7.3.0010	ácido nítrico	-----
		7.3.0020	ácido perclórico	-----
		7.3.0030	alumínio em pó e suas ligas	-----
		7.3.0040	azida de sódio	-----
		7.3.0050	butil-ferroceno (n-butil-ferroceno, 1-butilciclopenta-1,3-dieno)	-----
		7.3.0060	carboranos e seus derivados	-----
		7.3.0070	catoceno	-----
		7.3.0080	clorato de potássio	-----
		7.3.0090	composto aditivo potencializador de efeito de agente de guerra química, de interesse militar	-----
		7.3.0100	composto com efeito fisiológico hematotóxico (tóxico do sangue), de interesse militar	-----
		7.3.0110	composto com efeito fisiológico lacrimogêneo, de interesse militar	-----
		7.3.0120	composto com efeito fisiológico neurotóxico (tóxico dos nervos), de interesse militar	-----
		7.3.0130	composto com efeito fisiológico paralisante, de interesse militar	-----
		7.3.0140	composto com efeito fisiológico psicoquímico, de interesse militar	-----
		7.3.0150	composto com efeito fisiológico sobre animais, de interesse militar	-----
		7.3.0160	composto com efeito fisiológico sobre o solo, de interesse militar	-----
		7.3.0170	composto com efeito fisiológico sobre vegetais, de interesse militar	-----
		7.3.0180	composto com efeito fisiológico sufocante, de interesse militar	-----
		7.3.0190	composto com efeito fisiológico vesicante, de interesse militar	-----

TIPO DE PCE	GRUPO DE PCE	Nº DE ORDEM	NOMENCLATURA DO PRODUTO	COMPLEMENTO
7. PRODUTO QUÍMICO	7.3. PQJM	7.3.0200	composto com efeito fisiológico vomitivo ( <i>esternutatório</i> ), de interesse militar	-----
		7.3.0210	composto com efeito fumígeno, de interesse militar	-----
		7.3.0220	composto com efeito iluminativo, de interesse militar	-----
		7.3.0230	composto com efeito incendiário, de interesse militar	-----
		7.3.0240	composto precursor de agente de guerra química, de interesse militar	-----
		7.3.0250	decaboranos e seus derivados	-----
		7.3.0260	diisocianato de isoforona ( <i>[isophoronediiisocyanate]</i> )	-----
		7.3.0270	dimetilnitrobenzeno (nitroxileno)	-----
		7.3.0280	dinitrotolueno ( <i>dinitrotoluol, DNT</i> )	-----
		7.3.0290	dióxido de nitrogênio ( <i>monômero do tetraóxido de dinitrogênio</i> )	-----
		7.3.0300	emulsão base ou pré-emulsão de nitrato de amônio	-----
		7.3.0310	glicidilazida polimerizada	-----
		7.3.0320	hidreto de silício	gás silano
		7.3.0330	magnésio em pó e suas ligas	-----
		7.3.0340	mistura de percloratos, cloratos ou cromatos com metais em pó	-----
		7.3.0350	mistura de metais em pó com substâncias utilizadas como propelentes	-----
		7.3.0360	mistura contendo de 10% (inclusive) a 20% (exclusive) de nitrocelulose, em massa seca, com teor de nitrogênio inferior a 12,6%	verniz
		7.3.0370	misturas poliméricas compostas de ácido acrílico e polibutadieno	-----
		7.3.0380	misturas poliméricas compostas de ácido acrílico-polibutadieno-acrilonitrila	-----
		7.3.0390	NAPALM ( <i>puro ou como gasolina gelatinizada para uso em bombas incendiárias e lança-chamas</i> )	-----
		7.3.0400	nitrato de amônio com concentração superior a 70%	misturas de nitrato de amônio e carbonato de cálcio e/ou dolomita com nitrato de amônio com concentração entre 70% e 80% não são PCE
		7.3.0410	nitrato de mercúrio	-----
		7.3.0420	nitrato de potássio	-----
		7.3.0430	nitrodifenilamina	-----
		7.3.0440	nitronaftaleno	-----
		7.3.0450	pentóxido de dinitrogênio	-----
		7.3.0460	perclorato de amônio	-----

TIPO DE PCE	GRUPO DE PCE	Nº DE ORDEM	NOMENCLATURA DO PRODUTO	COMPLEMENTO
7. PRODUTO QUÍMICO	7.3 PQIM	7.3.0470	perclorato de potássio	-----
		7.3.0480	peróxido de cloro	-----
		7.3.0490	polibutadienocarboxiterminado	-----
		7.3.0500	polibutadienohidroxiternado	-----
		7.3.0510	tapan ( <i>reação de tetraetilenopentamina e acrilonitrila; HX879</i> )	-----
		7.3.0520	tapanol ( <i>reação de tetraetilenopentamina, acrilonitrila e glicidol; HX878</i> )	-----
		7.3.0530	tetracloro de titânio (cloreto de titânio, fumegeita)	-----
		7.3.0540	tetraóxido de dinitrogênio ( <i>dímero do dióxido e nitrogênio</i> )	-----
		7.3.0550	trinitroacetoneitrila	-----
		7.3.0560	trinitroclorometano	-----
8. PROTEÇÃO BALÍSTICA	8.1. BLINDAGEM BALÍSTICA	8.1.0010	blindagem balística opaca de uso permitido	-----
		8.1.0020	blindagem balística opaca de uso restrito	-----
		8.1.0030	blindagem balística transparente de uso permitido	-----
		8.1.0040	blindagem balística transparente de uso restrito	-----
		8.1.0050	colete balístico de uso permitido	-----
		8.1.0060	colete balístico de uso restrito	-----
		8.1.0070	tecido balístico	-----
		8.1.0080	traje balístico antibomba	-----
	8.2. VEÍCULO	8.2.0010	veículo ( <i>viatura</i> ) blindado de emprego militar e/ou policial	-----
		8.2.0020	veículo automotor blindado especializado	-----
		8.2.0030	veículo automotor blindado não especializado	-----
	8.3. EQUIPAMENTO	8.3.0010	capacete balístico de uso permitido	-----
		8.3.0020	capacete balístico de uso restrito	-----
		8.3.0030	escudo balístico de uso permitido	-----
		8.3.0040	escudo balístico de uso restrito	-----

TIPO DE PCE	GRUPO DE PCE	Nº DE ORDEM	NOMENCLATURA DO PRODUTO	COMPLEMENTO
9. OUTROS PRODUTOS	9.1. OUTROS	9.1.0010	arma química	-----
		9.1.0020	dispositivo para acionamento de minas	-----
		9.1.0030	equipamento especialmente projetado para produção de explosivos	-----
		9.1.0040	equipamento especialmente projetado para produção de agente químico de guerra	-----
		9.1.0050	equipamento especialmente projetado para direção e controle de tiro	-----
		9.1.0060	equipamento especialmente projetado para lançamento de foguetes ou mísseis	-----
		9.1.0070	equipamento especialmente projetado para transporte e lançamento de foguetes ou mísseis	-----
		9.1.0080	equipamento para recarga de munições e suas matrizes	-----
		9.1.0090	equipamento para lançamento de minas	-----
		9.1.0100	equipamento para visão noturna ou termal	apresenta particularidades técnicas e táticas direcionadas ao emprego militar ou policial
		9.1.0110	equipamento especialmente projetado para produção de armas e munições	-----
		9.1.0120	equipamento de controle de tiro de arma de fogo	-----
		9.1.0130	filtro de máscara contra gases de emprego militar	-----
		9.1.0140	lança-chamas de emprego militar	-----
		9.1.0150	propulsores para foguetes ou mísseis de qualquer tipo ou modelo	-----
		9.1.0160	peça para arma de guerra química	-----
		9.1.0170	peça especialmente projetada para equipamento de direção e controle de tiro	-----
		9.1.0180	peça especialmente projetada para veículo blindado de emprego militar e/ou policial	-----
		9.1.0190	peça especialmente projetada para veículo lançador de míssil ou foguete	-----
		9.1.0200	veículo especial para transporte de munição, míssil ou foguete	-----
		9.1.0210	veículo projetado ou adaptado para lançamento de míssil ou foguete	-----

**Anexo IV - Nota Técnica 1-2017-LANAGRO-GO-MAPA -  
Justificativa para registro de preços na Rede LANAGRO.pdf**



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
LABORATORIO NACIONAL AGROPECUARIO EM GOIANIA-GO - LANAGRO-GO  
Rua da divisa, s/n - Bairro Setor Jaó - GO, CEP 74674-025  
Tel: (62) 3232-7200 - <http://www.agricultura.gov.br>

NOTA TÉCNICA Nº 1/2017/LANAGRO-GO/MAPA

**PROCESSO Nº 21005.000108/2017-89**

INTERESSADO: LANAGRO-MG, LANAGRO-PA, LANAGRO-PE, LANAGRO-RS, LANAGRO-SP, LANAGRO-GO

**ASSUNTO: AQUISIÇÕES POR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS NA REDE LANAGRO**

**1. DOS OBJETIVOS**

1.1. A presente Nota Técnica tem como objetivo contextualizar a aplicação do inciso III do artigo 3º do Decreto nº 7.892, de 23/01/2013, que prevê a adoção de contratações de serviços e aquisição de bens por meio do Sistema de Registro de Preços, no âmbito da administração pública federal direta, pela conveniência da aquisição por mais de um órgão ou entidade.

**2. DOS FATOS**

2.1. Os Laboratórios Nacionais Agropecuários são unidades descentralizadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento responsáveis pela realização de análises fiscais provenientes de ações de inspeção, fiscalização e defesa do MAPA e de órgãos de Defesa dos Estados; estabelecimento e validação de metodologias a serem utilizadas como referência; auditoria em laboratórios credenciados da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários; dentre outras atividades. Os seis Lanagros estão distribuídos, estrategicamente, de forma regionalizada no território federal, sendo Lanagro-GO, Lanagro-MG, Lanagro-PA, Lanagro-PE, Lanagro-RS e Lanagro-SP, atendendo a demandas de todo o país.

2.2. Para tanto, os Lanagros realizam processos licitatórios para a aquisição de insumos, equipamentos e para contratação de serviços de tal forma a prover condições aos seus laboratórios para realização das análises e a prestação dos serviços atendendo a requisitos de garantia da qualidade estabelecidos em normativas reconhecidas internacionalmente.

2.3. Diante do grande volume de aquisições e contratações praticadas pelos Lanagros a compra compartilhada por Sistema de Registro de Preço tem sido praticada para otimização dos procedimentos administrativos, visto que o lançamento de licitações por meio do SPR propicia a participação de outros Lanagros para itens comuns, o que ocorre com significativa frequência.

**3. SUMÁRIO EXECUTIVO**

3.1. O Decreto 7.892/2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu artigo 3º estabelece:

*Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:*

*I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;*

*II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;*

*III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou*

*IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.*

3.2. Nesse contexto, o inciso III prevê a adoção do Sistema de Registro de Preços por mais de uma instituição que possua itens e serviços comuns a serem considerados, hipótese particularmente convergente com a adotada pelos Lanagros.

#### 4. DA CONCLUSÃO

4.1. Conforme exposto, diante do perfil de aquisição de insumos, equipamentos e contratação de serviços comuns aos Lanagros, a adoção do Sistema de Registro de Preço com base no inciso III do artigo 3º do referido decreto, independente do atendimento também às outras hipóteses elencadas no referido artigo, demonstra a conveniência exigida no mencionado decreto.



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO CARVALHO BELIZARIO, Auditor(a) Fiscal Federal Agropecuário**, em 14/02/2017, às 18:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE DE OLIVEIRA MENDONCA, Coordenador (a) do Laboratório Nacional Agropecuário - SP**, em 15/02/2017, às 16:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO AURELIO PINTO NASCIMENTO, Coordenador (a) do Laboratório Nacional Agropecuário - MG**, em 16/02/2017, às 08:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PRISCILA RECH PINTO MOSER, Coordenador(a)**, em 01/03/2017, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA DE FARIAS CORDEIRO, Coordenador(a)**, em 02/03/2017, às 09:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANE REIS CRUVINEL, Coordenador (a) do Laboratório Nacional Agropecuário - GO**, em 02/03/2017, às 10:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO BARBOSA NAZARENO, Coordenador (a) Geral de Laboratórios Agropecuários**, em 07/03/2017, às 07:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sistemas.agricultura.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sistemas.agricultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1814768** e o código CRC **C9BA5182**.

**Anexo V - Nota Técnica 4-2016-SEC-DAD-LANAGRO-GO-  
CGAL-SDA-MAPA - Tratamento Diferenciado ME EPP  
COOP.pdf**



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/MAPA  
Secretaria de Defesa Agropecuária/SDA  
Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial/CGAL  
Laboratório Nacional Agropecuário em Goiás/Lanagro-GO

Nota Técnica nº 04/2016

Em 01 de fevereiro de 2016.

Assunto: EXCLUSIVIDADE DE PREGÕES PARA MICROEMPRESAS

## **I. DOS OBJETIVOS**

1. A presente Nota Técnica tem como objetivo contextualizar a aplicação da Lei Complementar nº 123 de 14/12/06 e do Decreto nº 8.538, de 06/10/15, que revogou o Decreto nº 6.204, de 05/09/07, na realização de pregões para aquisição de produtos e materiais laboratoriais no âmbito do Lanagro-GO e, assim, sugerir alterações nos procedimentos vindouros, com vistas ao atendimento dos princípios da eficiência e economicidade.

## **II. DOS FATOS**

2. Para atender às demandas analíticas relacionadas à defesa agropecuária brasileira, o Lanagro-GO precisa realizar, continuamente, diversos processos licitatórios para aquisição de insumos laboratoriais. Como, em sua maioria, essas aquisições não envolvem valores elevados, os pregões são predominantemente exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte (ME e EPP), conforme estabelecido no artigo 48 da LC nº 123/06 e no artigo 6º do Decreto nº 8.538/15.

3. No entanto, essa prática tem se revelado ineficaz, tanto do ponto de vista do objetivo da aquisição (adquirir o bem que melhor atenda ao interesse público), quanto do objetivo dos dispositivos legais supracitados (promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, ampliar a eficiência das políticas públicas e incentivar a inovação tecnológica). Essa constatação deve-se ao grande número de pregões exclusivos para ME e EPP que resultam frustrados, total ou parcialmente. Em 2014 e 2015 isso aconteceu em todos os 30 pregões para aquisição de materiais e produtos analíticos, destinados à participação exclusiva. Esse alto índice de insucesso deve-se, principalmente, à limitação da ME e EPP em atender às especificações dos materiais laboratoriais e/ou oferecer esses produtos com preços competitivos.



### III. DA FUNDAMENTAÇÃO

4. Tanto a LC nº 123/06 quanto o Decreto nº 8.538/15, que estabelecem as regras para o tratamento diferenciado e simplificado para ME e EPP, reconhecem determinadas situações onde o mesmo não se aplica. Especificamente o Decreto nº 8.538/15, discrimina que não se aplica o tratamento diferenciado quando:

I - não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

III - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 1993, excetuadas as dispensas tratadas pelos incisos I e II do caput do referido art. 24, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente por microempresas e empresas de pequeno porte, observados, no que couber, os incisos I, II e IV do caput deste artigo; ou

IV - o tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º.

Parágrafo único. Para o disposto no inciso II do caput, considera-se não vantajosa a contratação quando:

I - resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência; ou

II - a natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação dos benefícios.

5. Nesse contexto, devemos destacar o fato de que a maioria dos materiais laboratoriais utilizados nas áreas analíticas do Lanagro-GO, em virtude de sua natureza, são fabricados por grandes empresas, nacionais ou até multinacionais. Assim, normalmente as ME e EPP adquirem esses produtos dos fabricantes e os comercializam com preços maiores, naturalmente. Dessa forma, no âmbito do Lanagro-GO, a maioria dos pregões destinados exclusivamente às ME e EPP resultam em insucesso, por ausência de fornecedores ou porque os preços oferecidos são expressivamente superiores aos estimados.

6. Quando se torna necessário repetir um processo licitatório, em decorrência de insucesso do certame anterior, configura-se uma situação de prejuízo por diferentes motivos, entre os quais destacamos a possível interrupção na realização das atividades (devido à falta de material) e aquisição com preços eventualmente superiores aos previstos na licitação inicial (por causa de reajustes próprios ao decorrer do tempo), além do dispêndio de material de expediente e horas trabalhadas inerentes à elaboração de novo processo licitatório. Enfatizamos o impacto da eventual interrupção das atividades, seja visto que as análises realizadas pelo Lanagro-GO estão diretamente relacionadas com as ações de defesa agropecuária nacional.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/MAPA  
Secretaria de Defesa Agropecuária/SDA  
Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial/CGAL  
Laboratório Nacional Agropecuário em Goiás/Lanagro-GO


7. Portanto, consideramos que essa situação está plenamente compatível com o disposto no artigo 10, inciso II, do Decreto nº 8.538/15, justificando assim que as aquisições de material laboratorial não sejam destinadas exclusivamente para ME e EPP.

8. Outro aspecto a ser destacado é que, conforme o histórico de pregões realizados pelo Lanagro-GO, exclusivos para ME e EPP, uma quantidade expressiva de licitantes vencedores dos certames pertence a outros estados e até mesmo, outras regiões do país. Essa constatação caracteriza a situação prevista no artigo 10, inciso I, do Decreto nº 8.538/15, justificando *per si*, a exclusão do tratamento diferenciado.

9. Dessa forma, a realização sistemática de pregões exclusivos para ME e EPP, para aquisições de materiais laboratoriais, caracteriza uma contradição aos princípios da eficiência (a Administração Pública deve buscar um aperfeiçoamento na prestação dos serviços, mantendo ou melhorando a qualidade dos serviços, com economia de despesas) e economicidade (promoção de resultados esperados com o menor custo possível).

#### IV. DA CONCLUSÃO

10. Conforme exposto, recomendamos que os pregões para aquisição de material laboratorial, no âmbito do Lanagro-GO, sejam destinados à ampla participação, independentemente do valor envolvido. Observamos que os certames com ampla participação não impedem a participação de ME e EPP, podendo ser aplicado, inclusive, o procedimento disposto no artigo 44 da lei complementar nº 123/06.

  
Válder Ferreira Félix Bueno  
Seção de Compras  
Lanagro-GO

**Anexo IX - Mapa Estratégico - Rede LANAGRO 2016-2023.  
pdf**

## MISSÃO

Promover o desenvolvimento sustentável da agropecuária e a segurança e competitividade de seus produtos

# Mapa Estratégico – REDE LANAGRO 2016 - 2023

## VISÃO

Em 2023, ser referência mundial em serviços laboratoriais agropecuários

### PERSPECTIVA SOCIEDADE

Ser reconhecida como referência em Serviços Laboratoriais Agropecuários

### PERSPECTIVA CLIENTE

Ser excelente na prestação de Serviços Laboratoriais para a Defesa Agropecuária

Gerir de forma efetiva a demanda por Serviços Laboratoriais Agropecuários

### PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

#### PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Ampliar a produção de Material de Referência

Desenvolver, validar e divulgar métodos

#### PROCESSOS LABORATORIAIS

Aprimorar e automatizar processos

Aprimorar a capacidade de atendimento às demandas

Ampliar a acreditação na ISO 17025

Prover ensaios de proficiência para atender a demanda da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários

Harmonizar procedimentos da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários

Aumentar eficiência no controle da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários

#### ARTICULAÇÃO

Fortalecer a integração com entidades de referência nacionais e internacionais

Melhorar integração com clientes e parceiros

#### GESTÃO E INFRAESTRUTURA

Alcançar certificação ISO 9001 na CGAL

Adequar infraestrutura e equipamentos

Aprimorar procedimentos de compras e contratações

### PERSPECTIVA PESSOAS, APRENDIZADO E CRESCIMENTO

Desenvolver competências com foco em prioridades

Adequar o quadro de pessoal à demanda